



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 127

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 7 de maio de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 26 minutos.

Após a intervenção do Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*), passou-se para a votação do [Projeto de Resolução n.º 206/XI – “Apoio excecional à remuneração dos trabalhadores do serviço doméstico”](#), apresentado pela Deputada Independente, o qual foi rejeitado por maioria.

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 199/XI – “Proteção às vítimas de violência doméstica”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/s Carlos Ferreira (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), João Paulo Ávila (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Lima (*BE*), Tiago Branco (*PS*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Posteriormente foi debatido em conjunto o [Projeto de Resolução n.º 208/XI – “Medidas extraordinárias de apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e o [Projeto de Resolução n.º 209/XI – “Majoração Extraordinária de Apoios a IPSS e Misericórdias dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para apresentação dos diplomas usaram da palavra o Sr. Carlos Ferreira (*PSD*) e a Sra. Deputada Maria Isabel Quinto (*PS*), seguindo-se o debate com a participação dos/as Srs./as Deputados Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Corvelo (*BE*), Graça Silveira (*Independente*), Renata Correia Botelho (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Luís Maurício (*PSD*), Francisco César (*PS*) e da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Submetidos à votação separadamente o Projeto de Resolução n.º 208/XI, foi rejeitado por maioria e o Projeto de Resolução n.º 209/XI foi aprovado por unanimidade.

Passou-se para a justificação da apresentação do [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 200/XI – “Pela garantia do direito à Educação”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Para o efeito usou da palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Novamente em conjunto foram debatidos os [Projeto de Resolução n.º 211/XI – “Recomenda ao Governo Regional que, no âmbito das medidas aplicadas ao ensino, devido à pandemia pela COVID-19, promova os procedimentos necessários para permitir o acesso de todos os professores e alunos aos recursos necessários ao ensino à distância”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e o [Projeto de Resolução n.º 200/XI – “Pela](#)

garantia do direito à Educação”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentadas as iniciativas pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) e pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*), o debate prosseguiu com a participação dos/as Srs./as Deputados/as Paulo Mendes (*BE*), Sónia Nicolau (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), Joaquim Machado (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Luís Maurício (*PSD*), Francisco César (*PS*) e do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Iniciadas as votações, o Projeto de Resolução n.º 211/XI foi aprovado por maioria e o Projeto de Resolução n.º 200/XI – “Pela garantia do direito à Educação”, foi rejeitado por maioria.

Seguiu-se, por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), a justificação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 61/XI – “Medidas de combate à pandemia COVID -19 e atualização da remuneração complementar regional”, o qual foi aprovado por unanimidade, aquando da sua votação.

Iniciado o debate Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 61/XI – “Medidas de combate à pandemia COVID -19 e atualização da remuneração complementar regional”, usaram da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*) e os/a Srs./a Deputados/a Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Maria Graça Silva (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*).

Atingida a hora regimental para encerramento dos trabalhos, o restante debate e votação transitaram para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 58 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início à nossa reunião de hoje. Passo a palavra ao Sr. Secretário Jorge Jorge para a chamada.

Eram 10 horas e 26 minutos.

Secretário: Bom dia a todos. Obrigado, Sra. Presidente.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

João Paulo Lopes Araújo Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Manuel José da Silva **Ramos**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Marta Ávila **Matos**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima de **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão.

Terminámos os nossos trabalhos ontem no decorrer do debate do ponto 23 da nossa Agenda, o Projeto de Resolução n.º 206/XI – “Apoio excecional à remuneração dos trabalhadores do serviço doméstico”, apresentado pela Sra. Deputada Independente.

Pergunto se há alguma inscrição?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sim, Sra. Presidente, João Corvelo.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Com o decorrer dos trabalhos, e como a Representação Parlamentar do PCP não ficou completamente esclarecida em relação ao Projeto de Resolução apresentado pela Sra. Deputada Independente, o PCP vai abster-se em relação ao Projeto de Resolução.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, se eu ainda tiver tempo, porque não anunciou, gostaria de me inscrever.

Presidente: Tinha anunciado ontem. Já não tem tempo, nem a Sra. Deputada, nem o Bloco de Esquerda.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver. E não havendo vamos então proceder à votação.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra. Obrigado.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Bom dia, Sra. Presidente. Voto contra.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Deputado João Vasco Costa

(Pausa)

José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): Bom dia. O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto contra, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, bom dia. O meu voto é contra.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Bom dia, Sra. Presidente. O meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Paulo Mendes

(Pausa)

João Corvelo

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é contra.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Vamos passar à segunda chamada. Eu tenho a informação de que o Sr. Deputado João Vasco Costa não vai poder participar hoje na nossa reunião por ter falecido um familiar próximo, por isso não irei continuar a chamá-lo para efeitos de votação.

Chamo sim o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(Pausa)

Julgo que também não está. Portanto, dou por concluída a votação.

Sr. Secretário da Mesa tem a palavra para o anúncio.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 206/XI foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do

Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora ao **Projeto de Resolução n.º 199/XI**, que é o que consta no ponto 24 da nossa Agenda, **“Proteção às vítimas de violência doméstica”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Os tempos foram aprovados pela Conferência de Líderes. Constam do regime excecional de funcionamento do plenário por videoconferência e são os seguintes:

O Governo Regional, o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda dispõem de 16 minutos, o PSD de 12 minutos, o CDS de 8 minutos, o PCP de 4 minutos e a Sra. Deputada Independente dispõe de 1 minuto.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz a problemática da Violência Doméstica, através deste Projeto de Resolução a debate num contexto diferente, porquanto essa diferença acarretou novas contingências que devem ser atendidas para combater o flagelo da violência doméstica.

No dia 11 de março, pelo Diretor-Geral da Organização Mundial de Saúde, foi declarado estado de pandemia.

Em Portugal, à semelhança de outros países, foram tomadas medidas restritivas na circulação e impôs-se o confinamento social, de forma a minimizar os impactos na saúde de todas e todos nós.

O Estado de Emergência e todas as restrições emanadas pelo Governo da República e pelo Governo Regional dos Açores, levaram a alterações profundas

naquela que era a nossa forma de estar em comunidade, e simultaneamente, em sociedade.

O encerramento de instituições de ensino, de espaços comerciais, de espaços culturais, o teletrabalho, o impedimento de visitar familiares e amigos, o confinamento e o isolamento social, são condições que nos impuseram uma verdadeira mudança na forma de relacionamento e interação com o mundo exterior.

Se todas as medidas restritivas nos obrigaram a alterações profundas na nossa forma de nos relacionarmos com o mundo exterior, não é menos verdade que, também, a vida privada e pessoal experimentou, e experimenta, mudanças significativas.

Em casos de isolamento social a violência doméstica poder-se-á agravar, quer na sua intensidade, frequência até mesmo no surgimento de novos casos, pois o confinamento e o isolamento social potencia um ambiente social mais tenso, em que as relações pessoais e interpessoais podem ser alvo de desconfiança, aumentando situações de conflitualidade.

Desta forma, sentimentos como a incerteza, o medo, a preocupação, muitas vezes devido à fragilidade económica, aumentam a tensão o que poderá desencadear a intensificação de cenários de violência, não só em famílias onde já existiam, como também em ambientes onde não havia violência doméstica.

No fundo, o isolamento e o confinamento das famílias possibilitam ao agressor um controlo acrescido sobre a vítima. Vigiar-lhe as saídas, controlar-lhe o computador ou o telefone tornaram-se tarefas, ainda, mais fáceis. A invisibilidade do espaço “casa”, apresenta-se como o cenário ideal para agressores intensificarem as estratégias de opressão, humilhação e violência.

Embora estes fatores possam explicar o agravamento do fenómeno, não podem de forma alguma servir de justificação!

Como bem sabemos, a violência doméstica exerce-se sob diversas formas: física, verbal, emocional, financeira, social, e perseguição, geralmente exercida contra parceiros e parceiras, bem como contra idosos e crianças. Ou seja, por pessoas que, normalmente, partilham o mesmo espaço familiar – excetuando-se os casos em que a violência é exercida sobre ex-companheiras/os.

No dia 13 de abril, do presente ano, a Associação de Apoio à Vítima – APAV –, divulgou o número de pedidos de ajuda que recebeu no ano de 2019, o qual ultrapassou largamente os do ano anterior; 80% das mais de 20 mil queixas foram relativas a crimes de violência doméstica. Há vítimas de todas as idades, das mais jovens às mais velhas, e quatro em cada cinco são mulheres.

Ainda não são conhecidos os dados finais do Relatório Anual de Segurança Interna relativos ao ano de 2019, mas as informações preliminares mostram que a violência doméstica aumentou no ano de 2019. Para além dos femicídios, o crime de violência doméstica terá subido 11,5%, aproximando-se das 30 mil queixas num ano. 33 mulheres morreram vítimas de femicídios, desde janeiro de 2019.

Dados do Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA) da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) revelaram que mais de 500 mulheres foram assassinadas nos últimos 15 anos em contexto de relações de intimidade em Portugal, o que nos permite constatar que a violência doméstica não está a ser debelada e que este continua a ser o crime com maior incidência, no nosso país.

De acordo com os números disponibilizados pela Direção Regional da Solidariedade Social, ainda não era possível observar-se um aumento de queixas ao fim dos primeiros 15 dias de confinamento, sendo que nesse período foram sinalizados 18 casos, nas estruturas de atendimento da Região dos quais oito são novos casos e dez referem-se a reincidências.

No entanto, segundo a APAV, a partir do início de abril a realidade alterou-se com pedidos de pessoas que nunca tinham entrado em contacto e com pedidos de apoio emocional, jurídico e também a nível social. As novas vítimas de violência doméstica, na sua maioria mulheres entre os 30 e os 45 anos viram os seus trabalhos entrarem em lay-off ou foram mesmo para o desemprego.

No entanto, não deve, em circunstância alguma, ser esquecido o facto de que, de acordo com dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), relativos a 2018, os Açores foram região do país com maior incidência de denúncias de violência doméstica, com 3,88 participações por cada 1.000 habitantes, quando a média nacional é de 2,57.

O Secretário-Geral da ONU – António Guterres – lançou um apelo global, no sentido de se proteger mulheres e crianças "em casa", desprotegidas pelo confinamento provocado pela pandemia da Covid-19 que exacerba a violência doméstica.

"Peço a todos os governos que tomem medidas para prevenir a violência contra as mulheres e forneçam soluções para as vítimas como parte dos seus planos de ação nacional contra a Covid-19", foram expressões utilizadas por António Guterres, num vídeo lançado pela plataforma da ONU.

Em Portugal continental foi criada uma linha telefónica, bem como o recurso ao mecanismo do envio de SMS – para apoiar as vítimas a pedir ajuda, gratuito e confidencial, sem que seja registado na fatura mensal.

Nos Açores, no âmbito do III Plano Regional Contra a Violência Doméstica e de Género, que pretendia preconizar o desenvolvimento de campanhas de informação e sensibilização contra a violência doméstica, dirigidas à comunidade em geral, enquadrou-se a divulgação do número de apoio 800 27 28 29.

O facto deste número não ter sido divulgado suficientemente, faz com que seja desconhecido pela maioria das pessoas.

Foi com base nos factos expostos que o BE decidiu apresentar este Projeto de Resolução, cujo seu objeto resolutivo determina uma ampla divulgação desta linha, já disponível, em todos os órgãos de comunicação social, de forma a chegar ao máximo de população possível.

Por outro lado, e por se saber que o agressor não tem uma hora definida para proceder à agressão, é necessário que esta linha tenha um funcionamento de 24 horas por dia.

À semelhança do que foi feito pelo Governo da República, também, pretende-se que seja possibilitada a denúncia através de SMS, naquela que será um recurso mais rápido e fácil, em contexto de violência.

Bem sabemos, do trabalho meritório das Associações, como a APAV e a UMAR, na luta contra esta chaga social e no apoio às vítimas, no entanto, esta é uma fase em que todos recursos devem ser utilizados e, devidamente, articulados.

Também temos conhecimento de que, após a divulgação deste Projeto de Resolução, o Governo Regional procedeu a uma campanha de divulgação da linha existente.

No entanto, não podemos considerar que se tenha alcançado o pretendido na sua plenitude também quanto à divulgação desta linha telefónica.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Prevenir e combater a violência doméstica é tarefa para todo o país que, em tempos de isolamento, pede atenção redobrada das entidades públicas e de todos nós.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, em nome do PSD inscrevo o Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, em nome do CDS, inscrevo a Deputada Catarina Cabeceiras.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, em nome do Governo, inscrevo a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Secretário entrou por cima da minha intervenção. Não sei se a Sra. Presidente percebeu o que eu disse?

Presidente: Não consegui ouvir quem é que queria inscrever, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu logo vi que o Sr. Secretário tinha entrado assim um bocadinho à “Porto Martins”, a minha terra Natal.

Eu estava a dizer que queria inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, apenas para deixar a nota que uma “entrada a Porto Martins” é um elogio certamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um grande elogio, Sr. Secretário, naturalmente, a V. Exa.. Bom dia.

Presidente: Será com certeza.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Bom dia, Sr. Deputado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, fiquei confuso com a ordem de inscrições. O som está péssimo hoje.

Presidente: Neste momento temos o Sr. Deputado Carlos Ferreira, a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputado Francisco César (PS): Então eu gostaria de inscrever o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Presidente: Obrigada. Pergunto se há mais inscrições?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Também queria inscrever-me, João Corvelo, se faz favor.

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, obrigada.

Julgo que para já não há mais inscrições. Vou passar então a palavra ao Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A violência doméstica é efetivamente um dos maiores flagelos sociais do País, e também da Região Autónoma dos Açores, a par das dependências e da pobreza e desigualdades sociais.

Em 2018 foram registadas 26.483 participações de oficiais de violência doméstica em Portugal; e os dados preliminares apontam para uma previsão de aumento dos crimes participados em 2019, ano em que terão morrido 35 mulheres, homens e crianças em situação de violência doméstica no nosso país.

Recordo que em relação a esta matéria, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores apresentou nesta legislatura um Projeto de Resolução para a realização de um estudo aprofundado sobre a violência doméstica e de género na Região – iniciativa que foi aprovada por unanimidade por esta Assembleia – no sentido de se apurar a real situação do flagelo nos Açores e permitir a definição das medidas mais adequadas para o prevenir e combater.

Todas as iniciativas que venham ao encontro do trabalho que as autoridades públicas, em todas as suas valências, podem fazer nesta área, são bem-vindos, ainda mais nesta altura em que em contexto de confinamento, confluem diversos fatores de potencial agravamento das situações de violência doméstica,

como a alteração das rotinas e a pressão adicional sobre as pessoas e as famílias, ou a limitação do espaço, conforme advogam as teorias ecológicas da criminalidade.

Para além disso, o recolhimento domiciliário e a maior presença física do agressor junto da vítima, criam dificuldades acrescidas às vítimas para pedirem socorro ou apresentarem queixa às Autoridades.

Como foi referido na apresentação do Projeto de Resolução, o próprio Secretário Geral da Organização das Nações Unidas alertou recentemente para a gravidade deste problema, e exortou os governos a tomarem medidas para proteger estas Vítimas.

Esta iniciativa do Bloco de Esquerda é, na nossa perspetiva, pertinente e oportuna, e merece o apoio do Grupo Parlamentar do PSD/Açores.

A V.D. é uma responsabilidade de todos, e as medidas recomendadas são mais um instrumento para ajudar as Vítimas e para melhorarmos a prevenção e o combate a este flagelo na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas, Sr. Deputado António Lima: Em primeiro lugar, quero naturalmente felicitá-lo pela pertinência do tema que traz a debate a esta Assembleia, porque penso que estamos todos conscientes, de facto, de que este novo cenário coloca aqui novos desafios às respostas no âmbito da violência doméstica na Região.

De facto, as vítimas de violência doméstica na Região continuaram a necessitar de apoio e as redes e polos, locais de prevenção e combate à violência doméstica existentes na Região Autónoma, ajustaram-se neste período e desde a primeira hora a esta nova realidade, privilegiando o apoio técnico prestado à

distância, sobretudo de forma telefónica e reforçando junto da comunidade açoriana a informação sobre os recursos disponíveis para as vítimas dentro desta situação, sem precedentes, apelando ainda à sua denúncia.

Entre os recursos disponíveis nesta matéria estão naturalmente a linha telefónica 800 27 28 29, além do 112 e da linha nacional 800 202 148.

Mantivemos desta forma a atuação dos serviços assente num modelo de proximidade junto das vítimas, com respostas integradas e continuadas, solidificando a utilidade destes serviços num momento tão crítico.

Tive oportunidade de, no âmbito de uma audição na Comissão de Assuntos Sociais, transmitir os dados de que dispunha na altura a propósito do balanço do trabalho desenvolvido nesta vertente e agora, já com um período mais alargado, permitam-me que vos transmita que durante cerca de um mês, ou seja, ao longo de 4 semanas, desde o início da crise até meados do mês de abril, no conjunto das várias estruturas responsáveis por prestar apoio às vítimas de violência doméstica na Região Autónoma, o número total de sinalizações para intervenção foi de 41, das quais 26 se reportam a novas sinalizações e 14 a reincidência, portanto a casos que reentraram no sistema de apoio.

Assistiu-se por isso a alguma estabilidade nestas últimas 4 semanas, uma média de 10 sinalizações por semana nas diferentes ilhas do arquipélago.

Importa também referir que destas sinalizações que estão a ser acompanhadas pelas redes e polos, uma percentagem muito significativa, 46%, foi encaminhada pela PSP, pela Polícia de Segurança Pública, seguindo-se depois os casos em que foi a própria vítima que solicitou ajuda aos polos, 24% dos casos, e numa percentagem crescente de casos foi a comunidade onde a vítima se insere que ativou o pedido de ajuda. Estamos a falar de cerca de 17%.

A maioria dos pedidos, no fundo, solicitam apoio no âmbito psicológico e social, e as devidas respostas foram dadas pelas respostas em rede.

Entendemos que é fundamental, de facto, que a rede e os polos locais continuem a cumprir a sua missão de proteger as vítimas de violência doméstica nas dificuldades e sobretudo perante as dificuldades que a atual crise sanitária nos coloca.

Esta missão para ser bem-sucedida tem de ser necessariamente coadjuvada pelas comunidades mais próximas das vítimas, por exemplo os vizinhos, e pelos serviços que embora sobrecarregados nesta fase continuam a ser essenciais no âmbito do apoio a estas vítimas.

Entendemos que só com uma comunidade atenta, solidária e responsável, regulada pela entreajuda e pela tolerância zero à violência, só assim as vítimas poderão ser sinalizadas, protegidas e apoiadas, construindo novas formas alternativas de vida, mais imunes à violência.

Importa agora, no que diz respeito ao conteúdo resolutivo da proposta do Bloco de Esquerda, dar aqui algumas indicações.

Sem querer entrar aqui minimamente em polémicas a este propósito, mas já agora acho que é importante que diga, que a campanha regional contra a violência doméstica e de género, designadamente a componente de divulgação da linha, iniciou-se com a apresentação desta campanha a 25 de novembro de 2019, não foi propriamente no dia 17 de abril de 2020. Iniciou-se a 25 de novembro de 2019.

Nessa fase foi constituído por um spot de vídeo com cariz inclusivo transmitido inclusivamente em língua gestual, transmitido nas redes sociais, desde logo em novembro de 2019, nomeadamente através do Facebook e do Youtube, etc., e mais recentemente na RTP-Açores.

O Governo Regional solicitou no dia 14 de abril à RTP e à RDP a divulgação de spots, o que começou a acontecer no dia 14 de abril de 2020.

Reconhecerá o Sr. Deputado António Lima a inviabilidade de montar uma campanha desta natureza do dia 17 para o dia 19, com certeza. Portanto, tudo

isto foi tratado previamente e entendemos que era importante agora intensificar esta campanha e é naturalmente o que estamos a fazer e é isso também que o Projeto do Bloco de Esquerda preconiza.

O spot de áudio que já está a ser divulgado nos meios radiofónicos, nomeadamente na RDP, Antena 1 Açores, desde o dia 19 de abril, que como disse a solicitação do Governo Regional ocorreu no dia 14 do mesmo mês, e sendo que a 21 de abril foram solicitados orçamentos a várias rádios, designadamente à própria FM, à Rádio Horizonte Açores e à TSF, exatamente no sentido de intensificar esta campanha.

Para além disso, em novembro também foram divulgados nas redes sociais e nos perfis das instituições das redes esta campanha. Também utilizamos a Newsletter mensal “Açores para a igualdade” para a divulgação desta linha e a 10 de dezembro de 2019, com a nota de encomenda feita a 19 de fevereiro deste ano, procedemos à encomenda de vários outdoors em formato 8x3 e 4x3, para serem colocados em todas as ilhas da nossa Região.

Também por via de cartazes, *flyers*, folhetos e folhetos informativos, durante os meses de dezembro e janeiro, foram distribuídos por todas as nossas ilhas cartazes A₃ e A₂, *flyers* e panfletos.

Estes materiais foram afixados em vários locais, nomeadamente departamentos do Governo, IPSS, Escolas Básicas, Secundárias e Profissionais, nas Universidades e nos vários polos da Universidade do Faial, Terceira e São Miguel, Centros de Saúde, Hospitais, Tribunais, restaurantes e cafés, bibliotecas, juntas de freguesia, Câmaras Municipais, tentando fazer de facto aqui uma divulgação em massa deste recurso à disposição das vítimas de violência doméstica e da comunidade em geral.

A propósito do segundo ponto do projeto resolutivo, que no fundo preconiza que a linha telefónica seja otimizada funcionando 24 horas por dia,

naturalmente que esta questão é uma questão pertinente, mas tem de atender à realidade.

Importa que se diga que neste momento o que entendemos que é fundamental é de facto proceder à divulgação da linha, até porque neste momento temos em média 3 chamadas por semana (portanto, temos capacidade para corresponder a uma maior volume de chamadas no horário que está perfeitamente identificado), mas também dizer-vos que fora deste horário, digamos que normal de funcionamento da linha, e concordando consigo, ou se seja, o agressor não escolhe propriamente a hora e as necessidades da vítima não se resumem a um horário das 9 às 5, mas fora desse horário as chamadas dirigidas à linha são encaminhadas para o 112 e o 112 reencaminha naturalmente, e está perfeitamente articulado com a rede de respostas no sentido de que seja assegurada a resposta à vítima.

Depois em termos da criação de um número de SMS, como é dito no preâmbulo da proposta foi criado com a CIG, a nível nacional, um número para o qual as vítimas podem enviar SMS, que é o 3060 e a CIG, em articulação com a Região, já tem um circuito perfeitamente estabelecido para o uso desse mesmo número e, no fundo, a articulação com as respostas regionais, garantindo assim que qualquer vítima que solicite apoio por via do SMS 3060 seja encaminhada ou correspondida a nível regional.

Eu penso que a questão é importante, coloca e levanta questões pertinentes para as quais eu tentei no fundo corresponder aqui com aquilo que têm sido as prioridades do Governo Regional nesta matéria.

Há, digamos, que uma coincidência, eu diria que perfeita, entre aquilo que é a preconizado nesta Proposta de Resolução e aquilo que têm sido as medidas implementadas pelo Governo Regional.

Só dizer que naturalmente este é um âmbito de intervenção. Conforme disse, o acompanhamento tem sido feito em muitos outros níveis. O 3.º Plano Regional

de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género vai naturalmente muito para além daquilo que é a linha, o SMS, e o funcionamento da linha propriamente dita, mas naturalmente percebo que o Bloco de Esquerda com esta proposta vem atender a uma conjuntura muito específica e naturalmente também à realidade das vítimas estarem confinadas no mesmo espaço com o agressor, por uma obrigação que o momento atual nos coloca.

Portanto, da parte do Governo Regional apenas contribuir para o debate, dando nota daquilo que tem sido o trabalho feito ao longo dos últimos meses.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Sem dúvida que o combate à violência doméstica exige uma atuação firme sempre e em tempos de pandemia ou não.

É um crime público. Denunciar é uma responsabilidade sem dúvida coletiva, e continua a ser um flagelo global, social, quer a nível nacional, quer a nível regional. Temos tido consecutivamente elevados índices de prevalência na Região e a violência doméstica não escolhe género, é mais prevalente sobre as mulheres, mas também já existem muitos homens que são vítimas deste tipo de violência e têm vergonha de assumir.

Ainda não se conhecem os Dados do Relatório Anual de Segurança Interna quanto ao ano de 2019.

Contudo, no relatório da APAV referente a 2019, publicado no passado mês abril, foi tornado público que nos locais de crime mais referenciados, quem procura a APAV é residência comum entre a vítima e o agressor (51,2%), a residência da vítima (é de 16%).

Também está referido nesse mesmo relatório que das 20 mil queixas que receberam, 80% foram relativas a crimes de violência doméstica, ou seja, os números continuam a ser alarmantes.

Sem dúvida que o isolamento social imposto no país e na Região desde meados de março, devido ao novo coronavírus, restringe muitas das pessoas às suas casas, onde no caso destas vítimas as mesmas veem-se num espaço limitado e que é tudo menos seguro.

Com os dados transmitidos na altura (os dados que tínhamos), eram efetivamente os 18 casos sinalizados aos 15 dias de confinamento, transmitidos pela Sra. Secretária na altura em sede de comissão. Agora foram transmitidos que na avaliação do mês seriam 41 sinalizações. Sem dúvida que existiu aqui um acréscimo significativo destas sinalizações e, como tal, reconhecemos que esta proposta procura responder a uma questão urgente, a uma atuação urgente, a um problema que é reconhecido por todos agora e já o era.

Sem dúvida que neste período em que as vítimas estão confinadas a mais tempo no mesmo espaço do agressor, em que algumas famílias veem a sua situação económica mais fragilizada, em que o ambiente familiar é outro com os filhos em casa em ensino à distância, poderão ser fatores de stress que podem levar eventualmente a um aumento das situações de violência doméstica.

Como tal, o Grupo Parlamentar do CDS reconhece a pertinência desta iniciativa e poderá eventualmente o cenário que estamos a viver ser mais propício a este tipo de violência e, como tal, é importante reforçar os domínios da prevenção, da intervenção junto das vítimas, disponibilizando e facilitando o acesso a todos os recursos para que estas possam fazer os seus pedidos de ajuda, porque sem dúvida que este cenário poderá potenciar casos de violência doméstica.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sendo este um assunto felizmente da esfera pública, é um assunto que nos envolve a todos enquanto sociedade e por isso também acho que é muito pertinente este momento de valorização do trabalho que todos os técnicos e todas as instituições públicas e privadas têm feito nesta matéria.

Aliás, e novamente felizmente, as respostas a este flagelo têm vindo a ter grandes desenvolvimentos por parte dos Estados um pouco por todo o mundo e naturalmente que os Açores não são exceção... muito pelo contrário!

É verdade que neste momento de confinamento, ou de maior confinamento, consoante a altura que vivemos, pela proximidade, durante mais tempo, entre agressor e a vítima, esta situação pode e deve ter maior atenção por parte de todos, não só dos governos, mas também dos próprios vizinhos, familiares e amigos das vítimas e também do agressor.

Mais... tem sido um assunto que tem merecido uma preocupação constante e por isso mesmo parece-me importante realçar o trabalho que tem vindo a ser feito e desenvolvido nesta matéria, nomeadamente:

- A nova campanha lançada ainda no final do ano passado, que é uma campanha que dá continuidade a outras que foram sendo desenvolvidas ao longo dos anos, já há muitos anos, aqui na nossa Região;
- O reforço na prevenção, não só na violência doméstica, mas também na violência de género e também na violência no namoro.

Ou seja:

- Refiro-me, ainda que de forma genérica, ao próprio Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género para o período 2019-2022, Plano este que dá continuidade a todos os planos já implementados anteriores a este período.

E refiro-me, naturalmente, também à intensificação deste combate, nomeadamente através de comunicação institucional nas nossas ruas e nas nossas casas, por exemplo, através dos órgãos de comunicação social regionais, como a Sra. Secretária ainda há pouco referiu.

Além disso há três aspetos que me parecem de particular importância frisar durante esta discussão, porventura para todos aqueles que nos possam estar a ver e a ouvir em suas casas, neste momento:

Em primeiro lugar, dizer que a recente linha criada a nível nacional e de acesso por SMS abrange todo o território nacional e naturalmente a nossa Região.

Em segundo lugar, esclarecer que apesar do horário de trabalho normal diário dos técnicos, através do mecanismo de reencaminhamento de chamadas é possível acudir às solicitações a qualquer hora do dia ou da noite.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, muito pelo contrário, ninguém, durante este período de pandemia, ou antes dele, fica ou ficou sem resposta numa situação aflitiva desta natureza.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista olha para esta proposta como uma boa convergência com tudo aquilo que tem vindo a ser feito pelo Governo Regional, não só agora, mas desde há muitos anos, convergência essa que é essencial para este combate a este flagelo, não só neste momento, mas sempre.

Em suma, Sra. Presidente, reconhecendo este assunto como sendo um problema que nos invoca a todos, importa dizer que, sobretudo num momento como este, de maior proximidade entre vítimas e os seus agressores, ninguém (ninguém!) ficará sem resposta e todas as instituições e todas as respostas existentes estão a trabalhar dentro da normalidade possível e sobretudo desejável.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como é possível avaliar pelos dados e denúncias, a violência doméstica tem tendência a aumentar, por vezes com total impunidade, quantas vezes com consequências até letais. Com o isolamento social a que esta pandemia nos obrigou a tendência para isto acontecer será maior e menos denunciada. Desta forma, exigem-se medidas, urgentes e inequívocas, direcionadas à proteção das vítimas, porque violência doméstica é uma incontestável violação dos direitos humanos.

Esta violência exprime-se na esfera pública e privada, liga-se à relação homem/mulher na família, estende-se à esfera económica e produtiva e à violação de direitos fundamentais.

Relembremos dos dados já falados anteriormente, do total de processos assinalados pelo Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada, em 92% das situações sinalizadas verificava-se a existência de crime.

Para a Representação Parlamentar do PCP, é fundamental assegurar medidas de prevenção das causas da violência doméstica, que conjuga fatores culturais e de ordem económica e social.

Para a Representação Parlamentar do PCP, é incontestável a necessidade de intervir ao nível dos valores éticos e culturais que continuam a marcar comportamentos e atitudes, e não é menos verdade que esse combate não terá sucesso se não for acompanhado por uma ação governativa que combata as causas e fatores que persistem em colocar as mulheres numa situação vulnerável económica e socialmente: A pobreza, o desemprego, a precariedade, a exclusão do acesso a direitos básicos, os fatores psicossociais, são estes fatores que aprofundam as desigualdades e atacam as pessoas nos seus mais elementares direitos.

Desta forma, a Representação Parlamentar do PCP votará favoravelmente a esta iniciativa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, António Lima.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente...

Presidente: Obrigada. Sra. Deputada Graça Silveira.

Pergunto se há mais inscrições, para além destas duas.

(Pausa)

Julgo não haver para já. Tem então a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que este assunto, a preocupação com a violência doméstica, felizmente reúne nesta câmara um amplo consenso. Obviamente que todos, de uma forma ou de outra, estamos preocupados e empenhados em encontrar as melhores soluções para debelar este que é provavelmente o maior flagelo social que existe no nosso país, na nossa Região e que infelizmente nos últimos anos não tem tido a redução que todos nós gostaríamos, porque como referi, na minha intervenção social, a violência doméstica continua infelizmente a ser um crime de grandes proporções e que leva inclusive à morte de muita gente, especialmente mulheres, neste país. São dados que obviamente têm de nos preocupar.

Este Projeto de Resolução obviamente não pretende, nem é um Projeto de Resolução que pretenda ir a todas as áreas, a todas as vertentes do combate à

violência doméstica, que é amplo, que envolve muitas facetas, muitas entidades, muitos campos de ação. Pretende obviamente responder a uma questão muito específica e muito objetiva que também deriva da própria situação excepcional em que vivemos de pandemia, em que um conjunto de medidas levam efetivamente a que as pessoas estejam confinadas nas suas casas de uma forma muito mais intensa do que é habitual e mesmo agora com alguma retoma da atividade normal, o que é certo é que todos sabemos que durante algum tempo (e esperemos que não muito, mas isso infelizmente é óbvio) as pessoas estarão mais tempo em casa do que é habitual.

Como já foi referido por todos os intervenientes até agora, essa é uma realidade que poderá ter efeitos obviamente negativos e também, indo aos números, é óbvio que estamos numa fase inicial. Apesar de já estarmos nesta situação de pandemia a algum tempo, é um tempo ainda reduzido para se fazer uma avaliação global de números. Provavelmente os efeitos da pandemia, os efeitos do confinamento da violência doméstica, só se farão sentir com um prazo mais largo e obviamente aí terão de ser analisados e agradeço obviamente (já começo por aí) as informações e os dados que a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social teve oportunidade de nos transmitir.

Indo também a algumas questões, tivemos esta iniciativa, de facto, a 17 de abril, em termos de formalização, mas o que é facto é que alertámos através de um comunicado no próprio dia 31, no seguimento de um conjunto de alertas que fizemos de forma, neste caso, reservada, mas em que tornámos públicos vários deles, ao Governo Regional no próprio dia 31 e esta foi uma ideia e uma preocupação que lançámos publicamente no dia 31 de maio.

É certo que, entretanto, foi desenvolvida a campanha que falou a Sra. Secretária, e bem, ela é fundamental. No entanto, julgamos que ela pode ser não só reforçada mas também tornada mais abrangente, como por exemplo na imprensa escrita e julgo que o Governo deve também aproveitar – o nosso

projeto resolutivo fala na comunicação social, é verdade – as suas presenças na internet, os seus portais da internet, os vários que gere, que tem, as presenças institucionais para a divulgação desta linha.

Por exemplo, uma das páginas mais acedidas, certamente, neste momento, é a página dedicada às informações do COVID-19, do Governo. Há lá um conjunto muito vasto de informação sobre diversas áreas e julgo eu que, por exemplo, aí, poderia esta linha também estar divulgada, porque ela de facto existe desde novembro de 2019, mas até porque participei no Parlamento dos Jovens cujo tema era exatamente este, tive a oportunidade de fazer também um conjunto de pesquisas para preparar as sessões que realizei nas diversas escolas, e de facto foi extremamente difícil fazer chegar a este número, que é um número relativamente novo. Foi extremamente difícil fazer essa pesquisa e chegar a este número. Sinceramente, considero que tenho alguma facilidade em fazer pesquisa na internet e tive muita dificuldade em encontrar, porque as referências eram poucas e a sua divulgação estava feita numa página da Direção Regional da Solidariedade Social, pelo menos foi a única que encontrei, e havia uma ou duas referências na comunicação social.

De facto, era difícil de encontrar e por isso certamente que era desconhecido de muita gente.

Agora, obviamente que esta campanha poderia já ter sido feita, na nossa opinião, de uma forma se calhar não tão intensa, mas como é necessária agora ela poderia ter sido feita. Agora é óbvio que ela é fundamental.

Sobre também as questões relacionadas, tanto o funcionamento da linha 24 horas e a questão da resposta por SMS, nós consideramos que o facto de existirem poucas chamadas não invalida que essa linha possa funcionar 24 horas. Essa resposta em termos de organização do trabalho de quem presta apoio pode ser feita de diversas formas, mas julgo que ela é possível, obviamente sendo que o mais importante é que a linha tenha efetivamente

resposta, mas também é necessário que essa resposta seja dada por quem conhece a realidade regional, porque é uma realidade, como sabemos muito específica, com 9 ilhas, e é fundamental que quem está do outro lado esteja ciente do contexto em que as pessoas vivem e da própria especificidade regional.

O mesmo digo para o SMS. Obviamente que poderá haver uma solução, utilizando aquele número nacional, o 3060, com referiu a Sra. Secretária.

Agora a resposta deste número tem de ser garantida uma resposta específica para a Região, por um lado porque número nacional certamente que receberá muitas denúncias e não temos informação obviamente do seu tempo de resposta, daquilo que é a sua eficácia e a resposta que é dada através desse número, mas julgamos que, como referi, é fundamental que a resposta que seja dada a nível regional seja uma resposta específica, própria, tendo em conta efetivamente a realidade.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Informo que o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A violência doméstica efetivamente passou a ser um crime público e como tal da responsabilidade de todos nós.

Infelizmente durante este período de isolamento social tornou-se bem menos público e por isso é urgente que se consiga encontrar novos mecanismos de prevenção, que penso que é o objeto desta iniciativa do Bloco de Esquerda e com o qual estamos completamente de acordo, porque os mecanismos que

existiam anteriormente deixam passar muitas situações que estão agora muito mais silenciadas.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, queria inscrever o Deputado Tiago Branco.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, em nome do Governo inscrevo a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Não havendo mais inscrições tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Apenas para refletir algumas questões nomeadamente colocadas pelo Sr. Deputado António Lima.

Muito já foi dito e explicado, quer pela Sra. Secretária Regional Andreia Cardoso, quer pelo meu colega Deputado João Paulo Ávila, mas parece-me que o Sr. Deputado António Lima de certa forma tenta aqui passar uma ideia em que as coisas possam não estar devidamente articuladas.

Eu devo realçar que na opinião do Partido Socialista há um trabalho efetivo percorrido aqui, porque a violência doméstica efetivamente não é um problema de agora, não é um fenómeno que tenha surgido em virtude do momento que atravessamos perante a pandemia COVID-19. É, sim, um problema social permanente que merece, e tem merecido, no caso dos Açores, a liderança do Governo Regional em parceria com diversas entidades na Região no combate a esse flagelo.

Exemplo disso, como a Sra. Secretária disse, são os Planos Regionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica. Estamos neste momento no 3.º Plano Regional que vigora entre 2019 e 2022 com um conjunto de medidas e ações planeadas que resultam também da experiência que foi possível obter dos documentos anteriores e da necessidade também de alargar essa sensibilização aos mais jovens.

Aliás, a sessão do Parlamento dos Jovens que o Sr. Deputado António Lima, e outros, participaram, quer nas escolas, quer na sessão plenária, é um exemplo do trabalho que tem sido feito e que permite que hoje haja mais pessoas sensibilizadas.

Aliás, também podemos admitir que o aumento das denúncias, ou o eventual aumento que possa haver de denúncias de violência doméstica, pode também ser resultado, e é certamente resultado, desse trabalho de divulgação e das medidas que têm sido implementadas pelo Governo Regional nessa matéria, sendo sempre justo dizer que há um trabalho meritório de centenas de pessoas, de muitas instituições, IPSS e outras entidades, com uma lógica de trabalho em rede que trabalham para que a violência doméstica seja cada vez mais denunciada. É essa a grande questão, a denúncia da violência doméstica enquanto crime público que é.

No entanto, e como já foi referido, não obstante esse decurso natural e calendarizado dessa estratégia, não quer dizer que não se adotem medidas excecionais para períodos excecionais, ou se preferirmos dizer até, se antecipem medidas já elas previstas como também é o caso destas proposta.

Pois entendemos também e temos consciência, que em momentos particulares como este e num cenário de confinamento poderá haver uma maior probabilidade de, no contexto habitacional e familiar surgir maior caso de violência e as vítimas colocadas nessas condições necessitarem de instrumentos

adicionais para pedir ajuda como é exemplo a possibilidade de se socorrem do SMS que está vertido nesta proposta e já implementado a nível nacional.

Mas também neste caso, o Partido Socialista acha que também é importante fazer um aproveitamento das medidas da República, nomeadamente na questão do SMS e da Linha 24 para que também a informação seja eficaz e não se perca em demasiadas vias.

Penso que também é preciso salientar isso, salientar que as vítimas de violência doméstica não estão deixadas ao abandono, e essa mensagem não pode de forma alguma ser passada.

Há um trabalho muito concreto e muito reconhecido do Governo dos Açores nessa matéria, e esta proposta vai precisamente ao encontro daquilo que tem sido percorrido pelo Governo nesta área.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Apenas breves notas a propósito daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado António Lima. Muito honestamente, Sr. Deputado, penso que não é relevante estarmos aqui em apreciações de quem é que chegou primeiro à meta.

Eu fui bem clara naquilo que transmiti e não pretendo com isto entrar em polémica absolutamente nenhuma.

Acho que, de facto, é pertinente o tema, é pertinente o momento em que é trazido o tema, é pertinente falar em reforço da campanha da Linha da Violência Doméstica, sendo certo que também é relevante e talvez é importante que o Sr. Deputado não ignore que esta campanha iniciou-se em novembro com a apresentação da campanha, com a apresentação da Linha.

Por diversas vias, como já tive oportunidade de dizer, num primeiro momento essencialmente com as redes sociais, por *flyers* que foram distribuídos em todas as ilhas, por um conjunto de, digamos, recursos publicitários que foram utilizados desde novembro até agora.

Por exemplo, a questão dos cartazes que vão ser colocados em todas as ilhas, que já iniciaram a sua distribuição no mês de maio, é importante que se diga que é um processo que conduziu a que os cartazes fossem distribuídos agora, se iniciou no mês de dezembro.

Eu não quero entrar aqui em mais polémicas com esta questão, mas naturalmente que o Governo Regional está atento à proposta do Bloco de Esquerda, ela tem toda a pertinência, mas também não vamos tentar diminuir aquilo que o Governo Regional tem feito a este propósito por via desta iniciativa que surge agora.

É verdade que o Bloco de Esquerda apresentou uma iniciativa a 17 de novembro, também é verdade que o Governo Regional, sob as mais diversas formas, tem procedido à divulgação do número da violência doméstica.

É também importante que eu responda a alguma das questões que o senhor falou, que provavelmente por falha minha referi a televisão e a rádio e não referi a imprensa escrita.

É importante que se diga que a divulgação da Linha já teve início também na imprensa escrita e que vai ser alargada a todas, mas isso tem a ver depois com a rapidez com que cada um dos jornais deu resposta à nossa solicitação.

Por exemplo, amanhã vai iniciar-se no “Açoriano Oriental”, mas já teve início no “Incentivo” no início desta semana, a partir de sexta-feira no “Ilha Maior”.

Também vai ter início brevemente no “Diário Insular”, ou seja, temos utilizado todos os recursos que estão disponíveis na nossa comunidade, inclusivamente a imprensa escrita.

Conforme tive oportunidade de dizer, também a própria FM, ao nível das rádios, já iniciou a divulgação hoje, a “Rádio Horizonte” começou ontem, portanto, tem sido utilizada toda a tipologia da imprensa escrita, áudio ou televisiva como meio de divulgação.

O Sr. Deputado também fez aqui referência à presença institucional. Pois, naturalmente penso que faz uma referência interessante quanto à possibilidade de divulgação e inclusão desta Linha no site do COVID-19 Açores. É uma questão que penso que não consta. Por exemplo, a nova linha de apoio psicológico já consta. Esta não constará porque não é propriamente uma linha que decorra do COVID-19, sendo certo que também podemos utilizar esse recurso e agradeço a sua sugestão.

No que diz respeito ao funcionamento 24 horas, acho que aqui há, de facto, eu diria, uma divergência de entendimento na minha perspetiva.

A linha está disponível 24 horas por dia, quem responde à linha ao longo dessas 24 horas é que poderão não ser exatamente as mesmas pessoas, mas não é pelo facto de os técnicos estarem disponíveis das 9 às 5 e daí por diante ser o 112 que as vítimas ficam sem resposta. Portanto, o que quero dizer é que o encaminhamento e a articulação com as entidades que respondem ao 112 é perfeito com os recursos que existem na comunidade.

Acresce aqui também este SMS, que foi instituído a nível nacional, o 3060, e que desde logo articulámos com a CIG no sentido de que haja uma perfeita articulação e encaminhamento para os recursos regionais disponíveis em matéria de violência doméstica.

Este é também um recurso disponível às vítimas. Não há qualquer limitação de chamadas ou de mensagens pelo facto delas terem proveniência na Região.

O que eu também aproveito para dizer, que discuti este tema, que acho que é uma preocupação, conforme o senhor disse, e muito bem, transversal a todos os partidos e acho que apesar das divergências que se podem encontrar num ou

noutro tema, penso que não é facto este o caso, ou seja, este é assunto que nos preocupa a todos e para o qual penso que vários partidos têm dado contributos que são úteis.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária. Informo que o Governo esgotou também o seu tempo para o debate.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, em nome do PSD inscrevo o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Para já, não. Tem então a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do debate que foi acontecendo parece-me importante dar aqui algumas notas sobre a iniciativa do Bloco de Esquerda e sobre várias das intervenções que naturalmente procuraram também enquadrar o tema aqui em análise.

Parece-me que o proponente em circunstância alguma disse que nada estava a ser feito na Região ou que o que estava a ser feito estava errado, pelo contrário. Nas últimas duas décadas nós, o país e a Região, demos um salto muito significativo na abordagem ao fenómeno de violência doméstica e de género.

Podemos falar de avanços ao nível jurídico, como a classificação do crime de violência doméstica como um crime de natureza pública, portanto que não necessita da queixa da vítima para que as autoridades judiciais possam dar andamento ao processo, ou a criminalização específica da violência no namoro que foi outra evolução muito importante para prevenirmos e enfrentarmos este flagelo no nosso país, e portanto com repercussões aqui na nossa Região.

Ao nível social, operámos efetivamente uma grande mudança de mentalidades, se bem que esse processo de evolução de mentalidades não está ainda concluído, provavelmente nunca o estará, e temos o dever de contribuir para essa mudança gradual de mentalidades de forma a diminuirmos a tolerância social que ainda existe e que temos todos que fazer tudo para eliminar a tolerância social que ainda existe em relação à violência no contexto do lar, violência no contexto da família.

Por outro lado, importa também referir que efetivamente as autoridades públicas e as organizações não governamentais têm trabalhado no sentido de melhorarmos todos a nossa intervenção, quer ao nível da prevenção, quer ao nível do combate, incluindo medidas de polícia que foram previstas em termos legais e que não existem para muitos outros tipos de criminalidade e que permitem às autoridades de polícia adotar medidas específicas como a detenção para o flagrante delito do agressor, se isso for necessário para a proteção da vítima. Isto foi um passo muito importante porque permitiu às polícias adotarem medidas que até aí não podiam adotar.

Portanto, têm sido dados passos importantes e progressivos. Agora também não podemos dizer que está tudo bem, porque não está efetivamente.

Nós temos, no nosso país uma prevalência muito significativa de crimes de violência doméstica e temos na nossa Região taxas extremamente elevadas, inclusivamente no pódio nacional, neste caso pela negativa.

Portanto, temos de fazer mais e é precisamente por isso também que consideramos pertinente e oportuna esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Relativamente ao que foi dito para percebermos que é necessário fazer muito mais e que estes planos não estão todos a funcionar tão bem como todos nós gostaríamos, basta verificarmos na situação da violência no namoro, porque em relação às classes etárias mais avançadas, às pessoas com mais alguma idade, nós até podemos perceber, em termos de mentalidade social, esta tolerância à violência doméstica.

Não aceitamos, não podemos aceitar, mas é uma situação que tem décadas e que poderemos considerar como mais ou menos natural. Agora em relação às classes etárias mais jovens nós não podemos aceitar e os fenómenos de violência no namoro que nós temos, quer no país, quer na nossa Região, devem levar-nos a todos a refletir seriamente e a perceber que afinal, ao nível da mentalidade social e ao nível da efetividade dos planos que têm sido adotados, muito mais é necessário fazer.

Portanto, volto a referir que na perspetiva do Grupo Parlamentar do PSD esta iniciativa do Bloco de Esquerda tem o mérito de colocar novamente este assunto na agenda do Parlamento dos Açores e tem também o mérito de apresentar alguns contributos para a melhoria da abordagem ao fenómeno da Violência Doméstica nos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, queria inscrever o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Presidente: Sim, senhor. Está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Tem então a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que o consenso alargado que foi encontrado neste debate é efetivamente a mensagem que este Parlamento deve passar num momento como este e num assunto como este.

Eu não era efetivamente para intervir mais vez nenhuma sobre esse assunto, até porque esse consenso estava claro em todas as intervenções que tinham sido feitas, até à última intervenção que nós tivemos, nomeadamente a segunda intervenção do Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Eu acho que da nossa parte, enquanto Deputados e enquanto Parlamento, é responsável, ou melhor, é pouco responsável passar uma ideia de que as coisas não estão a funcionar bem, porque isso pode passar uma mensagem a vítimas, ou a possíveis vítimas, de que elas não podem contar com as respostas que existem.

Ora, eu acho que isso é uma mensagem muito errada de que este Parlamento pode-se arriscar a passar num momento como este.

Eu acho que a mensagem que nós devemos passar neste momento é que não há vítimas desprotegidas, independentemente do período em que vivemos.

As SMS abrangem a Região Autónoma dos Açores a qualquer hora do dia e da noite, os números do telefone disponíveis abrangem a Região Autónoma dos Açores a qualquer hora do dia e da noite, e não há vítimas que ficaram sem resposta sobretudo num período como este.

Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que esta é que é deve ser a mensagem que deve passar deste debate, neste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Não havendo vamos passar à votação do diploma.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco Coelho.

(Pausa)

Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto a favor, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrada a votação.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 199/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11h50.

Eram 11 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 53 minutos.

Entramos agora nos pontos 25 e 26 da Agenda, que, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes serão debatidos em conjunto.

Os tempos para este debate são os seguintes:

O Governo Regional, o PS e o PSD dispõem de 23 minutos;

O CDS de 15 minutos,

O Bloco de Esquerda de 13 minutos;

O PCP de 11 minutos;

E a Sra. Deputada Independente de 4 minutos.

Para apresentar o ponto 25 da nossa Agenda, que alerto que tem uma proposta de substituição integral, o **Projeto de Resolução n.º 208/XI – “Medidas extraordinárias de apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Santas Casas da Misericórdia desempenham um papel insubstituível no apoio social aos que mais necessitam, em especial nos cuidados prestados nas seguintes valências:

- i) Estruturas Residenciais para Idosos;
- ii) Serviços de Apoio Domiciliário;
- iii) Lares Residenciais para Utentes com Necessidades Especiais;
- iv) Estruturas de Acolhimento de Crianças e Jovens e Centros de Acolhimento Temporário; e ainda,
- v) Casas de Saúde.

Nestas valências, foi fundamental adotar medidas para minimizar os riscos coletivos da propagação do surto da doença COVID-19;

Entre as medidas implementadas, podemos destacar a adoção de um regime de trabalho com a divisão das equipas cuidadoras – “equipas em espelho” – e a sua rotação, preferencialmente em regime quinzenal, assegurando um período de quarentena social entre cada rotação laboral, de modo a garantir o distanciamento social imposto e a proteção dos utentes e colaboradores.

Este regime laboral implica o pagamento de trabalho complementar, a contratação de trabalhadores em algumas das instituições e, eventualmente, a compensação pecuniária de férias que não possam ser gozadas.

Para além disso, o atual contexto de pandemia determinou também um reforço das medidas de higienização dos espaços e equipamentos, bem como o uso de equipamento de proteção individual adequado, o que representa também um importante esforço financeiro para estas instituições.

Deste modo, a situação de contingência que vivemos impõe às IPSS e às Santas Casas da Misericórdia um esforço financeiro imprevisto e acrescido, na defesa da saúde dos seus utentes e colaboradores;

A Região desempenha um papel importante no apoio a estas instituições, até porque muitas das atribuições exercidas competiriam à Região, sendo importante reconhecer, ao mesmo tempo, o enorme esforço que as IPSS e as Misericórdias – e os seus colaboradores – estão a desempenhar neste momento da nossa vida coletiva e enaltecer esse mesmo esforço e empenho.

O Código de Ação Social dos Açores estabelece as modalidades de contratos de cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, e prevê no artigo 46.º, alínea c), o contrato de cooperação – valor eventual, que, e cito:

“Estabelece as obrigações recíprocas relacionadas com necessidades específicas da instituição, conexas com a respetiva resposta social, que revistam caráter

excepcional, imprevisível e urgente, não suscetíveis de enquadramento noutros contratos de cooperação”.

E é disto que estamos a falar nesta pandemia, Sras. e Srs. Deputados, de necessidades de carácter excepcional, imprevisível e urgente.

Assim, o Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do PSD pretende que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional dos Açores que:

a) Proceda à celebração de contratos de cooperação – valor eventual no sentido de suportar integralmente os encargos com a adoção de um regime de laboração adequado ao contexto de pandemia, com a divisão das equipas cuidadoras em “equipas espelho” e respetivo regime de rotação, incluindo, os decorrentes da celebração de contratos de trabalho para esta finalidade e as contribuições devidas à segurança social, bem como o pagamento de horas extraordinárias ou a compensação por férias não gozadas, com as instituições que integram a rede de IPSS e de Santas Casas da Misericórdia da Região, responsáveis pelas seguintes valências:

- i) Estruturas Residenciais para Idosos;
- ii) Serviços de Apoio Domiciliário;
- iii) Lares Residenciais para Utentes com Necessidades Especiais;
- iv) Estruturas de Acolhimento de Crianças e Jovens e Centros de Acolhimento Temporário; e
- v) Casas de Saúde.

b) (Que) Os “contratos de cooperação – valor eventual” a celebrar com as Instituições enunciadas na alínea anterior, contemplem também a compensação do aumento de encargos excepcionais, imprevisíveis e urgentes, que estas instituições passaram a ter com a aquisição de equipamentos de proteção individual e com o reforço das medidas de higienização;

E em termos de vigência, propomos que:

c) Os protocolos acima indicados produzam efeitos reportados à data da declaração da situação de contingência na Região Autónoma dos Açores e vigorem enquanto se mantiverem as medidas de prevenção adotadas por recomendação das autoridades de saúde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Importa acrescentar algo mais sobre este Projeto de Resolução e sobre a proposta de substituição integral, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Depois da entrada desta iniciativa no Parlamento, o Partido Socialista também apresentou uma iniciativa da mesma natureza. Embora não concordando com a metodologia preconizada para o apoio, mas reconhecendo os aspetos positivos do Projeto de Resolução do Partido Socialista, nomeadamente o facto de abranger mais instituições, o Grupo Parlamentar do PSD procurou, junto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apurar a disponibilidade para uma iniciativa conjunta, e de consenso, congregando o melhor dos dois diplomas.

Não tendo havido recetividade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para o efeito, com toda a legitimidade, o Grupo Parlamentar do PSD entendeu, com toda a humildade democrática, aperfeiçoar o seu Projeto de Resolução, para que nenhuma instituição pudesse sair prejudicada.

Desta forma, todas as instituições são contempladas, e a forma de compensação pelas despesas excepcionais, imprevistas e urgentes que adotamos é, não só aquela que o Código da Ação Social dos Açores prevê para estas situações, mas também a única que permite apoiar cada instituição na exata medida das suas despesas adicionais.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora para apresentação do ponto 26 da Agenda, **Projeto de Resolução n.º 209/XI – “Majoração Extraordinária de Apoios a IPSS e Misericórdias dos**

Açores”, iniciativa esta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Face ao atual estado de pandemia da Covid-19, que assolou o Mundo e os Açores, e considerando que as respetivas recomendações da Autoridade de Saúde Regional implicaram e implicam, para as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias, novas obrigações e despesas, pois estas tiveram de se adaptar e implementar medidas extraordinárias ao nível do regime de funcionamento das equipas, bem como da aquisição de material higio-sanitário e de proteção individual específico; e considerando que o financiamento público não leva, nem poderia levar, em linha de conta esta situação imprevisível, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista resolve recomendar ao Governo dos Açores, a título excecional e transitório, o reforço da comparticipação destas instituições, do seguinte modo:

No caso das Estruturas Residenciais para Idosos, das Estruturas Residenciais para Pessoas com Deficiência, dos Serviços de Apoio ao Domicílio e no caso das Casas de Saúde, desde que tenham adotado um regime de funcionamento com “equipas em espelho” ou com “horários alargados”, o valor mensal por utente seja majorado em 60 euros, mediante existência comprovada da respetiva despesa.

No caso das estruturas Residenciais de Acolhimento de Crianças e Jovens e dos Centros de Acolhimento Temporário, desde que tenham adotado as medidas acima referidas, seja majorado o valor mensal por utente em 30 euros, também mediante a existência comprovada da respetiva despesa.

Propõe-se que este apoio vigore com efeitos a 1 de abril de 2020 e enquanto durarem as especiais recomendações da Autoridade de Saúde Regional, para

prevenção da pandemia, e assim garantir a sua existência independentemente da modalidade de estado de exceção vigente.

Bem sabemos que já existem algumas medidas em marcha para apoio a estas instituições, como é o caso da Resolução do Conselho de Governo n.º 116/2020 que aprova o Regulamento da Medida de Colocação Extraordinária de Trabalhadores que visa assegurar e reforçar a capacidade de resposta das instituições de solidariedade social nas áreas da saúde e do apoio social durante a pandemia da Covid-19.

É igualmente o caso da circular de 18 de março de 2020, enviada às instituições, que recomenda a permissão da alteração dos quadros de recursos humanos das instituições durante este período, para garantir o funcionamento regular da resposta e, sendo necessário, a disponibilização de apoios financeiros extraordinários por parte da Direção Regional da Solidariedade Social para fazer face a custos adicionais diretamente relacionados com as medidas de contingência relativas à Covid-19.

Esta é, assim, mais uma proposta concreta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que confirma que o Partido Socialista está sempre atento às necessidades do variado leque de valências inseridas nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias, que vão de Santa Maria ao Corvo, abrangendo largas dezenas de instituições, refletindo a especial sensibilidade e atenção permanentes do PS Açores e do seu Governo às instituições que acolhem e cuidam de nichos da população socialmente mais fragilizados, quer pela sua média etária, pela sua particular situação de saúde ou por serem portadores de maiores riscos e, assim, merecerem especiais cuidados. Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, em nome do Governo inscrevo a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*): Sra. Presidente, é para inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado António Lima (*BE*): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Já está inscrito. Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado João Paulo Corvelo (*BE*): Queria inscrever-me, João Paulo Corvelo, se faz favor, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver para já mais inscrições. Tem então a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Breves notas de contextualização a propósito do que aqui é trazido a debate pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e pelo Grupo Parlamentar do PSD, dando nota de que, aliás como já foi muito bem-dito pela Sra. Deputada Isabel Quinto na apresentação da proposta do seu Grupo Parlamentar, que de facto desde cedo, a Secretaria Regional da Solidariedade, através de documento remetido pelo Instituto de Segurança Social dos Açores a todas as Instituições

Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias dos Açores, a 18 de março de 2020, deu nota no seu ponto 6, de que a Direção Regional da Solidariedade Social disponibilizaria naturalmente os apoios previstos no âmbito dos contratos de cooperação de apoio eventual para fazer face a custos adicionais diretamente relacionados com as medidas de contingência relacionadas com o COVID-19.

Neste momento, até agora, foram rececionadas 10 candidaturas num valor aproximado de 40 mil euros.

Também neste documento foram introduzidas outras indicações importantes no sentido de facilitar a adaptação e preparação das instituições para lidar com esta situação, designadamente ao nível dos respetivos planos de contingência. A identificação de profissionais afetou outras respostas sociais que encerraram a partir de 16 de março e que poderiam ser mobilizados para as atividades das respostas sociais, designadamente apoio aos idosos.

Foi também comunicada a assunção por parte do Instituto de Segurança Social dos Açores do montante das comparticipações familiares e este aspeto é muito importante para a manutenção do regular fluxo de tesouraria destas instituições. A par destas três orientações que são muito importante, quer para o nível de gestão de tesouraria, quer ao nível da gestão de recursos humanos, também a Secretaria Regional da Solidariedade Social em colaboração com a Secretaria Regional da Saúde e Serviço Regional de Saúde em geral, disponibilizou, ou assumiu, a distribuição de um conjunto de equipamentos de proteção individual, nomeadamente máscaras cirúrgicas e luvas, designadamente 40 mil máscaras cirúrgicas e 44 mil luvas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, designadamente com respostas na área dos idosos e refiro-me às Estruturas Residenciais para Idosos e serviços de apoio ao domicílio, mas também outras instituições designadamente as que são objeto de discussão aqui hoje.

Para além disso foi criada uma equipa de acompanhamento à implementação dos planos de contingência, equipa esta que integra elementos da Solidariedade Social e da Saúde.

No fundo, foi um agente facilitador entre as várias instituições da criação de alternativas de gestão de equipas e de construção de turnos e também de partilha de boas-práticas identificadas entre as várias IPSS. Este aspeto foi fundamental no sentido de não agravar o peso financeiro das opções tomadas pelas instituições e também foi feita aqui uma estreita articulação com a Inspeção Regional do Trabalho exatamente para se perceber até onde podia ir o alargamento dos horários, de que forma é que podia ser feita a rotatividade das equipas, tudo isto aspetos essenciais.

Para além disso, também foi criada uma bolsa de trabalhadores que integrou 300 trabalhadores da Região Autónoma dos Açores e este aspeto também foi importante até para percebermos a disponibilidade das equipas para integrarem outras respostas e de outras instituições.

Também já referido pela Deputada Isabel Quinto foi criada uma nova medida de colocação excecional de trabalhadores, a 23-04-2020, com o objetivo de reforçar a capacidade de resposta das IPSS às necessidades decorrentes da pandemia e gerar também aqui, por esta via, oportunidades de inserção laboral, de pessoas desempregadas ou à procura do primeiro emprego.

Em suma, eu diria que desde o primeiro momento o Governo Regional esteve atento e reconheceu o impacto financeiro da pandemia nas diversas medidas de prevenção do contágio nas várias respostas sociais e instituições, avançando desde logo com um conjunto de respostas que no nosso entender foram e são fundamentais quer para a gestão de recursos humanos, quer para a gestão de recursos financeiros das instituições.

A propósito das duas propostas apresentadas deixem-me que vos transmita o seguinte:

De facto, os contratos de cooperação de valor eventual existem e estão estabelecidos no Código de Ação Social para situações, conforme disse o Sr. Deputado Carlos Ferreira, e muito bem, urgentes e inadiáveis e imprevisíveis nas suas palavras.

Há, de facto, aqui um conjunto de custos e de despesas que foram por algumas instituições, e a dado momento por agentes imprevisíveis, mas que de facto não são hoje. Ou seja, depois de passados dois meses de receberem um conjunto de orientações, quer a equipa que acompanha os planos de contingência, quer da própria Autoridade de Saúde Regional, estas despesas deixaram de ter o carácter urgente e imprevisível.

Continuam a ser de facto custos adicionais, mas deixaram de ter um carácter urgente e imprevisível.

Por outro lado, há outras instituições e outras respostas sociais que vão a partir de agora começar a ter despesas urgentes e imprevisíveis. São elas, por exemplo, as creches, jardins-de-infância, os ATL que não constam do projeto do PSD. Apesar do PSD ter alargado a abrangência do projeto inicial, o que é facto é que, quanto a mim, não observa a realidade ao momento atual. Ou seja, se pelo lado do Grupo Parlamentar do PS assume-se, na sua proposta, as despesas são custos adicionais, mas deixaram de ser urgentes e imprevisíveis, pelo lado do PSD assume, quanto mim, nas respostas sociais erradas, a urgência e imprevisibilidade da despesa.

Para estas respostas sociais aqui identificadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, as necessidades deixaram de ser urgentes e imprevisíveis e são permanentes até ao fim desta pandemia e até que completamente debelada esta questão.

Portanto, acho que é inclusivamente importante para a estabilidade financeira das instituições e para o fluxo de tesouraria que é fundamental que se garanta a estas instituições que elas reconheçam e tenham aqui uma segurança em termos

do financiamento, que garanta viver os próximos tempos com alguma estabilidade.

Reconhecendo naturalmente o esforço e a generosidade da proposta do PSD, mesmo assim entendo que nesta fase é restritiva, em função aquilo que já foram as orientações emanadas pelo Governo Regional a 18 de março, em que prevê de facto a realização de novos contratos de cooperação de valor eventual para todas as respostas sociais para aquilo que são de facto despesas urgentes e imprescindíveis.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: As IPSS e as Misericórdias assumem um papel relevante na garantia das respostas sociais açorianas. Desempenham, sem dúvida, um papel fulcral na promoção da coesão social e bem-estar das populações, dado que contribui para uma consistência coletiva dos problemas sociais, para a utilização de recursos de intervenção nas diferentes ilhas e para a ativação das respostas necessárias. Têm sido tempos intensos e exigentes para todos, mas principalmente para aqueles que trabalham perto da terceira idade, um dos grupos mais vulneráveis à COVID-19, que trabalham com as crianças, jovens e adultos integrados em lares residenciais e que têm que estar sujeitos ao isolamento e ao confinamento, ou ainda àqueles que prestam o apoio domicílio assumindo especial importância nesta fase, dado que muitas vezes constitui a única resposta ao apoio a pessoas que se encontram isolados nos seus domicílios e sem capacidade de responderem autonomamente às suas necessidades mais básicas.

É necessário reconhecer o enorme esforço, dedicação, empenho e espírito e missão a todos os funcionários e dirigentes das IPSS e Misericórdias neste período tão exigente.

Esta nova situação à qual as instituições se adaptaram rapidamente e ainda estão a adaptar-se diariamente, foi um processo que tiveram de introduzir novos procedimentos, novas práticas, orientações numa base de proteger os funcionários, porque eles são o garante da segurança dos seus utentes e também com prioridade e salvaguardar os utentes nestes período difícil.

Cada instituição perante a sua realidade, método de trabalho e até a evolução do surto na sua localidade, tem-se adaptado e tem gerido a sua instituição por forma a dar a melhor resposta possível, sempre com os olhos postos no presente, mas também no que poderá estar para vir.

Estas instituições perante esta nova realidade efetivamente têm tido encargos extraordinários, que não estavam a contar, desde as despesas com o pessoal para aquisição do material de proteção individual, higienização e até porque os requisitos e as exigências quanto à higienização são outros, e como é natural isto tem-se refletido em acréscimos na despesa que não conseguem ser suportáveis pelos orçamentos que estas instituições têm.

Para que as coisas continuem a correr da melhor forma é fundamental que estas instituições tenham disponibilidade financeira para continuar este trabalho de prevenção e de contenção da pandemia e que possam adquirir os materiais e continuar a trabalhar, algumas delas em novos formatos de laboração.

Quanto às iniciativas apresentadas, e pelo que disse anteriormente, é importante que efetivamente exista um reforço financeiro e que este tenha enquadramento nas diversas realidades, nas várias ilhas, para que todas possam aceder a este apoio.

Quanto à iniciativa do Partido Socialista, e por maioria de razão será a que será aprovada, surgem-nos aqui algumas questões que queria colocar.

Primeiro, o porquê da diferenciação do valor dos 60 e 30 euros?

Porquê das Estruturas Residenciais de Acolhimento das Crianças, Jovens e dos Centros de Acolhimento terem o valor de 30 euros por utente?

Também queria questionar o Grupo Parlamentar do PS quanto ao articulado da iniciativa, nomeadamente no ponto resolutivo e da forma como está exposto.

As instituições que até agora não tiveram despesas com a laboração dos funcionários, ou seja, que não tenham até adaptado o regime de “equipa espelho” ou horários alargados, porque a realidade do surto na Região é muito diferente (e acredito que cada instituição está a adaptar-se consoante a disponibilidade que tem de recursos humanos, consoantes a disponibilidade na bolsa de funcionários da própria ilha, e a evolução do próprio surto) essas instituições que não estão a ter, ou que até agora não tiveram despesas extra com a laboração dos funcionários, mas tenham despesas extras com os equipamentos de proteção individual, com o material higio-sanitário, se estarão abrangidas por este apoio?

Muitas delas têm também gerido a sua instituição de alguma forma.

Por exemplo, há uma instituição aqui na Ilha de São Jorge que optou por facultar refeições aos funcionários para trabalharem mais horas e na hora da refeição estão na instituição. O que quero dizer com isto é que a instituição está a adaptar-se por si.

Efetivamente aquelas que não têm tido, ou não tiveram até agora, despesas com a laboração dos funcionários se estão enquadradas?

Por exemplo, a Sra. Secretária mencionou na sua intervenção que as creches que vão reabrir vão agora deparar-se com um acréscimo de despesa para preparem-se para esta nova realidade, se estas estariam também contempladas?

Como no entender do Grupo Parlamentar do PS seria operacionalizada toda esta questão, uma vez que tem de ser mediante a existência comprovada da respetiva

despesa, é importante que isto seja o mais ágil e menos burocrático possível, para que também possa dar uma resposta mais efetiva a instituições.

Terminando, dizer que o Grupo Parlamentar do CDS entende que efetivamente é necessário um reforço a todas as IPSS e Misericórdias, o quanto antes, para que estas possam continuar a garantir, nas suas diversas valências, todos os procedimentos necessário de forma a assegurar a segurança dos seus utentes e funcionários e são precisas respostas em tempo real, pois a garantia do pleno funcionamento das instituições são uma responsabilidade social e em tempos exigentes pedem o melhor de nós e essas instituições são imprescindíveis na garantia das respostas sociais aos açorianos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e agora a proposta de substituição à proposta inicial do Grupo Parlamentar do PSD, procuram incidir um conjunto de medidas no mais diverso e amplo, num conjunto de infraestruturas e valências na área de ação social, mais concretamente Estruturas Residenciais para Idosos, para pessoas portadoras de deficiência e nos serviços de apoio ao domicílio, bem como para Casas de Saúde, Estruturas Residenciais de Acolhimento de Crianças e Jovens e nos Centros de Acolhimento Temporário.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na sua proposta, e mais concretamente na sua exposição de motivos, assume que se tratam, de facto, de serviços que correspondem a competências delegadas pela Região, neste caso, IPSS e Misericórdias, razão para que estes serviços não sejam perspetivados como de menor importância.

São serviços assessorados graças a pessoal especialmente reformado para o efeito, tendo em conta as particularidades dos seus utentes.

Portanto, a essa exigência de qualificação deveriam corresponder carreiras condignas, as quais devem ser garantidas por um modelo de financiamento adequado.

O Código de Ação Social não garante este devido funcionamento e as suas lacunas tornaram-se ainda mais evidentes nesta altura.

Com a obrigação de exclusividade de profissionais de saúde, do Serviço Nacional de Saúde e Serviço Regional de Saúde, ditado pelo Estado de Emergência, estas instituições terão, porventura, que arranjar soluções, o que acarreta custos acrescidos, apesar da bolsa de trabalhadores criada nas várias ilhas da Região para tentar suprir essas eventuais lacunas.

Aliás, na Comissão de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados, ficou evidente que muito do pessoal especializado, e refiro-me concretamente aos profissionais de saúde, não se encontram em regime de exclusividade acumulando funções com o Serviço Regional de Saúde.

Não cremos que em menos de dois anos essa situação se tenha revertido.

Estranhamos, por isso, a não inclusão das Unidades de Cuidados Continuados nestas iniciativas, apesar dessas unidades não serem financiadas pelo Código de Ação Social, mas seria, no mínimo, pertinente perceber como estão neste momento a funcionar e que necessidades têm sentido.

Voltando às ERPIs, sabemos que uma parte muito significativa dos óbitos de COVID-19 se deu numa ERPI, numa ERPI que queremos ter todas as condições de funcionamento, mas que se viu assolada por esta desgraça.

Vamos supor que o contágio se teria dado numa ERPI como a da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, aliás, uma instituição que tem uma valência de ERPI que não é mais do que o reflexo da realidade resultante de um modelo de financiamento totalmente inadequado.

As condições desta ERPI foram denunciadas, inclusive pela Ordem dos Enfermeiros, e muito recentemente tivemos conhecimento de que não foram feitas quaisquer ações de fiscalização.

Se calhar esta situação na ERPI da Santa Casa da Misericórdia da Madalena não se deve a uma responsabilidade exclusiva da Santa Casa da Madalena, mas tão somente àquela que é uma consequência direta do modelo de financiamento totalmente desajustado.

Perante essa realidade, de facto, podemos concluir que melhor é impossível.

Numa situação em que vivemos, que condições de segurança estão garantidas numa valência como a Santa Casa da Misericórdia da Madalena? Uma ERPI (devo recordar e isso consta aliás do parecer da própria Ordem dos Enfermeiros) onde os utentes são inclusive colocados em antigas casas de banho que são desativadas para o efeito?

Os utentes permanecem em corredores onde a única garantia do mínimo de privacidade é a colocação de biombos entre os utentes.

Isto foram relatos que nos chegaram, é claro que no período pré COVID-19. Espero que estas falhas tenham sido colmatadas entretanto.

Quando aos objetos resolutivos, o PSD partilha com o Partido Socialista os mesmos intentos. Disso não temos quaisquer dúvidas.

No entanto, a proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista concretiza os valores a majorar.

Independentemente disso, o nosso Parlamentar irá votar favoravelmente as duas iniciativas.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (BE): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As Estruturas Residenciais Para Idosos, as Estruturas Residenciais para Pessoas com Deficiência e dos Serviços de Apoio ao Domicílio, são estruturas residenciais que devem dispor de pessoal que assegure a prestação dos serviços 24 horas por dia, por isso, dependendo do número de utentes, as equipas de funcionários abrangem pessoal da área da saúde, da animação sociocultural, técnicos de geriatria, ajudantes de ação direta, cozinheiros, ajudantes de cozinha, auxiliares, entre outros.

No dia-a-dia destes espaços procura-se garantir que as doenças de cada pessoa estejam controladas, mas apesar de todos os cuidados, os idosos necessitam de recorrer às urgências hospitalares e até a internamentos. Infelizmente, são frequentes as infeções hospitalares neste grupo de pessoas mais fragilizado, e em tempos de epidemia será de todo desaconselhado recorrer aos hospitais.

No entanto, é impossível prever as necessidades das pessoas e impedir que fiquem doentes ou que as suas doenças se desenvolvam. Assim sendo, é necessário e urgente reforçar os cuidados nestes espaços, sendo desejável aplicar ao pessoal dos lares as mesmas regras que são aplicadas aos demais profissionais de saúde, no que diz respeito aos equipamentos de proteção (dos próprios e dos idosos).

Para estas estruturas estarem seguras, muitas delas colocaram as equipas com um horário laboral reforçado, com o dobro dos cuidados e muitas vezes com despesas extraordinárias ao que era regular.

Desta forma, o PCP entende que as IPSS, Misericórdias e Casas de Saúde devam ser apoiadas previstas nestas iniciativas, com a salvaguarda que estes trabalhadores que estão a fazer um esforço muitas vezes incalculável sejam valorizadas e recompensadas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, inscrevo a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social. Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, se faz favor.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Sra. Presidente, queria inscrever em nome do PSD o Deputado Carlos Ferreira.

Presidente: Obrigada.

Deputado Francisco César (*PS*): Sra. Presidente, queria inscrever, em nome do PS, a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Presidente: Obrigada.

Julgo não haver mais inscrições.

Tem então a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Apenas umas palavras breves a propósito daquilo que foi sendo dito ao longo deste debate.

No que diz respeito, no fundo, a despesas extraordinárias a que as instituições tiveram de ocorrer neste período, importa talvez segmentar em dois grandes grupos.

A primeira, diz respeito aos recursos humanos e naturalmente que temos todos que assumir que neste período houve pessoas que ganharam, por exemplo, o direito a faltar justificadamente por serem pais de crianças com menos de 12 anos e que integravam os cuidados prestados, designadamente aos idosos,

essencialmente aqui ao nível do Serviço de Apoio ao Domicílio e das Estruturas Residenciais para Idosos.

Naturalmente que as instituições viram diminuído o seu quadro de pessoal também por esta via.

Para além deste facto, naturalmente que prolongar horários e criar “equipas espelho”, pese embora que com reforço de pessoal doutras das respostas sociais, a verdade é que as instituições tiveram, de facto, e desde o primeiro momento (isto é claramente assumido) que incorrer a gastos extraordinários ao nível de pessoal, cada um com a margem total para proceder à forma de gestão de recursos humanos e de turnos que bem entendeu ao longo de todo este período.

De facto, houve instituições que recorreram a pessoal de outras valências, houve instituições que promoveram horários alargados, uns que fizeram rotatividade de 7 em 7 dias, com o descanso de 15 dias, houve outro com uma “equipa espelho” de 14 em 14 dias. As opções foram de facto variadas.

Houve até instituições que optaram por equipas de residentes, como é o caso da Santa Casa da Misericórdia da Calheta.

As opções foram variadas e as compensações atribuídas aos trabalhadores também foram elas variadas em função daquilo que é a autonomia e total gestão que as IPSS dispõem. Este aspeto acho que é importante que seja aqui reafirmado.

Depois, ao nível dos equipamentos. Ao nível dos equipamentos naturalmente que a necessidade de equipamento por parte das instituições também varia em função das próprias respostas sociais e é importante aqui, talvez até respondendo a algumas das questões que foram aqui colocadas, referir que não é igual, de facto, a necessidade que existe de equipamentos de proteção individual numa Casa de Acolhimento de Crianças e Jovens, em que não é feita a higiene por parte dos trabalhadores à maioria dos jovens e das crianças acolhidas, que já têm autonomia suficiente para proceder à sua higiene pessoal,

ao contrário dos lares de idosos e do serviço de apoio ao domicílio em que a higiene é assegurada pelos trabalhadores, naturalmente com a necessidade de substituição integral dos equipamentos de proteção individual a cada idoso que cuidam.

O mesmo acontece com os lares para deficientes que têm exatamente o mesmo nível de exigência que tem um lar de idosos em termos de equipamento de proteção individual.

Este aspeto é, de facto, bastante diferenciador em termos de despesas e de consumo de equipamentos de proteção individual, apenas para ajudar aqui à reflexão e eventual diferenciação de custos por parte das várias respostas sociais.

Também dizer que com certeza teremos oportunidade, e o Sr. Deputado Paulo Mendes tem todos os recursos para o fazer à sua disposição, enquanto Deputado, enquanto elemento de um partido político, para trazer a debate os assuntos que naturalmente entende, nos momentos em que entende, sendo certo que eu não conheço nenhum relatório ainda da Ordem dos Enfermeiros a propósito do Lar da Misericórdia da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, mas devo dizer, Sr. Deputado, que é exatamente uma das instituições que presta cuidados a muitos idosos na Ilha do Pico e que o faz com muito esforço dos trabalhadores, naturalmente, e da sua própria direção. Tem feito um esforço enorme também para conduzir uma gestão financeira adequada da instituição.

Parece-me que introduzir aqui este tema um pouco, eu diria mesmo totalmente fora do objeto daquilo que se trata aqui, não me parece muito correto, nem me parece que se tenha colocado por via do COVID nenhuma situação de exceção, que eu saiba, na Santa Casa da Misericórdia.

Também me parece precipitado da sua parte tirar conclusões a propósito de um trabalhador que trabalhou nem um mês na Santa Casa da Misericórdia da Madalena e daí concluir e extrapolar sobre os cuidados que são prestados por

uma instituição que, com tanto mérito e há tantos anos, desenvolve a prestação de cuidados aos idosos naquela ilha.

Com certeza que quando a Região dispuser, porque como sabe a Região avançou com um processo de avaliação à Santa Casa da Misericórdia por via daquela denúncia que foi pública por via da RTP-Açores, e naturalmente quando tivermos conclusões sobre esse assunto teremos todo o gosto em partilhar com os partidos políticos, sendo certo que me parece precoce, por via de declarações que foram proferidas sem ainda haver conclusões das entidades que estão a averiguar esse assunto, tirar conclusões a partir de alguns minutos de uma conversa com um trabalhador de uma determinada instituição.

Para já era só, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não deixa de ser irónico que a Sra. Secretária da Solidariedade Social tenha referido, e bem, que no caso das IPSS as suas equipas tenham ficado diminuídas pelo facto de haver várias funcionárias, e bem, que tiveram direito a ficar em casa porque têm filhos menores.

Mas as IPSS tiveram mecanismos alternativos, como disse e bem, ir buscar pessoal de outras respostas sociais, de ir buscar pessoal a outras valências que nesta altura não estavam em funcionamento, nomeadamente no caso das creches, etc., etc..

Aquilo que é interessante é que na nossa sociedade, enquanto continuamos nos nossos discursos políticos todos a dizer que é importante mantermos os nossos idosos, sempre que possível, nas suas casas, não recorrer à institucionalização, mas sempre que criamos respostas sociais e apoios para os idosos que estão institucionalizados, os idosos que estão nas suas casas ficam de fora.

Portanto, aqueles idosos que neste momento estão nas suas casas e que não tenham apoio domiciliário das IPSS, e que não sobrecarregavam o Estado porque pagavam do seu bolso as suas empregadas que faziam o trabalho da Solidariedade Social, neste momento estão completamente desprotegidos a pagar dois ordenados a empregadas (a que está em casa, e bem, com os seus filhos e a que está neste a dar-lhe apoio). Além disso, quando tiverem de despedir a atual empregada, provavelmente ainda vão ter de pagar uma indemnização, porque não têm nenhum contexto de excecionalidade que o justifique.

Já agora gostaria de saber se neste apoios que dão aqui, por exemplo, as “equipas espelho” como é que é no apoio domiciliário? Porque faz todo o sentido as “equipas espelho” para garantir que as funcionárias que estão confinadas ao espaço das IPSS e por essa via não são contaminadas, as equipas que andam fora ou são testadas todos os dias, ou não sei como é que isto está a ser articulado.

Já agora em relação à iniciativa do PS não deixa de ser interessante aquilo que sempre criticámos que não fazia sentido nenhum falar do valor médio/cliente (vergonha de o dizer), e o PSD disse o valor mensal de um utente, porque efetivamente é aquilo que eles dão, mas o apoio valor médio/cliente é aquilo que está legalmente instituído.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria, em primeiro lugar, por elogiar a Sra. Secretária Regional pela interpretação jurídica que fez sobre o conceito de “imprevisível”.

Segundo a Sra. Secretária, o que era imprevisível, depois de acontecer, já deixou de o ser.

Sra. Secretária, eu tenho realmente de a elogiar porque esta é uma das interpretações jurídicas mais criativas dos últimos tempos.

Para responder, vou citar o Sr. Diretor Regional da Saúde que diz que “tudo é imprevisível” e, portanto, o Governo vem a este Parlamento dizer que o que já aconteceu deixou de ser imprevisível e hoje às 16h00 teremos novamente o Sr. Diretor Regional da Saúde a contradizê-la e a dizer que tudo é imprevisível e, portanto, ninguém possa prever o que vai acontecer.

Mas deixe-me dizer, Sra. Secretária, porque agora já não é imprevisível, porque as instituições já pagaram e ninguém as ajudou. Este é que é o problema em relação ao trabalho, aos custos e às despesas excepcionais que as instituições estão a ter e continuarão a ter, porque continuamos a dizer que aquilo que vai acontecer é ainda imprevisível. Portanto, penso que esta interpretação jurídica criativa não colhe, não pode colhar aqui como argumento para o debate, se bem que tenha todo o direito de a fazer.

Em segundo lugar, e agora sim, gostaria de perguntar à Sra. Deputada Isabel Quinto, porque esta questão foi colocada na Comissão de Assuntos Sociais e não foi respondida, e é importante também para avaliarmos o que está em causa:

Como chegaram ao valor de 60€ ou 30€ por utente? Ou seja, qual foi o critério que levou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a adotar este valor? E se tem noção de que para algumas instituições o valor poderá ser suficiente, talvez até superior ao custo das despesas adicionais, mas para outras será significativamente inferior?

Dou-lhe um exemplo: recebi ontem aqui um email remetido por uma pequena IPSS que avaliou para o mês de abril o aumento do custo por utente em lar em 152,19€, isto respeitante ao mês de abril.

Portanto, era uma questão que me parece importante se a Sra. Deputada puder esclarecer, para também podermos avaliar a nossa posição em relação à posição do Partido Socialista.

Por último, Sra. Deputada Isabel Quinto (penso que a Deputada Catarina Cabeceiras colocou esta questão mas ficou por responder), por que motivo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz depender o apoio da adoção de “equipas em espelho” e horário alargado e exclui as despesas com o reforço das medidas de higienização que são uma componente importante do custo adicional das IPSS e das Misericórdias com as medidas recomendadas pela Autoridade de Saúde?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já foi referenciado pela minha camarada Isabel Quinto este é um tema de enorme preocupação para o Partido Socialista e gostaríamos de começar por deixar uma palavra de imenso apreço quer às instituições, quer às direções que estão nesta luta diária, quer aos profissionais de todas as categorias que diariamente fazem o seu trabalho de uma forma à qual só podemos prestar homenagem.

Este diploma insere-se numa estratégia global do Partido Socialista e do Governo suportado pelo Partido Socialista, de apoio às famílias, de apoio às empresas, de apoio aos rendimentos, de apoio a todas as instituições.

Conosco, Sras. e Srs. Deputados, não fica ninguém para trás.

O Partido Social Democrata veio, digamos, à pressa colocar uma substituição integral do seu Projeto de Resolução que nos deixou bastante satisfeitos, porque

reconhece que o Partido Socialista apresentou, efetivamente, um diploma, desde o início, melhor, mais justo, mais abrangente.

Enquanto a preocupação do PSD se cingiu apenas a duas valências, o Partido Socialista percebeu desde sempre que todas as valências tinham uma difícil luta para travar: Estruturas Residenciais para Idosos, Estruturas Residenciais para Pessoas com Deficiência, serviços de apoio ao domicílio, Casas de Saúde, Estruturas Residenciais de Acolhimento de Crianças e Jovens, Centros de Acolhimento Temporário.

Sras. e Srs. Deputados, com o Partido Socialista não fica ninguém para trás.

Apetece perguntar se só hoje, ou neste caso se só ontem, é que os senhores perceberam que as Casas de Saúde, os SAD, as Estruturas de Acolhimento de Crianças e Jovens, os Centros de Acolhimento Temporário também precisavam de apoio? Se alguma vez se lembrariam destas valências se não fosse para virem apenas a reboque do Partido Socialista?

Podiam ter-se limitado, convenhamos, a retirar apenas o vosso Projeto de Resolução e votar favoravelmente o nosso. Teria sido uma atitude, no nosso entender, mais humilde, mais responsável, sobretudo numa altura destas em que humildade e responsabilidade são condições absolutamente imprescindíveis.

Prefiram, contudo, a guerrilha política. É uma pena, mas é legítimo e obviamente temos de saber respeitar essa opção.

No entanto, os consensos não se fazem apenas e necessariamente com diplomas iguais ou com a fusão de diplomas. Fazem-se também democraticamente pela votação, como aliás acabámos de fazer no diploma que antecedeu este, em que aprovámos de forma unânime uma boa proposta do Bloco de Esquerda.

Podiam ter tido essa atitude, ficar-vos-ia muito bem e os açorianos compreenderiam muito bem a elevação democrática da vossa atitude. Preferiram outra!

Insistem também na opção do contrato de cooperação valor eventual.

Nós encontramos duas grandes fragilidades que já foram sobejamente explanadas pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, mas às quais eu, digamos, não resisto a aditar aqui uma pequena reflexão:

É verdade que existe esta possibilidade legal, mas há exatamente um mecanismo previsto no Código de Ação Social, definido na lei, que pode ser ativado a qualquer momento e por qualquer instituição. Portanto, não nos pareceu pertinente recomendar ao Governo e às instituições, que conhecem muito bem o Código de Ação Social, que façam o que a lei já prevê que possa ser feito.

A nossa proposta (que isto fique bem claro) não cria qualquer obstáculo a que estes contratos possam vir a ser efetivados quando o apoio, por exemplo, não seja suficiente, caso isso aconteça.

Não há, no nosso entender, na vossa proposta qualquer ganho para as instituições.

A nossa proposta soma, não subtrai absolutamente nada.

Também já explicado pela Sra. Secretária Regional, no nosso entender, infelizmente, estas despesas configurarão cada vez menos um carácter excecional, imprevisível e urgente.

Também parece-me (deixem-me entre parênteses dizer) que só ontem, também à pressa, é que o PSD percebeu que a sua propostas se limitava ao Estado de Contingência, e à pressa também quiseram ir à ideia, desde o início, do Partido Socialista.

Também é bom aqui frisar que há instituições que ficarão naturalmente aquém daquele valor que o Partido Socialista achou conveniente, por várias razões.

Primeiro, porque já tiveram apoios. E é preciso frisar, contradizer o que acabou de ser dito pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira: já tiveram apoios! Há um apoio que eu relevaria, que foi muito considerável e que foi ativado desde os primeiros dias desta pandemia, quando a Segurança Social assegurou que as

instituições que fechariam valências não perderiam um cêntimo por esse encerramento. As famílias foram integralmente apoiadas no pagamento dessas participações e as instituições que fecharam várias valências por via do estado em que entrámos, contingência/emergência, não perderam absolutamente nada.

As próprias instituições souberam muito bem reinventar-se, alocar recursos humanos que transitaram dessas valências para as valências onde eram mais preciso. Aliás, recentemente (obviamente não vou nomear), tive uma conversa muito esclarecedora com uma instituição que até me disse (disse ao Partido Socialista) que, por exemplo, em recursos humanos até diminuiu a sua despesa. Portanto, há instituições que vão precisar de mais algum apoio e a circular a que a Sra. Secretária já fez referência poderá colmatar essas necessidades e há instituições que poderão ficar aquém do valor previsto.

As instituições serão, do ponto de vista do Partido Socialista, soberanas na gestão destes apoios.

Há que frisar, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que para o Partido Socialista (e eu já disse que todas as instituições são desde sempre alvo da mesma preocupação e não nos interessa grandemente a forma técnica ou a roupagem legal que possam assentar esses apoios), interessa-nos mesmo é que esses apoios sejam rápidos e eficazes, que estes apoios sejam estáveis no tempo, porque assim será infelizmente para todos nós.

Interessa-nos que estes apoios contribuam para o trabalho inestimável que estas instituições, todas elas, prestam às açorianas e aos açorianos.

Interessa-nos que contribuam estes apoios para a liquidez imediata destas instituições que carecem neste momento dessa liquidez, dessa fluidez. É para isso que o Partido Socialista aqui está.

Neste momento é isso realmente que nos preocupa, é ser céleres, rápidos e eficazes na resposta que se impõe a estas instituições.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

(Aplausos)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma salva de palmas audível.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, eu gostava de fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado para fazer uma interpelação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado, faça favor. Foi escutado. Também ia fazer.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, de acordo com aquilo que foi combinado na Conferência de Líderes não são permitidos nem os apartes, nem as manifestações, como foram aquelas que foram agora ouvidas e que a Sra. Deputada Renata Correia Botelho agora com o aceno do terço superior do tronco, que é a sua cabeça, acabou por confirmar. Isto é, a sua colega que estava ao lado aplaudiu.

Então nessas circunstâncias, Sra. Presidente, eu gostava de lhe perguntar que regras é que foram definidas na Conferência de Líderes?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

As regras foram essas e o que temos visto ao longo destes dias de trabalho é que nem sempre elas estão a ser cumpridas.

Disso mesmo já dei nota praticamente todos os dias do nosso trabalho, de que os microfones devem ser desligados depois do orador concluir a sua intervenção, e que mesmo quando estão outros colegas a intervir não devem existir apartes, como aliás ontem também aconteceu.

Portanto, eu aproveito a sua interpelação para reiterar a todas as Sras. e aos Srs. Deputados, às Sras. e aos Srs. Membros do Governo, que efetivamente neste formado qualquer tipo de interrupção prejudica claramente a intervenção dos restantes colegas.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Era sobre a mesma questão. Obrigada, Sr. Deputado.

Como eu estava a referir, não havia, nem há inscrições neste momento.

Pergunto se há ainda mais alguma inscrição?

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PSD inscrevo o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente...

Presidente: Muito obrigado. Penso que o Sr. Deputado António Lima também queria fazer uma inscrição. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo que para já não há mais. Sendo assim tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, inscrever a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, antes de iniciar a minha intervenção gostaria de fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

A minha interpelação vem na sequência da referência que foi feita aqui ao processo de entrada e apresentação destas duas iniciativas que estão em debate.

Questionar a Mesa e a Sra. Presidente, sobre o mesmo.

O Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do PSD deu entrada no Parlamento, espero não estar em erro, às 9h38, do dia 27, (segunda-feira, 27 de abril).

Curiosamente nunca foi publicado durante todo o dia no site da Assembleia.

Ao fim do dia, cerca (se não estou em erro) das 10h00 horas, mais de 9 horas depois da sua apresentação, foi efetivamente publicado e foi logo a seguir publicado também o Projeto de Resolução do Partido Socialista, com um número sequencial seguinte, entregue após o do Grupo Parlamentar do PSD, e sem registo de entrada no Parlamento.

Pergunto, em primeiro lugar, se a Sra. Presidente confirma que assim foi e, em segundo lugar, se foi a Sra. Presidente que autorizou a publicação do Projeto de Resolução do Partido Socialista sem registo de entrada na Assembleia Regional?

Obrigado.

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Eu não tenho informação neste momento para lhe dar, porque nem sei por que é que a iniciativa do Partido Socialista não tem registo de entrada, ou por que é que foi publicada sem o registo de entrada.

O que lhe posso dizer (e espero que a sua pergunta tenha o sentido claro do que quis dizer e por detrás dela não haja qualquer tipo de intencionalidade em relação às horas em que as iniciativas nesta Casa são publicadas) é que as

iniciativas entram, depois vão à assessoria jurídica para apreciação e vêm para mim para despacho, o que nem sempre acontece numa sequência imediata de momentos, porque obriga a que eu possa estar disponível para despachar a cada momento.

O que eu lhe garanto é que as iniciativas são distribuídas e colocadas na página apenas e só depois do meu despacho.

A questão de não haver o carimbo de entrada na iniciativa do Partido Socialista eu neste momento não lhe consigo responder, mas já estou a fazer essa avaliação para exatamente perceber a que horas deu entrada a iniciativa do Partido Socialista, a que horas é que foi despachada e a que horas é que foi colocada na página e tentar perceber por que é que ela não tinha o carimbo de entrada.

Como é óbvio, todas as iniciativas têm de ter.

Agora também quero dizer-lhe uma coisa para que fique claro:

Como sabem, considerando a nossa contingência, nós fazemos as entradas todas em termos virtuais e os carimbos físicos muitas vezes são colocados no dia seguinte, como é óbvio, porque muitas vezes estamos a trabalhar fora do horário normal de funcionamento através da GD e esse carimbo existe fisicamente aqui, na sede da Assembleia.

Portanto, o arquivo só no dia seguinte é que pode colocar esse mesmo carimbo, o que não significa que a iniciativa não tenha dado entrada, não tenha sido despachada e não tenha sido colocada na página.

Este último esclarecimento não posso dar-lhe agora, por isso se ficar satisfeito com esta minha resposta, peço-lhe que faça a sua intervenção e assim que tiver a resposta já lhe a dou.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, ainda em jeito de interpelação, se me der a palavra.

Presidente: Para outra interpelação tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, para agradecer os esclarecimentos prestados.

Dizer que fica então registado que a iniciativa do PSD deu entrada antes da do Partido Socialista e que relativamente à autorização para a publicação de uma iniciativa sem registo de entrada no Parlamento, se não foi a Sra. Presidente que autorizou, parece-me de todo pertinente que se avalie de quem foi essa autorização.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PSD): Sra. Presidente, uma interpelação.

(*) **Presidente:** Eu tenho de responder, porque aquilo que o senhor está a dizer (já o inscrevi, Sr. Deputado Francisco César) não é correto, Sr. Deputado Carlos Ferreira, e não foi isso que eu disse.

O que eu disse foi que não sei por que é que a iniciativa foi publicada sem o carimbo, mas sei por que é ela foi publicada. Ela foi publicada, porque já estava despachada.

A questão aqui do carimbo é uma coisa completamente diferente, como eu também já tive oportunidade de esclarecer.

A iniciativa deu entrada, e tanto é que é possível verificar que a do Partido Socialista entrou depois da vossa, porque a do Partido Social Democrata tem o número 208 e a do Partido Socialista tem o número 209.

Portanto, só por esta via, na Agenda é perfeitamente claro que a iniciativa do Partido Socialista deu entrada depois da iniciativa do Partido Social Democrata, primeiro esclarecimento, porque o que me parece que o senhor está a querer insinuar é de que porventura alguém fez esperar uma à conta da outra e eu nessa insinuação não vou entrar.

Primeiro esclarecimento: a iniciativa do Partido Socialista entrou depois da do Partido Social Democrata. As duas foram despachadas em determinado tempo e em determinada hora, e as duas foram publicadas na página e foram publicadas

na página porque estavam devidamente despachadas e distribuídas pelas Sras. e pelos Srs. Deputados.

A questão do carimbo é uma questão que nesta fase em que vivemos na Assembleia, a explicação é a que eu dei. O documento deu entrada virtual, como sempre, entrou via email, foi dado o carimbo da entrada virtual, foi à assessoria jurídica, foi despachado e foi colocado na página.

Provavelmente, e isto já sou eu a especular, esta parte não lhe posso responder de certeza absoluta, só no dia seguinte é que teve o carimbo, porque só no dia seguinte é que o arquivo esteve fisicamente na Assembleia para poder colocar o carimbo, porque este carimbo que se vê junto às iniciativas no canto superior esquerdo é uma coisa que se faz fisicamente.

Como sabem, a Assembleia está a trabalhar em regime de teletrabalho, mas naturalmente os colaboradores vêm à Assembleia fazer todas as etapas que têm de ser feitas.

Agora não pode haver aqui nenhuma dúvida de que as iniciativas só são colocadas na página quando estão despachadas e distribuídas. E disso eu não tenho nenhuma dúvida.

Nesse sentido eu vou dizer-lhe, quem deu autorização para colocar na página fui eu, porque para mim, sinceramente, é irrelevante ter este carimbo, porque eu sabia que esta iniciativa tinha dado entrada, que tinha ido à assessoria jurídica, que eu a tinha despachado e que ela tinha sido distribuída pelas Sras. e pelos Srs. Deputados, por isso estava em condições de ir para a página.

O Sr. Deputado Francisco César pediu a palavra para uma interpelação?

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sim, Sra. Presidente.

Presidente: Então para uma interpelação vou dar-lhe a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, permita-me fazer uma interpelação, porque nós estamos a entrar aqui por um muito mau caminho.

Eu não percebo o que é que se quer insinuar em relação aos serviços da Presidência e em relação ao funcionamento deste Parlamento?

Eu bem sei que o Deputado é polícia, mas parece-me que há limites.

Nós sabemos que a iniciativa do PSD entrou primeiro e depois a nossa entrou a seguir.

Nós estamos a falar, Sr. Deputado e Sra. Presidente, do principal órgão político da Região Autónoma dos Açores. Quando nós insinuamos alguma coisa sobre o funcionamento do principal órgão político, democrático da Região Autónoma dos Açores, devemos ter muita responsabilidade, muito cuidado naquilo que dizemos, porque primeiro há instituições que estão aqui em causa; segundo, eu acredito que o PSD é um partido digno, um partido sério. Eu acredito que o Sr. Deputado também ache que o PS é um partido digno e um partido sério. Eu acredito nos funcionários da Assembleia, acredito na Presidente da Assembleia. Portanto, muito cuidado, muito cuidadinho, com aquilo que se insinua sobre instituições democráticas.

Voz não identificada: Que medo! Que medo!

O Orador: Se um Deputado sobre uma instituição democrática, ainda por cima com as responsabilidades que tem, faz insinuações, nós podemos estar a pôr aqui em causa a própria Assembleia.

Há limites para as coisas que se colocam.

Portanto, nunca (nunca!), da parte do Partido Socialista, foi colocado em causa nada em relação ao funcionamento da Assembleia nem à sua honorabilidade.

Portanto, é isso que quero dizer.

Obrigado, Sra. Presidente.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, para uma interpelação, por favor.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Para dizer em primeiro lugar que eu não fiz qualquer insinuação.

Eu descrevi os factos e perguntei à Sra. Presidente de quem tinha sido a autorização para publicar um Projeto de Resolução sem o registo de entrada.

Portanto, isto não é nenhuma insinuação. Os factos foram aqueles que foram relatados.

A Sra. Presidente disse que não podia responder, eu não fiz mais nenhuma insinuação. O que eu fiz foi uma pergunta.

Portanto, agradecendo também a intervenção do Sr. Deputado Francisco César, esta vitimização não me parece que colha. Respeitar o Parlamento todos nós respeitamos, a Sra. Presidente, por maioria de razão, todos os Grupos Parlamentares também o fazem e naturalmente os Srs. Deputados.

Esse respeito é permanente e é mútuo.

Houve aqui um procedimento que se não fosse estranho... Estranho não é! Isto não é nenhuma insinuação, é que não é normal publicar-se no site da Assembleia um diploma, um Projeto de Resolução, sem o registo de entrada e foi por isso que eu coloquei a questão, porque me parece que era uma questão pertinente, que foi esclarecida pela Sra. Presidente.

Portanto, a palavra insinuação não foi utilizada por mim, nem nunca será. O que eu queria era frisar, e a Sra. Presidente fê-lo muito bem, que a iniciativa do PSD deu entrada primeiro. Portanto, o PSD não foi a reboque de nenhum outro Grupo Parlamentar e até procurou um consenso com esse mesmo Grupo Parlamentar valorizando dessa forma o Parlamento dos Açores e as instituições que devem ser apoiadas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Cumpre-me fazer um esclarecimento final sobre esta matéria, porque eu não gosto, sinceramente, deste tipo de dúvidas que se colocam ao funcionamento desta Assembleia.

Então eu vou dizer as horas, para que fique claro o procedimento, e há uma coisa que já vou deixar clara antes de começarem a dizer que as horas são estas ou são aquelas. Eu despacho as iniciativas quando posso e tenho disponibilidade e muitas vezes despacho já quando estou em casa, tarde da noite, para precisamente, no dia seguinte, os serviços quando chegam aqui possam dar andamento às questões.

Portanto, não aceito de maneira nenhuma que até a questão quando é que a Sra. Presidente despacha as coisas possa ser posta em causa.

Então vamos começar pela cronologia e já vou dizer também que este é o esclarecimento final sobre esta matéria e a seguir encerramos para o almoço.

A iniciativa do Partido Social Democrata entrou na Assembleia no dia 27 de abril às 9h40; às 9h45 foi remetida para Assessoria Jurídica; às 13h25 foi despachada pela Assessoria Jurídica, como é óbvio; às 18h11 foi por mim despachada e às 18h16 distribuída por todas as Sras. e Ss. Deputados e pelo Governo.

A iniciativa do Partido Socialista entrou na Assembleia no dia 27 de abril, às 16h03; às 16h12 foi remetida à Assessoria Jurídica que a despachou às 18h23 para mim. Como compreenderão só aqui é visível: já a iniciativa do PSD tinha sido distribuída por todos quando o serviço jurídico desta Assembleia a mandou para despacho da Presidente.

Às 18h31 foi despachada pela Sra. Presidente e às 18h40 foi distribuída por todas as Sras. e os Srs. Deputados.

O único esclarecimento cabal que eu não consigo fazer é só este: estas duas iniciativas foram colocadas na página. Esta do Partido Socialista, por qualquer

motivo, entrou às 16h03, mas não teve o carimbo físico, mas teve toda a tramitação do processo legislativo comum.

Resta-me saber por que é os serviços de arquivo colocaram na página a iniciativa sem o respetivo carimbo. Essa informação darei ao líder do Grupo Parlamentar do PSD e ao líder do Grupo Parlamentar do PS depois de ter esta informação averiguada.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos fazer o nosso intervalo para almoço. Regressamos às 14h30.

Eram 13 horas e 08 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eram 14 horas e 39 minutos.

Vamos dar continuidade ao debate que interrompemos da parte da manhã. A Mesa de momento tem três inscrições: o Sr. Deputado Carlos Ferreira, o Sr. Deputado Paulo Mendes e a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata apresentou de boa-fé esta iniciativa para apoio às IPSS e Misericórdias, com especial atenção, não negamos, para os lares de idosos que são valências em que as medidas de prevenção da propagação do novo coronavírus são ainda mais cruciais, porque é uma valência em que as

consequências da propagação do vírus podem ser mais trágicas, com todos percebemos.

Como referi na apresentação inicial, após análise da proposta do Partido Socialista, porque não nos consideramos detentores absolutos da razão e reconhecemos que se justificava o alargamento a mais valências, procurámos, por iniciativa própria, alcançar um consenso para aproveitar e congregar o melhor dos dois diplomas e não tendo havido recetividade aperfeiçoámos a nossa própria iniciativa para abranger todas as outras valências.

O que nos diferencia, o que nos afasta nestas duas iniciativas é precisamente a forma e o quantitativo dos apoios a prestar às IPSS e às Misericórdias.

Por isso, porque não ficou aqui esclarecido no debate ao longo da manhã, perguntava à Sra. Secretária Regional ou ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, se tem informação de qual era o custo por valor/cliente, portanto por utente, em cada destas valências antes desta pandemia e agora, nomeadamente no mês de abril, durante a vigência desta pandemia, porque como disse também esta é uma questão fundamental para percebermos se a metodologia proposta pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista corresponde às necessidades das instituições ou se havendo aqui um valor médio, digamos assim, se há instituições que poderão receber um pouco mais do que o custo por utente, e outras instituições receberão um pouco ou muito menos do que o custo real por utente?

Era só, Sra. Presidente. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve palavra mais à laia de comentário acerca das considerações tecidas pela Sra. Secretária acerca da minha intervenção inicial, e mais concretamente à

situação vivida, creio eu, não só por mim, mas também, por exemplo, pela Ordem dos Enfermeiros, na Santa Casa da Misericórdia da Madalena. Eu confesso que nem sempre sou muito claro, mas neste até fui bastante claro quanto às responsabilidades que devem ser imputadas.

A responsabilidade, neste caso, a ser imputada, eu creio que não deve ser atribuída aos responsáveis pela Santa Casa da Misericórdia da Madalena, que infelizmente tem a ver com um modelo de financiamento que é por demais delimitador.

E se calhar é por isso que apesar desta valência ter sido inaugurada para uma capacidade de 74 idosos, atualmente tem lá a residir 107 idosos. Isso já diz tudo sobre a pertinência da referência a este exemplo, não com algo que tudo esteja totalmente enquadrado no objeto da exposição desta iniciativa, mas como algo que tem tudo a ver com a pandemia em que vivemos, porque esta situação poderia desencadear, por exemplo, uma situação quem sabe até ainda mais gravosa do que aquela que foi vivida na Santa Casa da Misericórdia do Nordeste, e isso seria de evitar e será sempre de evitar, daí a minha questão colocada à Sra. Secretária, se entretanto, durante este período de pandemia, esta situação de sobrelotação na Santa Casa da Misericórdia da Madalena, sem falar de outras condições, se já foi resolvida.

Penso que isso era do interesse de todos nós e é certamente do interesse para o debate destas duas iniciativas.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que enquanto proponente o Partido Socialista também deve prestar aqui alguns breves esclarecimentos acerca das questões que nos foram colocadas.

Porquê, por exemplo, a diferenciação entre 60€ e 30€, conforme as valências?

Porque, por exemplo as valências de acolhimento de crianças e jovens não fazem higienização pessoal, têm um gasto em EPI's muito inferior, os próprios recursos humanos são menos diferenciados. Portanto, nós achamos que até seria injusto colocá-las no mesmo patamar das outras valências que o Partido Socialista, como sabe, desde o início contemplou.

Relativamente à questão das equipas funcionarem em “espelho”, a verdade é que esta é a forma que melhor previne a possibilidade de contágio, como também facilmente se compreende e que acautela, com maior garantia, a não interrupção do serviço caso algum dos funcionários de uma das equipas possa vir a ser contagiado.

Portanto, também optámos por, no fundo, fazer do nosso Projeto de Resolução até uma forma de incentivar a que as instituições se adaptem a estas novas realidades prementes.

Relativamente à questão colocada, creio que pelo Deputado Paulo Mendes, se não estou em erro, das Unidades de Cuidados Continuados Integrados, por que é que não foram incluídas?

Ora, elas são já unidades prestadoras de cuidados de saúde, por isso o diferencial com equipamentos de proteção individual e com produtos de higienização já não é por si só tão grande.

O próprio rácio de enfermeiros nestas unidades é diferente do rácio de enfermeiros nas outras unidades. Portanto, o ponto de partida já é necessariamente diferente. O nível de cuidados de equipamentos que uma Unidade de Cuidados Continuados preconiza já os coloca num ponto de partida superior. As despesas extraordinárias são menores.

No entanto, se eventualmente estas Unidades de Cuidados Continuados Integrados forem incluídas, digamos assim, quando se operacionalizar o nosso Projeto de Resolução, obviamente que seremos os primeiros a aplaudir.

Relativamente aos valores e à forma como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista chegou a estes valores, Sras. e Srs. Deputados, os Grupos Parlamentares fazem o seu trabalho de casa e o Partido Socialista não tem mãos a medir em fazer bem o seu trabalho de casa.

Portanto, fez a auscultação que entendeu necessárias às instituições e tal como foi respondido em Comissão pela Sra. Deputada Isabel Quinto chegou a valores que nos pareceram equilibrados, também de acordo com essa consulta.

O Grupo Parlamentar do PSD poderia ter feito o seu trabalho de casa, se assim entendesse, mas também como já percebemos claramente para o PSD interessa mais o carimbo do que a substância da proposta, também já não nos admira que não se tenham dado a este trabalho suplementar.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PSD inscrevo o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não. Tem então a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD)**: Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de esclarecer, não querendo entrar novamente no debate poliqueiro que novamente a Sra. Deputada Renata Correia Botelho tentou colocar aqui no centro da discussão, que nós fizemos o nosso trabalho e a nossa proposta é precisamente que a Região apoie estas instituições na exata medida dos gastos medicionais que estas instituições tiveram e continuarão a ter com as medidas de prevenção da propagação do novo coronavírus.

Entendemos que é errado, porque os recursos da Região não são infinitos, fazer aqui uma gestão que não vou dizer que é mais ou menos a olho, mas em média para as diversas instituições, atribuindo a algumas talvez um pouco mais do que aquilo que é o seu custo por cliente e a outras um pouco menos ou bastante menos.

Eu dou novamente o exemplo de uma IPSS que apresentou ao Grupo Parlamentar do PSD custos de aumento de 152,19€ por utente em valência de Lar.

Esta instituição ao receber 60€/mês de acréscimo por utente vai ficar claramente penalizada e não entendemos.

Eu não sei se a Sra. Secretária Regional está a acompanhar, mas para o Membro do Governo não fará grande sentido, na nossa perspetiva, neste momento excecional, perante uma situação que nós continuamos a dizer que era imprevisível e é imprevisível ainda, atribuir um apoio sem ser para compensar na exata medida a despesa excecional que essa instituição teve e que continuará a ter.

Em relação a esta situação ainda não tivemos o devido esclarecimento. Não percebemos por que é que o reforço das medidas de higienização e a limpeza de todas estas valências e a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual não

são contemplados e se exige apenas a adoção do regime de trabalho de “equipas em espelho” ou horário alargado? Entendemos que o reforço das medidas de higienização poderia ser contemplado, e acima de tudo parece-nos muito mais justo apoiar cada instituição com a sua despesa em concreto mediante a apresentação dessa despesa, porque não há aqui uma burocracia adicional.

Pelo que foi dito pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho, também as instituições que poderão ser apoiadas, caso seja aprovada a iniciativa do Partido Socialista, terão de comprovar a realização da despesa.

Portanto, continuamos com a mesma dúvida e penso que ainda não foi esclarecido pelo proponente, neste caso pelo Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições para participar neste debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Artur Lima, eu queria inscrever-me.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver para já. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado.

Eu só queria pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Ferreira (eu ouvi muito atentamente as suas explicações, aliás muito bem fundamentadas). Segundo percebi (fez-se aqui alguma análise bem-feita quer às condições nos Lares, quer às adaptações que os Lares tiveram de fazer nesta altura da COVID, mas gostaria de perceber), o Sr. Deputado terá dito, ou eu terei percebido mal, que as instituições tiveram um aumento de despesa nesta altura da COVID. As IPSS tiveram um aumento da despesa? Eu não percebi bem se é sim ou não, deficiência minha naturalmente, mas era essa a questão que eu queria esclarecer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo para já não haver.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, se me permite, eu inscrevia o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, tem então a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Eu mais do que explicar cada uma das propostas, porque isso naturalmente compete aos proponentes, queria talvez, no fundo, clarificar um pouco melhor aquilo que transmiti logo no início do debate e que claramente o Sr. Deputado Carlos Ferreira não compreendeu.

O que eu disse, Sr. Deputado Carlos Ferreira, foi que logo a 18 de março o Governo Regional invocou exatamente a celebração de contratos de cooperação de valor eventual e lembrou as instituições que eles estavam, e estão, disponíveis todos os dias do ano há a possibilidade das instituições se candidatarem a esta tipologia de apoios para despesas urgentes e inadiáveis. Foi exatamente isso que eu disse.

Todas e quaisquer respostas sociais, porque aquele ofício foi enviado para todas as instituições, e eu tive oportunidade de ler o ponto 6 desse ofício de 18 de março, ou seja, dessa Circular de 18 de março, que no fundo preconizava um conjunto de questões e que lembrava às instituições que podiam fazê-lo. Ou seja, o que aqui é proposto pelo PSD hoje não é nem mais nem menos do que dizer às instituições que podem recorrer àquilo que já a lei dispõe e o Código de Ação Social não é propriamente um normativo novo.

As instituições já sabem que podem fazê-lo, fazem para “n” circunstâncias, para uma despesa excecional de avaria num eletrodoméstico, de uma máquina de lavar louça, de uma máquina de lavar roupa, de uma viatura, para esta tipologia de despesas urgentes e inadiáveis com que as instituições são confrontadas e que naturalmente os contratos de cooperação valor/cliente não consideram e que, num primeiro momento, tratando-se de facto destas despesas urgentes, inadiáveis e completamente imprevisíveis por parte das instituições no início do

ano, naturalmente que não foram nem orçamentadas, nem contempladas pelas instituições.

Toda a tipologia de despesa, que aqui se falou hoje, designadamente as que têm a ver com acréscimos de despesas, com a desinfeção dos espaços e higienização dos espaços, com os recursos humanos que tiveram de contratar especificamente, ou pagamento de horas extraordinárias, ou mesmo para aquisição de equipamentos de proteção individual, todas estas e outras despesas que ainda podem vir a ser detetadas no decurso deste período de pandemia.

No fundo, eu não quero, nem quis, minorizar, antes pelo contrário, eu disse que era uma questão pertinente. Naturalmente que é uma questão pertinente, tanto é que dois partidos políticos a trazem aqui à Assembleia, com duas soluções distintas que têm um objetivo comum, que é, no fundo, colaborar com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e, no fundo, apelar ao Governo Regional que usando os mecanismos que tem, no caso do PSD, ou usando um novo mecanismo, no caso do PS, colaborem com estas instituições na assunção de despesas extraordinárias. Muito bem!

Depois eu tentei fazer a destrição, e essa foi claramente mal-entendida, porque para este lote de respostas sociais que quer um partido, quer outro, um numa primeira versão, outro numa segunda versão, aqui invoca, estas despesas para estas instituições neste momento, hoje quando se discute esta proposta, já não são despesas novas, novas não no sentido delas não terem que pagar e assumir, claro que têm. Mas neste momento elas já as consideram como despesas quase que normais do seu funcionamento em momento de aplicação de um Plano de Contingência e de pandemia, e que vão permanecer por muito tempo.

Ainda bem que o PSD reviu a sua proposta e considerou que o período é muito mais alargado que o período de contingência, sob pena de, por exemplo, as instituições das ilhas das Flores, Corvo e Santa Maria, já não poderem, na primeira versão da proposta do PSD, beneficiar desta tipologia de apoios.

Muito bem! Com isto o que é que eu quero dizer?

Eu disse também que se é verdade que para este lote de instituições, cobertas pela proposta do PSD e do PS neste momento, na verdade, quer a questão dos EPI's, quer a questão dos recursos humanos, não sendo despesas novas, são com certeza despesas que o Governo terá que cofinanciar, e quer uma proposta, quer outra, por vias diferentes o fazem.

O que eu disse foi que há por exemplo outras instituições não consideradas aqui, como por exemplo as que têm valências de creches, jardins-de-infância e ATL, e que vão abrir agora muito proximamente, porque estão a sair orientações agora sobre quer a higienização de espaços, quer a conduta dos trabalhadores, quer os cuidados a ter, inclusivamente com o transporte das crianças, estas sim, serão confrontadas agora num primeiro momento agora com despesas extraordinárias e daqui a um mês ou dois entram nas rotinas das instituições e naturalmente também deixarão elas de ser extraordinárias.

Evidentemente que não tem o volume financeiro que implica uma instituição com funcionamento de 24 horas, como é o caso do Lar de Idosos ou de um Lar Residencial, e esta questão é de facto muito pertinente em respostas cujo peso do pessoal, ou seja, dos recursos humanos, representa mais de 80% das despesas de uma instituição.

Para terminar a minha intervenção só queria dar nota de uma questão.

Por exemplo: naturalmente que a Santa Casa da Misericórdia do Nordeste, que já foi aqui invocada a outro título, continuará a ter despesas que vão para além dos 60€ que estão aqui preconizados e vai continuar a poder recorrer aos apoios eventuais que estão previstos pelo Governo Regional.

Portanto, posta esta questão, no fundo não há razão para melindres. São simplesmente propostas distintas que preconizam o mesmo, quanto a mim, é a minha opinião. Naturalmente o Sr. Deputado Carlos Ferreira apelou aqui um pouco à minha opinião sobre, no fundo, a valia de qualquer uma das propostas.

Eu entendo que no momento em que estamos hoje, de facto, a proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista garante uma estabilidade às instituições numa modalidade de funcionamento às quais elas também estão habituadas.

Naturalmente que eles também vão ter de comprovar estas despesas excecionais e que ninguém vai ser ressarcido de despesas que não teve.

Portanto, este aspeto é muito importante. E acho que também é muito importante que o Partido Socialista apela na sua proposta, que é fundamental, que é apelar a equipas em horário alargado e equipas em modalidade espelho.

A propósito de equipas em modalidade de espelho, porque eu ouvi também aqui uma Sra. Deputada que fez confusão com o que é uma “equipa espelho”. Uma “equipa espelho” não é uma equipa residente. Uma “equipa espelho” é uma equipa que se mantém toda ela em funcionamento durante 15 dias consecutivos, ou 14 dias consecutivos. Depois sai e entra toda uma nova equipa, quer a nível da cozinha, da lavandaria, cuidado de apoio aos idosos, pessoal de enfermagem. Entra toda uma equipa nova e os outros ficam em casa a cumprir quarentena.

Esta modalidade foi adotada por um grande número de instituições quer ao nível dos Lares de Idosos, Lares Residenciais e também ao nível dos serviços de apoio ao domicílio.

Claro que é uma modalidade muito exigente para os trabalhadores. Estamos a falar de trabalhar 15 dias consecutivos, obviamente que sim, mas é aquela que salvaguarda melhor os interesses dos utentes e, portanto, acho que é importante que na proposta que é aqui apresentada que se faça de facto essa apologia a esta tipologia de cuidados que, quanto a nós, num momento de pandemia, é aquela que se adequa mais ao interesse dos utentes e naturalmente que também ao interesse das instituições que os defendem.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Agradeço os esclarecimentos da Sra. Secretária Regional, naturalmente, mas a Sra. Secretária Regional não respondeu à única questão que lhe foi colocada e que tinha a ver com o valor por utente em cada uma desta valência antes de entrarmos em contexto de pandemia e o valor em contexto de pandemia, nomeadamente no mês de abril.

Essa era a questão fundamental que nos permitiria avaliar também a adequação da proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sras. e Srs. Deputados, todos nós sabemos o que é que vai acontecer: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, fazendo uso da sua maioria absoluta, democraticamente eleita nas últimas eleições, vai chumbar a proposta do Grupo Parlamentar do PSD e vai aprovar a sua.

Mas é importante clarificarmos, quer para esclarecer a questão colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima, quer para resumirmos também o que está aqui em debate, aquilo que estamos aqui a falar. Nós temos aqui duas iniciativas, ambas com um objetivo nobre que é o de apoiar as IPSS e as Misericórdias dos Açores que estão responsáveis pelas valências abrangidas nos Projetos de Resolução, que diferem na forma e no valor do apoio.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que o apoio assente num valor mais ou menos estimado em que umas instituições poderão receber um pouco mais do que a despesa realizada e outras poderão receber um pouco menos da despesa realizada, excecionalmente neste período.

O Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do PSD propõe que cada instituição seja apoiada pela Região na exata medida da despesa adicional realizada, quer ao nível das despesas com pessoal, quer ao nível das despesas

com a aquisição de equipamentos de proteção individual e o reforço das medidas de higienização e limpeza, implementadas por recomendação das autoridades de saúde.

E a questão que eu deixo neste debate é qual é a medida que melhor serve os interesses da Região e que melhor serve estas instituições?

Aproveito, pensando que esta será minha última intervenção neste debate, para reiterar o apelo e o convite feito ao Sr. Líder Parlamentar do Partido Socialista para que se aproxime do Grupo Parlamentar do PSD e aprove a nossa iniciativa que poderá, naturalmente, com este convite ser uma iniciativa conjunta, apoiando cada instituição na exata medida da sua despesa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, eu ainda tenho tempo.

Presidente: Tem sim.

Deputada Graça Silveira (Independente): Então queria inscrever-me.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu agora fiquei, com o esclarecimento da Sra. Secretária, ainda mais confusa. Então as “equipas espelho”, as equipas que estão a trabalhar 15 dias consecutivos, se não são residentes, quer dizer que fazem a sua vida normal.

Portanto, por que é que nos 15 que não estão a trabalhar têm que estar de quarentena e os 15 dias em que estão efetivamente a trabalhar não estão em quarentena? Se podem ir para casa fazer as suas vidas, etc., etc..

Eu não sei. A dúvida que eu tenho pode ser uma dúvida que ficou na sua explicação e que era importante também que seja esclarecida em relação a quem me está a ouvir para não causar nenhum sentimento de insegurança, porque senão não fazia sentido as equipas quando estão a entrar serem testadas e depois no seu dia-a-dia vão para a sua casa e vão fazer as suas vidas. Qual é que era a diferença de fazerem o teste no dia que entram, se durante os 15 dias que estão a trabalhar na realidade estão a fazer a sua vida normal?

Perguntei há pouco na minha primeira intervenção e que não foi esclarecido, quais é que eram os cuidados adicionais que estavam a ser tomados para as equipas que fazem apoio domiciliário, qual é a garantia que têm em termos de transporte, em de termos de equipamentos de proteção individual, etc., etc., de forma a manter os agregados familiares e as casas dos idosos protegidos de um contacto exterior? Porque nós, familiares, deixámos de ir a casa dos nossos idosos e poder dar esse apoio para não ser uma fonte de contaminação.

Portanto, é importante também perceber como é que isto está a ser feito.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Informo que esgotou o seu tempo para este debate.

Abro de novo as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, se me permite...

Presidente: Diga.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Queria eu próprio inscrever-me, Sra. Presidente.

Presidente: Está inscrito, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sendo assim tem a palavra, Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social e Srs. Membros do Governo presentes no plenário:

Eu queria, em nome do PSD, dizer que o nosso único objetivo com esta proposta era ajudar e colaborar com as melhores soluções para os açorianos, como sempre o temos feito e como sempre o fizemos neste plenário.

Não estamos aqui, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a fazer qualquer tipo de *sprint*, nem para ganhar qualquer corrida.

A nossa única competição é a de melhor servir os açorianos e servir em particular os açorianos mais frágeis, os idosos, aqueles que vivem em lares residenciais, os centros de acolhimento para jovens, aqueles que neste momento se encontram numa situação de maior fragilidade.

Entendemos, naturalmente, que a melhor proposta era aquela que o PSD apresentou, porque, Sra. Secretária Regional, o PSD também fez o seu trabalho de casa, e posso garantir-lhe porque tenho valores na minha posse, que para muitas das instituições, nomeadamente as que têm Lar de Idosos, a verba atribuída na proposta do Partido Socialista fixa de 60€ por utente não chega para as despesas dessas instituições, nomeadamente aquelas que têm um apoio ao domicílio significativo. Tenho Misericórdias que só por via do acréscimo das

despesas, da utilização de equipamentos de proteção individual, esses montantes, numa atinge os 4.500€ mensais e noutra os 6.500€ mensais para ocupações entre os 30 e os 40 utentes.

Portanto, é fácil multiplicar 60€ por 40 e verificar que não atingem os valores. Daí que nós achemos que a nossa proposta, estando em aberto na perspetiva de encontrar em cada instituição um valor que realmente essa instituição despense por acréscimo dos gastos, tanto com rotação de pessoal, como com equipamentos de proteção individual, era a mais justa.

Tivemos pena de não conseguirmos chegar a um acordo com o Partido Socialista de modo a conjugar as duas propostas, as propostas de ambos os partidos. Não foi possível. O Partido Socialista assim não quis, mas não é por isso que nós não vamos deixar de votar favoravelmente a proposta do Partido Socialista, porque como aqui já disse anteriormente, nós gostamos e sentimo-nos satisfeitos em ajudar os açorianos, mas também inspirar outros partidos a apresentarem boas propostas.

Reconhecemos nos outros partidos aquilo que é uma prepositura favorável. Gostaríamos que o inverso também fosse verdadeiro, mas não vamos ter um comportamento diferente daquele que nós assumimos como sendo o melhor para os açorianos.

Nesta perspetiva e naturalmente, tanto votaremos a favor a nossa proposta como a proposta do Partido Socialista, porque o mais importante são os idosos, porque mais importante são os açorianos mais frágeis, porque mais importante são aqueles que necessitam que os políticos convirjam no interesse das pessoas e não propriamente em interesses partidários.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente...

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, para inscrever?

Deputado Francisco César (PS): A mim próprio.

Presidente: Muito bem. Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu também me queria inscrever, Sra. Presidente, Artur Lima.

Presidente: Muito bem. Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo tem então a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós temos tido um plenário longo com muitas e muitas propostas em análise e tem sido, a meu ver, permitam-me que o diga, de salutar o trabalho que tem sido feito por todas as forças políticas.

Eu penso que todos nós, de uma forma ou outra, nos temos esforçado ao máximo para, naquilo que lhe diz respeito na sua ação, nas suas intervenções, podermos todos em conjunto ajudar os açorianos e as açorianas nesta altura de dificuldade.

Por isso é que o Partido Socialista desde o início tem tido o cuidado de olhar para as propostas que tem em análise, de estudá-las com muito cuidado, sem sequer verificar se elas são do Partido Socialista ou se são de outra força política.

Eu penso que não é esta a altura para cálculos políticos. Esta é a altura para nos juntarmos todos e ajudar os açorianos naquilo que é possível. E foi o que fizemos. Votámos favoravelmente propostas de todas as forças políticas, recusamos outras quando encontramos alternativas melhores, votámos a favor de propostas do CDS, quando também tínhamos outras do Bloco de Esquerda porque as achávamos mais completas, votámos propostas do Bloco de Esquerda porque também achávamos que tinham utilidade naquilo que era o seu objeto e o seu propósito, votámos a favor de propostas do Partido Social Democrata

porque concordávamos com elas, e houve casos em que de uma forma democrática, de uma forma honesta, nós fizemos julgamentos, porque é para isso que estamos aqui.

Avaliámos propostas de outros partidos que achávamos que não tinham o objeto necessário, que não iam tão longe quanto podiam ir, e outras houve em que a proposta do Partido Socialista, a nosso ver, era mais completa, mais ambiciosa, mais trabalhada, na nossa opinião, do que outras.

Ainda ontem tivemos uma discussão concreta sobre este assunto, em que o PS tinha uma proposta concreta, ambiciosa e a proposta, por exemplo do Partido Social Democrata era uma proposta vaga.

Hoje, e neste caso, em particular, nós temos uma proposta do Partido Socialista que foi feita com cuidado, que foi feita com ambição, que foi feita consultando muitas daquelas que são as destinatárias e os destinatários da mesma proposta e tivemos respostas positivas. Antes de a apresentarmos, inclusive, corrigimos, no sentido de a melhorar, mas na prática nós fizemos o nosso trabalho comparando com a antiga proposta do PSD.

O facto é que hoje o PSD trocou a sua proposta e apresentou uma proposta que, em muito do seu conteúdo, copia aquilo que o PS tinha feito e tinha realizado exatamente neste documento, mas mesmo assim a nossa proposta não é fechada, não é totalmente fechada, mas mesmo assim em determinadas coisas é concreta. Nós estabelecemos valores concretos. Ainda há pouco ouvia o líder da bancada do PSD dizer: mas os valores concretos que estabelecem não são suficientes. Mas a pergunta que eu faço é: se o PSD sabia que esses valores não eram suficientes, por que é que na sua proposta não especifica de forma a que nós soubéssemos qual é o valor que na sua opinião era suficiente?

Pois bem, Sr. Deputado, aquilo que o PSD poderia ter feito era, se achava que a nossa proposta era assim tão boa e tão completa como acham, podia-nos ter

apoiado e podia desde o início ter considerado que a nossa proposta era a proposta que cumpria o objetivo que todos temos.

O que temos aqui é uma discordância democrática. Nós temos uma proposta que tem um objeto, que na nossa opinião é completa e que a nosso ver poderá, tendo em conta todo o contexto em que vivemos, ajudar em muito as instituições que dela são destinatárias.

Portanto, foi esse o trabalho e é isso que nós pretendemos, ajudar as IPSS que em virtude da crise têm tido gastos extraordinários e não previstos.

A nossa proposta é, em nosso ver, mais completa e por isso iremos votar a nossa proposta.

Aquilo que nós apelamos ao PSD era que pudesse ter aprovado a nossa proposta e não necessitasse de alterar a sua proposta, exatamente para ela tentar ficar mais igual à nossa.

Dito isto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu penso que não vale a pena nós nos recriminarmos por muitas vezes discordarmos. Cada um tem a sua proposta e se dúvidas houvesse, como o Partido Socialista não tem tido cálculos políticos nesta matéria, basta dizer que o PS já aprovou propostas do PSD, muitas, propostas do CDS, mais ainda, e proposta do Bloco de Esquerda e do PCP.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui com o mesmo espírito de sempre, com vontade de trabalhar, com um único objetivo: ajudar as açorianas e os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não estaria para intervir neste diploma, mas a intervenção do Sr. Deputado Luís Maurício, caro líder parlamentar do PSD, fez-me vir ao debate e dizer ao Sr.

Deputado que registo com muito agrado e muita satisfação esta, diria, nova postura do PSD, um PSD dialogante, de um PSD que quer diálogo, de um PSD que quer estabelecer consensos.

Foi isso que o CDS faz há muito tempo: estabeleceu consensos com quem quis estabelecer consensos e entendimentos com o CDS, nomeadamente com o PSD, quando foi a Comissão de Inquérito, tem estabelecido consensos e tem sido criticado por isso, por algumas forças políticas, por estabelecer entendimentos com o Governo antes da COVID, mas a favor dos açorianos, e sempre com medidas e propositura para os açorianos.

Portanto, este apelo ao consenso do PSD, esta nova postura do PSD, é uma postura que se saúda nesta altura, e é isso que nós sempre procurámos fazer e como disse já várias vezes e volto a dizer: tivemos aqui e inaugurámos nos Açores aquilo a que chamamos uma oposição construtiva, desde a minha liderança no CDS. Portanto, Sr. Deputado Luís Maurício, felicita-lo pela sua intervenção, felicita-lo pela sua disponibilidade, mas também dizer-lhe uma coisa muito sincera: estas coisas dos consensos e o estabelecer pontos não se fazem apenas com palavras, fazem-se com atos e é preciso atos concretos e determinados para que possa haver um consenso a favor das pessoas, dos mais fracos, dos mais desfavorecidos, como nós fizemos, com o COMPAMID, como nós fizemos, com tantas outras medidas, o apoio aos deficientes. Enfim, tantas outras medidas que não vou agora aqui lembrar, mas que foram sempre a favor das pessoas e sem pôr em primeiro lugar os interesses partidários, como V. Exa. aqui muito bem disse.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação destas iniciativas.

Começamos pela ordem que consta da Agenda, com o ponto 25 – Projeto de Resolução 208/XI – “Medidas extraordinárias de apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Vamos iniciar a votação:

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é contra. **Presidente:** Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Bruto da Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é contra.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, para o anúncio da votação tem a palavra.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 208/XI foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista, tendo votado favoravelmente 19 Deputados do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 da Deputada Independente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos agora iniciar a votação referente ao ponto 26, Projeto de Resolução n.º 209/XI – “Majoração extraordinária de apoios a IPSS e Misericórdias dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Vamos iniciar a votação.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor e informo que o Grupo Parlamentar do PSD fará chegar declaração de voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito obrigada, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 209/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora, eventualmente, nos pontos 27 e 29 da nossa Agenda, uma vez que estes dois pontos, ficou decidido pela Conferência de Líderes que seriam debatidos em conjunto. Para o efeito terá de ser aprovado o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 200/XI, requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Eu informo que neste momento o Sr. Deputado Jorge Jorge será substituído na Mesa pelo Sr. Deputado Bruno Belo.

(Neste momento o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge no lugar de Secretário da Mesa)

Para percebermos se teremos o debate conjunto ou não, eu vou dar a palavra à Sra. Deputada Maria João Carreiro para, em nome do PSD, justificar a urgência deste Projeto de Resolução n.º 200/XI – “Pela garantia do direito à Educação”.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/A apresentou esta iniciativa com carácter de urgência porque defende ser necessário a adoção de medidas claras e assertivas

que visem garantir o direito constitucional à educação das crianças e jovens nos Açores, sendo que alunos sem conectividade e com fracos recursos tecnológicos podem ficar excluídos das formas de ensino à distância baseadas apenas em formatos digitais.

Este é o tempo de “aulas” mais atípico e desigual que os nossos filhos jamais tiveram: a escola no “meio da sala” e no “meio do teletrabalho” dos pais, introduzindo atropelos tão diferentes na aprendizagem que, nesta altura, falar de educação como igualdade de oportunidades é uma ficção (admitimos que seja bem-intencionada), mas, na verdade, é uma ficção.

Os professores e os alunos foram obrigados a avançar para o ensino virtual, os pais e encarregados de educação a acompanhar os filhos nas tarefas escolares, sendo que muitos deles não reúnem as melhores condições ou formação para tal.

As experiências e as velocidades em que as mesmas se realizam divergem muito, consoante as escolas e as próprias famílias.

Para o PSD/Açores, as necessárias adaptações têm de ser feitas, com urgência, com vista ao acompanhamento de alunos. Sabemos que os alunos vão sofrer prejuízos inevitáveis porque o ensino à distância não é equivalente ao presencial, contudo, importa minimizar os danos provocados pela situação difícil em que todos nos vivemos.

É urgente tomar medidas que visem evitar as desigualdades de acesso à educação e proporcionar um ambiente de aprendizagem que estimule os alunos da nossa Região.

Disse.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (*PS*): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (*PS*): O meu voto é favor, Sra. Presidente.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira para o anúncio da votação.

Deputado Manuel Pereira (*PS*): O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então agora avançar para o debate conjunto destas iniciativas.

Os tempos são os seguintes:

O Governo Regional, o PS, o PSD e o CDS têm 23 minutos;

O Bloco de Esquerda 13 minutos;

O PCP 11 minutos e a Sra. Deputada Independente 4 minutos.

Para apresentação do ponto 27 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 211/XI – “Recomenda ao Governo Regional que, no âmbito das medidas aplicadas ao ensino, devido à pandemia pela COVID-19, promova os procedimentos necessários para permitir o acesso de todos os professores e alunos aos recursos necessários ao ensino à distância”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estava tentado a começar esta intervenção por dizer que nada é como dantes, ou nada vai ficar como era dantes, mas afinal parece-me que voltamos ao que era dantes.

E voltamos aos tempos da telescola, a telescola que foi criada há 6 de janeiro de 1965, em Portugal, a telescola onde, por não haver televisão em todos os lares dos Açores, de Portugal continental e da Madeira, os meninos iam à escola, a uma sala de aulas onde havia monitor para assistirem à telescola. Não tinham televisão em casa.

Em 88 esse sistema passou para um sistema de cassetes, para verem, então já nos vídeos, e já tem quem tinha mais aparelhos para isso.

Hoje em dia toda a gente tem televisão em casa e voltamos à telescola, desta vez em casa, ou seja, os meninos agora têm escola em casa. Portanto, voltamos aos tempos do antigamente.

Nesse sentido, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e nesta altura das medidas de contingência que foram provocadas pela pandemia da COVID-19, tiveram como consequência, e têm como consequência, a aplicação de medidas que promoveram profundas alterações metodológicas no ensino e na forma de ensino, de forma a permitir o funcionamento do presente ano letivo, nomeadamente no recurso às modernas plataformas digitais.

É por isso necessário criar condições para que todos os alunos abrangidos tenham acesso aos meios tecnológicos indispensáveis à frequência das aulas, bem como ter acesso a materiais de suporte à aprendizagem disponibilizados pelos senhores professores.

É ainda imprescindível assegurar aos alunos os correspondentes meios para uso educacional, de forma a permitir o acesso de todos ao ensino independentemente das condições económicas do seu agregado familiar.

E considerando ainda, e não menos importante, que nos termos da Constituição da República Portuguesa todos os alunos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso ao êxito escolar.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do CDS apresenta o presente Projeto de Resolução, que consta de 4 pontos.

1.º - Garantir que todos os professores tenham acesso a um computador para uso educacional.

2.º - Promover, a solicitação dos respetivos encarregados de educação, a disponibilização de computadores ou tablets para uso educacional ao universo dos alunos abrangidos pelo ensino à distância a partir do 2.º ciclo do ensino básico, inclusive.

3.º - Conceder o acesso gratuito à banda larga aos professores a lecionar por via de plataformas digitais e a todas as famílias abrangidas pelo ensino à distância a partir do 2.º ciclo do ensino básico, inclusive, com base em acordos com as operadoras de telecomunicações.

4.º e último - Criação de uma rede de apoio tecnológico à iliteracia digital, ou a promoção da iliteracia digital, se quiserem também, de forma a permitir a implementação de apoio aos professores e alunos.

Julgamos que mais uma vez o CDS traz aqui uma proposta que visa contribuir para minimizar estes constrangimentos à vida das famílias, dos professores, dos alunos, da comunidade escolar, portanto, é um projeto que nós trazemos aqui que é um contributo, embora modesto, mas é o nosso contributo que nós queremos dar e que queremos aqui consensualizar com todos, para que possam as famílias açorianas e os alunos terem melhor acesso à educação e para que os professores também possam ensinar melhor os seus alunos e para que no fim tenhamos uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais solidária.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

E agora para apresentação do **Projeto de Resolução n.º 200/XI – “Pela garantia do direito à Educação”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, e correspondente ao ponto 29 da nossa Agenda, tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Garantir o direito à educação das crianças e jovens, não comprometendo a sua função de favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade deve ser o desígnio de qualquer sistema educativo.

A situação excecional em que vivemos, reporta-nos a uma nova realidade, dinâmica por natureza, sujeita a alterações constantes, que exige a cada um de nós um papel ativo na procura de medidas excecionais e imediatas, que visem minimizar os constrangimentos causados pelo coronavírus.

Citando Andreas Scheicher, diretor do departamento da Educação da OCDE, “*a pior consequência do encerramento dos estabelecimentos de ensino devido ao novo coronavírus, é precisamente o desaparecimento durante meses do maior “equalizador social”: a escola*”, fim de citação.

A escola é o único local em que todas as crianças recebem o mesmo tratamento, longe da situação pessoal que cada uma delas vive na sua casa. Nas escolas, os alunos adquirem as competências necessárias para se tornarem cidadãos ativos na sociedade, onde aprendem o conceito de responsabilização social.

Assim, neste contexto de emergência e isolamento social, concordamos que a única solução viável para, de forma quase imediata, proporcionar aos alunos a continuidade de hábitos de estudo e momentos de aprendizagem, é o Ensino a Distância (EaD).

A prioridade deve ser garantir que **todos estejam ligados à escola**, tendo a plena consciência de que nem todos os alunos dispõem nas suas casas de computadores com acesso à internet e que, em muitos lares, os recursos disponíveis têm de ser partilhados pelos outros filhos, que se encontram a estudar, e/ou pelos pais que se encontram em teletrabalho, o que condiciona as tarefas de todos, ou ainda, as dificuldades de ligação à rede que têm implicações na participação e desempenho dos alunos e que representam também o isolamento das crianças e jovens mais vulneráveis.

Porém, passados duas semanas após o arranque do 3.º Período, continuamos a deparar-nos com alunos e famílias, sem qualquer dispositivo tecnológico em casa e sem ligação à internet, para ser possível acompanhar o ensino à distância, em igualdade de circunstâncias de outros.

Por outro lado, conforme alertado recentemente pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), as plataformas utilizadas no EaD têm capacidade para gerar perfis automáticos dos alunos, com informação sobre as “suas aptidões intelectuais” que podem “estigmatizar as crianças e jovens, prejudicando a sua integração na sociedade e no mundo laboral”, sendo que a generalidade dos estabelecimentos de ensino “não dispõem de recursos técnicos” para proceder a avaliação dessas plataformas.

Pelo que, para o Grupo Parlamentar do PSD/Açores importa garantir que as plataformas utilizadas pelas escolas apenas possam recolher dados “estritamente necessários para as finalidades necessárias”, conforme recomenda a referida Comissão.

É inegável!

Nunca como agora, o recurso aos meios tecnológicos e digitais foram tão necessários para garantir alguma “normalidade” ao processo educativo.

Mas, a literacia digital não se resume ao comum uso das redes sociais, nem tão-pouco aos jogos online, muito em voga entre os mais novos, e o investimento,

numa formação consistente de alunos e professores, no domínio das novas tecnologias e plataformas de comunicação, não foi evidente nestes últimos anos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o PSD/Açores, o princípio base da democraticidade do acesso ao ensino deve ser assegurado, pois a desigualdade no acesso à internet e a equipamentos informáticos/tecnológicos adequados pode aprofundar os abismos da desigualdade educacional e social.

Por isso, no início do passado mês de abril, defendemos que o final do presente ano letivo exigia medidas de ajustamento que não podiam ser deixadas ao livre arbítrio de cada agente do sistema educativo, alertando para a importância de se pensar e projetar o próximo ano letivo, tendo em conta as contingências do atual, não descurando a possibilidade real de ser necessário novamente recorrer ao EaD.

Por outro lado, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores tendo a perfeita consciência que assim que iniciarmos o próximo ano letivo, vamos depararmos com crianças e jovens com preparações muito diferentes. As implicações deste ano letivo irão sentir-se no próximo, o que acarretará naturalmente adaptações, provavelmente a nível dos currículos e de outros tipos de organização escolar e, por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores defende que, até final de maio, seja definido o calendário escolar de 2020/2021, nomeadamente quanto à sua duração, periodicidade e adaptação dos programas curriculares.

Ora, constituindo o sistema educativo o maior veículo para a equidade social, não pode, ele mesmo configurar um sistema desigual.

É certo que as adaptações que são necessárias dependem, em larga medida, do elevado empenho e da boa-vontade dos vários agentes, nomeadamente dos

Professores, que merecem um apreço especial pela multiplicidade de tarefas e volume de trabalho com os quais foram confrontados, em consequência da articulação desenvolvida com as famílias e restantes pares, das dificuldades inerentes aos procedimentos de operacionalização de comunicação à distância através do SGE.

O papel dos pais e encarregados de educação também deve ser enaltecido, pela responsabilização acrescida que lhes foi imposta no acompanhamento dos seus educandos nas tarefas escolares, muitos dos quais sem as melhores condições em casa, outros em teletrabalho, outros ausentes por se encontrarem a trabalhar e outros ainda sem a formação necessária para o devido apoio.

No entanto, devendo o sistema educativo ser gerador da equidade, não se pode admitir que o desenho das respostas educativas não tenha um carácter unificador e globalizante a nível regional, fundado no melhor conhecimento pedagógico e didático.

Além disso, se os princípios constitucionais da equidade, da inclusão, da igualdade estão postos em causa, não deve a escola avançar, sem que todos possam estar no mesmo “comboio da aprendizagem”. É despropositado avançar em novos conteúdos e ter a plena consciência de que vão ficar alunos na estação.

É um desvirtuar da verdadeira essência da escola pública, uma escola feita por todos e para todos.

Mais importante do que os conteúdos a ministrar, é o desenvolvimento e consolidação de competências do perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, ou seja, deve ser dado prioridade à consolidação de conhecimentos.

Face aos condicionantes acima expostos, falar em avaliação no 3.º Período implica valorizar as aprendizagens realizadas ao longo do ensino presencial e, bem assim, do ciclo de escolaridade, nos anos terminais de ciclo, em conformidade com a legislação em vigor.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores no seu Projeto de Resolução propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo que:

- As soluções tecnológicas que vierem a ser adotadas garantam a todos os utilizadores a universalidade e a gratuitidade de acesso às mesmas para o 3.º período, e tenham um interface intuitivo que facilite a sua utilização e exploração em contexto familiar para que nenhum aluno fique para trás.
- A escolhas das plataformas obedeçam a finalidades bem definidas e compatíveis com o ensino à distância e que apenas recolham os dados “estritamente necessários para as finalidades necessárias”, conforme recomenda a Comissão Nacional de Proteção de Dados.
- Os diferentes percursos de aprendizagem dos alunos do sistema educativo regional sejam assegurados, integrando-se soluções para currículos alternativos/adaptados, para o ensino artístico e para os alunos com necessidades educativas especiais.
- O horário de trabalho síncrono e a carga horária das disciplinas sejam definidos de modo uniforme para todas as unidades orgânicas da Região e se reformule a carga horária semanal de todas as disciplinas, considerando a adaptação que docentes e alunos têm de fazer ao Ensino a Distância e as ferramentas que este dispõe para trabalho em ambiente assíncrono.
- As atividades letivas, no currículo do Ensino Básico, a desenvolver no 3.º período, com recurso ao EaD, sejam preferencialmente destinadas à consolidação dos conteúdos programáticos já lecionados.
- A avaliação final tenha por base as aprendizagens realizadas ao longo de todo o tempo de ensino presencial e bem assim do ciclo de escolaridade, nos anos terminais de ciclo, conforme a legislação em vigor.

- Até final do mês de maio, seja definido o calendário do ano escolar de 2020/2021, com os ajustamentos decorrentes de todas estas circunstâncias excepcionais, nomeadamente quanto à sua duração, periodicidade e adaptação dos programas curriculares.
- Considere prioritária a realização de um programa de formação para pessoal docente em didática e metodologia do Ensino a Distância.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores veio a este debate parlamentar numa perspetiva de propositura e de contribuição proactiva para a resolução dos problemas que o momento impõe, num sector que o PSD/Açores considera fundamental.

O PSD/Açores reitera a sua total disponibilidade para tudo fazer com vista a garantir o melhor acompanhamento dos alunos dos Açores, manifestando abertura a qualquer proposta de outro partido, porque o nosso único propósito é garantir a igualdade de oportunidades a todos os alunos da Região.

O sucesso deste desafio não pode deixar ninguém de fora e convoca consensos e partilha de responsabilidades.

Sem demagogias ou autoritarismos.

O futuro da nossa Região depende da educação!

A escola de hoje será a economia de amanhã.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Foram apresentadas ambas as iniciativas. Estão agora abertas inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de inscrever do Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, gostaria de inscrever a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições? Julgo que não! Sendo assim tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: _

Eu devo começar por fazer e afirmar aquele que é um reconhecimento que é unânime, a começar pelo próprio Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que não sei se está presente, mas certamente estará, até porque é um debate no âmbito da sua tutela, o reconhecimento acerca das limitações no ensino à distância. Isso é por demais evidente. Desde logo, e até utilizando as próprias palavras do Sr. Secretário Regional da Educação, porque é potenciador ainda de maiores desigualdades, isto numa sociedade como a nossa, em que é a mais desigual no contexto nacional.

Aliás, a desigualdade não sendo uma característica tão somente da Região, é também uma característica do todo nacional, mas no nosso caso ela ainda é mais grave.

Cabe à escola pública contrariar a reprodução dessa desigualdade, uma missão que não se compadece, neste caso, com a utilização de meios cujo acesso pela própria natureza e pelo momento em que vivemos, é também ele desigual.

Se a somar a essa desigualdade inerente aos meios, ou seja, neste caso a internet, o acesso à internet, se adicionarmos essa desigualdade, ainda a quase completa desconsideração, pelo menos por enquanto, das implicações pedagógicas na implementação do ensino à distância para todos os ciclos de ensino.

Ora, ensinar presencialmente é uma coisa, ensinar à distância é outra, e ainda mais quando temos de considerar as várias faixas etárias aos vários ciclos de ensino.

Todos reconhecemos que dadas as circunstâncias seria sempre muito difícil efetuar um levantamento das necessidades de equipamentos informáticos, tendo em conta uma série de critérios, tais como:

- número de alunos por agregado familiar;
- número de pessoas em teletrabalho nesse mesmo agregado familiar, etc., etc., etc..

Criar e implementar uma plataforma online de utilização tão intuitiva que permitisse a sua acessibilidade por todos, seria de facto uma tarefa inédita, penso eu, a nível mesmo mundial.

Ligações à internet em condições para todos os alunos e professores também não seria possível no espaço de um mês, nem mesmo, atrevo-me a dizer, no espaço de um ano, até porque não é só uma questão do custo de acesso. Temos de ter em consideração que nem todas as ilhas, nem todas freguesias, melhor dizendo, da Região, conseguem ter acesso à internet móvel ou à internet fixa de banda larga.

Há freguesias de algumas ilhas que simplesmente não têm acesso, por exemplo, a internet móvel que seria muitas vezes a única forma facilitada de acesso.

Além do mais, seria também necessário formar todos os professores para que no mínimo adaptassem as suas práticas pedagógicas aos novos meios de ensino, ou seja, à distância e neste caso à internet, e também seria uma missão ao longo destes dois meses não desistir, mas sim reforçar o empenho para concretizar o princípio da escola inclusiva, o que passaria por contemplar o apoio educativo e o regime educativo especial em todo este processo de ensino à distância e isto porque por maiores esforços que tenham sido feitos pelos professores (e nisso nós acreditamos que todos os professores, e não só, também pessoal não docente, fizeram todas as diligências possíveis e até mesmo às vezes aquilo que parecia impossível para levar o ensino a casa de todos os seus alunos) muitos destes objetivos ficaram de certo por cumprir.

Para nós, o mais importante durante este período, não só durante este mês e meio como também dos próximos meses, até porque isto já foi referido neste plenário, poderemos ter no futuro mais ou menos próximo mais um período de confinamento, e de regresso destes alunos às suas casas e isso implica mais um período de ensino à distância, seria preferível aproveitar este tempo para preparar todos os meios, não só meios de ligação através da internet, plataformas, como também formação a ser disponibilizada aos professores e aos alunos, para que num futuro em que seja novamente necessário voltar ao ensino à distância, esse ensino seja não tão desigual como este que nós temos atualmente.

Portanto, durante este tempo, este mês e meio, pensamos nós que seria muito mais útil termos concentrado esforços no fundamental, tendo em conta as nossas limitações.

E quais seriam para nós os objetivos primordiais durante este mês e meio?

- Contrariar a tendência para um eventual aumento do abandono escolar, porque isso pode acontecer, isso é um grande risco que corremos quando o único meio

que nós temos disponível para levar o ensino aos alunos é o ensino à distância. Esse é um risco que se corre.

- Garantir o contacto com uma escola pública que apoie os alunos e as suas famílias e não uma escola que funcione quase como um fator de pressão junto destas famílias.

Passo agora a apreciar alguns pontos resolutivos da proposta do Grupo Parlamentar do PSD, principalmente no seu 3.º e 4.º ponto.

Nós concordamos que durante este período de tempo, até ao final deste 3.º período, dever-se-á primar pela consolidação de conhecimentos associados a conteúdos transmitidos no regime presencial e que a transmissão, quiçá, de novos conhecimentos teria de ser sempre facultativa e nunca obrigatória. Nunca deve ser considerada numa avaliação, mesmo com carácter contínuo, para o 3.º período deste ano letivo. Muito cuidado na lecionação, transmissão de novos conteúdos ao longo deste 3.º período utilizando o ensino à distância tão imperfeito como ele se encontra.

É também importante garantir que nenhum aluno sem contacto com a escola até agora não venha a ser prejudicado, porque isto acontece, esta é uma realidade.

Há alunos que neste momento não têm qualquer contacto com a escola e estes alunos não podem de forma alguma ser prejudicados na sua avaliação do 3.º período, nem no próximo ano letivo.

Como muito bem afirmou a Sra. Deputada Maria João Carreiro há que reformular conteúdos curriculares para o próximo ano letivo para que estes alunos não venham a ser prejudicados.

Tal como há unanimidade no reconhecimento acerca da inexistência de condições e não universalidade de acesso aos recursos necessários para o desenvolvimento da aprendizagem, logo também deveria ser unânime o reconhecimento da impossibilidade em considerar novos conteúdos

transmitidos não presencialmente para uma avaliação do 3.º período deste ano letivo.

O não reconhecimento disso acarreta pressão desnecessária sobre professores, pessoal não docente e sobretudo sobre os alunos e respetivas famílias.

É contribuir para que a escola esteja contra as famílias e não com as famílias.

Com a possibilidade de retorno ao ensino presencial, inclusive no 3.º ciclo, ainda este mês em algumas ilhas, agrava-se o nível de desigualdade, se se insistir na consideração de novos conteúdos na avaliação para o 3.º período.

Porquê, Sr. Secretário, esta ansiedade de se proceder a avaliações no 3.º período quando reconhece que os meios, pelo menos por enquanto e até ver, agravam as desigualdades na Região?

Será que o Sr. Secretário iludiu-se ou pretende iludir toda a comunidade educativa que num mês deveria conseguir engenderar um sistema de ensino à distância tão real como o ensino presencial.

Tendo isso em consideração o nosso Grupo Parlamentar irá votar favoravelmente a iniciativa do PSD.

Já quanto à iniciativa do CDS, apesar de reconhecermos a excelente intensão de fundo, vemo-nos obrigados a abster-nos da sua iniciativa. Isto porquê? Até porque um Projeto de Resolução não permite uma votação na especialidade, mas passo a explicar.

Quanto ao segundo ponto, o de garantir o acesso a computador para todos, concordamos.

Quanto ao primeiro ponto, o de garantir o acesso a computadores aos professores, é compreensível, mas teríamos, do mesmo modo, disponibilizar computadores a todos os funcionários públicos em teletrabalho.

Terceiro ponto, na mesma lógica, teríamos de garantir acesso gratuito também a todos os estivessem em teletrabalho e devo aqui recordar que as próprias operadoras assumiram que não iam baixar os preços, pois para as operadoras (e

este é um argumento das operadoras, não é um argumento do Bloco de Esquerda, certo?) as pessoas, porque têm acesso a tarifas planas, tanto pagam o mesmo por aceder à internet por uma hora, como por 24 horas.

O que iria no máximo facultar seria uma flexibilização de pagamentos e de cortes devido à falta de pagamento.

Com essa posição, infelizmente, a ANACOM aceitou e acatou.

Quanto ao quarto ponto, nós estamos também favoráveis. De facto, é necessário a formação aos professores e a todos os intervenientes da comunidade educativa para que consigam aceder a esta modalidade de ensino à distância.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade, vivemos hoje com algo que nunca se viu e que em tão pouco tempo e perante tempos tão excecionais muito se vez.

É inevitável que **em dias avançamos anos na transição digital educativa.**

Estamos certos, o Grupo Parlamentar do partido Socialista está certo, que **foi pela força das escolas e do envolvimento das famílias que fizeram acontecer a mudança que se vive.**

Não podemos acrescentar à crise sanitária uma crise no sistema educativo regional, o que teria acontecido certamente se a opção tivesse sido a ausência total para com milhares de alunos e professores sem perspetivas de presente e futuro. As escolas fizeram o seu trabalho de levantamento de computadores por cada família. E houve resposta. E continua a haver respostas.

Mas tal não aconteceu porque o Governo lançou mãos a uma **estratégia preventiva com** respostas imediatas face à pandemia COVID-19 e foi **sólida**

para uma retoma que se quer segura em várias áreas e com diálogo com os partidos aqui representados, algo que também é bem presente ao longo deste plenário.

A resposta do sistema educativo, **com recurso ao ensino à distância, em múltiplas plataformas**, perante a crise sanitária, faz a diferença, porque se é certo que as desigualdades, na esmagadora maioria das vezes, se diluem numa mesma sala de aula, elas acentuam-se na casa de cada um.

Por esse motivo a escola adaptou-se, **para que a milhares de alunos não faltasse o ensino.**

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje na presença de dois projetos de resolução.

Primeiro, o do CDS-PP que pretende garantir que professores e alunos tenham acesso a computadores e equipamentos de banda larga.

Numa análise política e estratégica não é possível desconsiderar a pertinência e utilidade desta proposta.

Durante a crise pandémica, logo nos primeiros dias, foram atribuídos centenas de computadores e equipamentos de acesso à banda larga quer a professores que o solicitaram, quer a alunos, tudo para fins educacionais.

O apoio tecnológico, que aqui é referido neste Projeto de Resolução, a professores, também neste momento é atribuído e disponibilizado a pais e alunos, através de uma plataforma própria no portal da educação E@D, indo assim ao encontro do ponto 4 desta resolução, mas que entendemos que há aqui um reforço bem patente deste ponto.

Com o nosso voto favorável a este Projeto de Resolução do CDS-PP queremos, como aqui também foi dito pelo Sr. Deputado Artur Lima, reforçar as condições aos nossos professores para a enorme função que é ensinar e para os nossos alunos para o enorme desígnio que é aprender.

O segundo projeto de resolução, o **do PSD**, o qual analisamos com enorme cuidado e muita atenção, ponto a ponto, no sentido de aferir se poderia contribuir para uma melhor resposta à situação que se vive. Nesta análise que dizemos, cuidada, atenta, vendo em cada um dos pontos que resposta é que poderia ser dada, e antes de entrar nesta avaliação, quero aqui dizer ao PSD que, naquela que foi a sua apresentação, identificar algo que para nós nos parece imediato.

O Partido Socialista tem muito bem definidas as suas posições ideológicas no que respeita à educação, completamente definidas.

Tem-nas definidas o Partido Socialista, assim como eu também as tenho bem definidas. Temos o nosso posicionamento e é claro relativamente àquelas que são as características específicas de uma educação para todos.

O tempo dá bem nota destas que têm sido as opções do Partido Socialista ao longo destes anos, quer na equidade, quer na inclusão, quer na igualdade.

Nós não temos dúvidas, Sras. e Srs. Deputados, onde é que nós, Partido Socialista, nos posicionamos.

Quando falamos no direito à educação para todos eu gosto sempre de recordar, porque a memória é importante e a história também é importante, que o Partido Socialista trouxe um conjunto de crianças e jovens que estavam em casa, enquanto crianças com necessidades educativas especiais.

Portanto, se há partido (sem querer aqui fazer esta referência, mas que a faço porque foi feita inicialmente pelo PSD) que defende a inclusão na escola, se há partido que defendeu e defende trazer as nossas crianças para a escola, esse partido é também, irei aqui incluir, o Partido Socialista.

Relativamente à avaliação que fizemos dos sete pontos deste Projeto de Resolução, no nosso entendimento e face àquela que é a realidade que se vive, face àquele que é o trabalho que foi feito quer pelo Governo, quer por um conjunto de atores que rapidamente se associaram a um contrato informal com

o Governo para responder a uma educação para todos, nesta análise que nós fazemos dos cinco pontos dos sete da proposta, entendemos que claramente é um Projeto de Resolução que nestes pontos desconsidera o trabalho que está a ser feito.

Desconsidera também que não é **humana e tecnicamente, trazer normalidade a este tempo anormal que nós vivemos**. Consideramos que é isto que PSD quer fazer, não só com a intervenção que fez, mas com os Projetos de Resolução.

Tudo tem sido feito quer pelo Governo Regional, quer pelos professores, quer pelas famílias. Não se está aqui a criar nenhuma pressão às famílias, está-se sim a responder.

Agora, admitimos logicamente que perante esta situação nova, uma situação nova para todos, em que prontamente deve-se responder para que nenhuma criança ficasse sem o acesso ao ensino, há situações que são diferentes e que exigem de todos nós uma resposta diferente.

Em segundo lugar, nos pontos 3 e 4 tem a nossa **discordância de natureza política educativa**. Ainda no ponto 6 verificamos que o PSD está em **contradição com aquela** que é a sua própria linha temporal de avaliação das medidas de combate à pandemia defendida pelo próprio PSD.

Ou seja,

Os pontos resolutivos 1.º, 2.º, 4.º, 5.º e 7.º, na nossa opinião, é **desconsiderado** o trabalho que está a ser feito nas nossas escolas, é desconsiderado a formação que centenas de professores tiveram pós o período de interrupção letiva.

Há dias falava com um professor que me dizia: “ó Sónia mais formação não! Nós temos formação na área do ensino à distância que claramente está a responder para aquele que é momento emergente que se vive.”

Isto foi dito, isto está a ser dito. Os professores tiveram formação para responder.

Estes cinco pontos resolutivos desconsideram igualmente àquela que é a arquitetura legislativa do Sistema Educativo Regional, desconsidera também aquelas que são as especificidades próprias de um modelo de ensino à distância. Porque Sras. Deputadas e Srs. Deputados não é possível ter a **normalidade em tempos de anormalidade**.

Em segundo lugar, como dizia há pouco, temos uma **inconciliável discordância naquela que é a política educativa que está bem presente nos pontos resolutivos 3 e 4**. Aqui nos diferenciamos claramente do PSD. Muito em concreto nós entendemos que a avaliação deve estar ao serviço das aprendizagens e não o contrário.

Essas aprendizagens quando acontecem, quer presencialmente, quer em regime de ensino à distância, e aqui nós temos a certeza absoluta que todos os professores (todos os professores!), perante a turma que terão à sua frente, irão ter em consideração o acesso que estes alunos tiveram, o tipo de apoio que tiveram, como é que estão a responder. Nós temos confiança nos professores. Os professores sabem que isto é um momento difícil, que este é um momento que nenhuma sociedade estava preparada.

Colocar a aprendizagem ao serviço da avaliação, que é isto que o PSD quer fazer, é, no nosso entendimento uma posição errada, não contribui para aquilo que efetivamente a Sra. Deputada aqui referiu, o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória.

O perfil à saída do aluno na escolaridade obrigatória exige esta globalidade de conhecimento e que sim, também tem a ver com a metodologia à distância.

Por esta proposta **desconsiderar** aquelas que são as realidades das nossas escolas no ambiente pandémico em que vivemos e por uma **inconciliável discordância** na política educativa, que há pouco referia, nós iremos votar contra o Projeto de Resolução do PSD.

Mas gostaria também de dizer aqui algo que, não sendo no nosso entendimento importante para análise educativa deste Projeto de Resolução que aqui nos é apresentado, é, por outro lado importante no Plano Político e nós aqui, efetivamente, votamos opções políticas.

Há uma clara **contradição política no 6 ponto resolutivo face à recomendação da definição do calendário escolar 2020/2021.**

É preciso aqui notar que **nuns dias o PSD** entende que para os Critérios Para Uma **Saída** Segura da Pandemia COVID-19, propostos pelo Governo dos Açores, a avaliação de medidas deverá ser de 15 em 15 dias, em vez de um mês proposto pelo Governo Regional; **noutros dias** quer planear o ano letivo com 5 meses antes, aliás algo que em tempos normais ocorreria em junho. Em tempos normais. E nós não vivemos tempos normais, vivemos tempos de anormalidade e que exige de todos um enorme esforço, uma enorme dedicação e aqui estamos certos de que somos acompanhados por pais, por professores e por alunos.

Esta contradição que há pouco referia, ela não nos incomoda, mas não é benéfica para o foco e esforço conjuntos que esta pandemia nos exige.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos certos, convictamente certos, que os professores tudo fazem para responder aos seus alunos, para não os deixar sem ensino, para não os deixar desligados. A verdade é que nunca seremos demasiados reconhecedores desta dedicação e trabalho por parte dos professores, do acompanhamento dos pais e dos alunos que se aventuraram nesta nova realidade, mas que eles, a sua esmagadora maioria, têm bem presente o seu funcionamento.

Estamos certos de que se não se tivesse implementado o ensino à distância, as desigualdades acentuariam e/ou outras iniciariam. Pelo que entendemos que a estratégia definida por este Governo foi a possível e a mais acertada em situações excecionais e **em tempos excecionais, não se encolhendo, o**

Governo liderou e agiu fazendo tudo para garantir o direito à educação, é certo (é certo!) que não levou cada sala de aula a cada casa, como pretende o PSD, mas só por magia tal era possível. E o Governo governa, não faz magia.

Em apenas cerca de 50 dias, Sras. e Srs. Deputados, um conjunto de iniciativas foram feitas, com o trabalho arcúrio por parte de professores, por parte de pais, por parte de alunos, por parte deste Governo que reformulou o calendário do 3.º período, que deu formação a professores no âmbito de ensino à distância, que distribuiu milhares de computadores e equipamentos de acesso à banda, que fez a reformulação dos critérios da classificação escolar para que a avaliação seja por conta do que efetivamente se aprende e não o contrário.

Fez um conjunto de articulação, de plataformas do ensino à distância combinando diversas plataformas, RTP-Açores, plataformas digitais de gestão de aprendizagem, o email, o telefone...

O PSD, aqui, refere a necessidade do cumprimento relativo à proteção de dados. As plataformas apresentadas e que estão devidamente protocoladas no âmbito da proteção de dados, nomeadamente a plataforma, passando da publicidade, da Microsoft, já garante esta mesma situação e há todo um conjunto de cuidados que nós sabemos que os nossos professores têm, que nós sabemos que os nossos professores estão a passar aos seus alunos, nomeadamente da imagem, do som, da captação destes dois instrumentos.

Somos hoje das poucas regiões da Europa onde os alunos do ensino básico e secundário terão aulas presenciais em 33% do seu território.

A Direção Regional da Educação emanou um conjunto de orientações para o ensino regular, metodologias do ensino à distância, para a Educação Especial, para os cursos profissionais e vocacionais e para as respostas educativas nos CDIJ - Centro de Desenvolvimento Integração Juvenil, para a questão relativa aos estágios integrados a todos os alunos que o passam fazer.

Portanto, há aqui um conjunto de situações que estão a ser respondidas por parte do Governo.

Nós entendemos que **foi pela força das escolas e das opções políticas educativas que fizeram acontecer a mudança que se vive no sistema educativo e onde em dias avançamos anos na transição digital escolar.**

Por fim, todos assistimos no sistema educativo regional, em regime à distância, a rapidez, a eficiência e a simplicidade, perante tempos de pandemia onde tudo é diferente, onde a magia não existe, existe sim uma governação diária onde todos contam. E orgulha-nos as opções deste Governo que lutam para que ninguém fique para trás. E orgulha-nos a capacidade dos professores de responderem a esta situação. E orgulha-nos a capacidade de os alunos enfrentarem estas alterações com a tecnologia que têm bem nota de como a devem utilizar.

Portanto, nem tudo é perfeito, estamos bem cientes disso. Sabemos bem da mais-valia que é o ensino presencial, mas deixar alunos sem qualquer direito à educação, terminar precocemente um ano letivo, seria um erro tremendo e nós orgulhamo-nos das opções tomadas por este Governo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu queria inscrever-me, Sra. Presidente, se faz favor.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima.

Deputada Graça Silveira (Independente): O Sr. Deputado Artur Lima também agora entrou à Porto Martins!

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Queria inscrever-me, Sr. Presidente, João Corvelo.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sra. Presidente, não sei se me ouviu inscrever. Eu estava a me inscrever, quando houve também uma entrada à Porto Martins.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É sempre uma entrada muito bem feita, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): É verdade, Sr. Deputado! É verdade!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Aliás, o Sr. Secretário que o diga.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Eu percebi que o Sr. Secretário reconheceu como um elogio!

Presidente: Está inscrita Sra. Deputada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, reiterando as virtudes das entradas à Porto Martins, eu queria inscrever o Sr. Secretário Regional da Educação.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Julgo, para já, não haver. Passo então a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sra. Presidente, e viva o Porto Martins.

Sra. Presidente, eu queria antes de mais, porque na primeira intervenção não o fiz, deixar aqui uma palavra de reconhecimento e de agradecimento a todas as famílias açorianas, a todos os professores, a todos os alunos, a todos os encarregados de educação que estão em casa a fazer um esforço extraordinário

para que os seus filhos aprendam e para que a educação vá evoluindo e eles tenham sucesso educativo.

As famílias, os pais, os alunos e os professores merecem esse nosso reconhecimento.

Por outro lado, Sra. Presidente, também queria, neste último dia de plenário (presumo que acabará hoje) fazer um agradecimento e um reconhecimento a todos os técnicos da Assembleia, à Secretaria Geral, aos técnicos da informática, a todos os funcionários, que, eu não sei se é caso único no mundo, mas tornaram este plenário online possível, a funcionar e sempre atentos e a corrigir as falhas. Merecem, os funcionários da Assembleia, desde a informática, a qualquer um deles, todos eles sem exceção, mas sobretudo os da informática e a Secretaria Geral, o nosso reconhecimento e agradecimento.

Eu diria que também vivemos novos tempos, porque estamos numa telescola, mas também estamos no “teleplenário”, devido ao trabalho de muita gente.

Sra. Presidente, para o Bloco de Esquerda a educação é uma questão ideológica e, portanto, quanto a isso não vou dizer mais nada. O voto do Bloco de Esquerda é um voto ideológico, mas fiquei espantado, não temos os técnicos do Sr. Deputado Paulo Mendes. Afinal percebe de banda larga, afinal percebe como se implementa a banda larga, afinal percebe o que é que é tecnicamente possível fazer ou não fazer e até diz que, a acontecer, uma coisa seria inédita a nível mundial.

Portanto, eu sobre essa parte não me vou pronunciar. O Sr. Deputado tecnicamente está muito bem preparado sobre essa matéria. Portanto, nem sequer me vou pronunciar.

Quanto ao mais, também fiquei a saber que afinal o senso comum faz parte da política, acabou de dizer o Sr. Deputado ao contrário do que dizia nos dias passados como disse aqui.

Mas então, na teoria do Sr. Deputado, deve-se dar um computador a todos os funcionários públicos, mas como não se pode dar, não se dá aos professores que precisam deles para trabalhar.

Olhe, para nós a política é feita de escolhas e a política é estabelecer prioridades, e a nossa prioridade neste momento é o ensino, o ensino dos nossos jovens que estão em casa, das nossas crianças que estão em casa. Portanto, nós escolhemos. Não é não se pode dar aos funcionários públicos, não se dá aos professores. Pronto, é a opinião do Bloco de Esquerda! Fica com ela!

Relativamente à proposta do PSD eu gostaria de colocar algumas questões ao Grupo Parlamentar do PSD.

Os considerandos são generalidades, a proposta do PSD é constituída por generalidades que creio que todos subscrevemos neste tempo de contingência do nosso sistema educativo. Mas relativamente ao ponto 1 eu gostaria de perguntar ao PSD, os diferentes percursos de aprendizagem, a adequação dos currículos para o ensino artístico, ensino profissional e alunos com necessidades educativas especiais. Reconhecemos a importância de que assim seja. Mas quais são as propostas em concreto, Sra. Deputada Maria João?

Relativamente ao ponto 2, reformular a carga horária em função do ensino à distância, qual é a proposta em concreto? Menos português? Menos matemática?

Quais as disciplinas que acham que tem carga horária a mais?

Era preciso explicar!

No ponto 3, pretende que “no 3.º período do ensino básico seja apenas consolidar os conteúdos programáticos já lecionados em ensino presencial”.

Então, Sra. Deputada, paramos os programas apesar do esforço de adequação de meios para prosseguir com normalidade possível o ensino?

Qual é o sinal que o PSD quer dar às famílias e aos alunos, Sra. Deputada? É também uma pergunta que lhe deixo.

Também relativamente ao ponto 4, propõe que “a avaliação final do ensino básico seja apenas baseada no que foi lecionado no ensino presencial”.

Isto quer dizer que a mensagem para os alunos e para as famílias é que o ano já fechou?

Qual é assim a razão de esforço que está a ser feita para permitir os meios necessários ao ensino à distância na disponibilização de meios e no trabalho de preparação de professores?

Agradecia, para já, esses esclarecimentos por parte do Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputada Graça Silveira (Independente): A Sra. Presidente chegou a inscrever-me?

Presidente: Inscrevi, mas é quando chegar à sua vez, Sra. Deputada, que é já a seguir.

Deputada Graça Silveira (Independente): A minha era a primeira.

Presidente: Eu não tenho culpa das entradas que, entretanto, surgem. Portanto, limito-me a inscrever quando as ouço, Sra. Deputada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, permita-me mais uma vez, são entradas muito gentis, como diz o Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo é consigo, novamente. Obrigada.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A educação é um direito fundamental e uma condição determinante para a emancipação individual e coletiva. É a Escola Pública, no integral respeito pelos direitos dos trabalhadores que dela fazem parte, que tem de assegurar a todos, independentemente das suas condições económicas e origem de classe, o

acesso aos graus de educação e de ensino e o desenvolvimento da cultura integral do indivíduo.

O surto epidémico exigiu a adoção de um conjunto de procedimentos de prevenção adequado que, naturalmente, tem impacto no normal funcionamento das escolas.

Este projeto propõe medidas que, em parte, foram já correspondidas pela Secretaria Regional da Educação e Cultura. Temos de reconhecer o esforço feito para entregar equipamentos aos alunos, sobretudo ao nível das escolas e das redes locais, tendo a Secretaria Regional da Educação e Cultura servido de catalisador. Em nossa opinião, ter-se-ia justificado um investimento que permitisse a aquisição de equipamentos informáticos. Sabemos que as escolas estão a fazer esforços para que estas falhas sejam solucionadas e que os professores são novamente sacrificados com o dobro do trabalho e de exigências.

Relativamente à iniciativa do CDS nós concordamos com alguns pontos, mas, por exemplo, a solução apontada pelo 3.º ponto não dará uma resposta universal, por falta de cobertura; apesar disso, poderá dar resposta a alguns casos, apesar de considerarmos que será mais eficaz dar resposta por via da ação social escolar, extraordinariamente.

Relativamente aos meios tecnológicos (ponto 2), perguntamos ao proponente por que é que a cedência de computadores é, apenas e só, para os alunos do 2.º ciclo ou superiores? E os do 1.º ciclo? Qual a razão de não estarem incluídos? O que devíamos realmente defender é a aquisição de materiais tecnológicos, mas para ficarem como acervo da escola.

Não queremos deixar de referir que a solução apontada no ponto 4.º, uma rede de apoio tecnológico à iliteracia digital, será uma solução que não deve ser restringida, nem à população escolar, nem ao período que vivemos. Correspondendo a uma necessidade objetiva das populações em geral, poderá

ser concretizada com o nosso apoio, mas não restringida a esta realidade muito específica. Deve, antes, ser mais vasta, no tempo e na sua abrangência.

Relativamente à iniciativa do PSD, consideramos que a mesma não se ajusta minimamente à realidade açoriana. Com exceção do ponto 3, esta iniciativa é um ataque a todo o sistema educativo regional, que achamos descabido. As escolas estão adaptadas às suas realidades, e as necessidades sentidas pelas escolas são diferenciadas. Uniformizar, quando a palavra de ordem é dar autonomia, é ir no sentido oposto ao correto. Há muitas críticas a fazer, mas o sentido que temos de tomar baseia-se em dar mais meios financeiros e humanos.

Exemplificamos, no ponto 4 defende-se que o 3.º período não deve contar para a nota. Como fica o trabalho dos alunos? É inútil? Será que vão estar motivados? Este não é método. Prazos impossíveis de cumprir, pontos a propor que a Região resolva sozinha assuntos que têm de ser articulados com a República, incompreensão daquilo que é o Sistema Educativo Regional, há de tudo nesta proposta.

A Representação Parlamentar do PCP só aponta que no que toca à educação o Governo Regional dos Açores e a Secretaria Regional da Educação e Cultura, ocorreram muitos momentos de desorientação que não deviam ter transparecidos para os professores, mas reconhecemos que ambos tiveram muito trabalho. No ensino, foi sentido um desnorte – que, aliás, não é deste ano, sendo algo do qual as escolas e os docentes há muito se queixam.

Cabe à Secretaria Regional da Educação e Cultura apresentar as soluções e orientações muito claras que consagrem o direito universal ao ensino, tranquilizando as famílias, eliminando fatores de incerteza e desigualdade que possam contribuir para sentimentos de instabilidade.

Muitas escolas vão agora reiniciar as suas atividades letivas. Perante isso, seria de esperar que surgissem as orientações da Direção Regional da Educação. Mas

a verdade é que pais, alunos, professores e funcionários não docentes estão neste momento sem saber como se irão operacionalizar as aulas. Como ficarão os alunos e professores em grupos de risco? E o transporte escolar? As turmas serão divididas? Era de esperar que, numa sala, estivessem, em simultâneo, no máximo, 10 alunos! As escolas têm os necessários materiais de limpeza e equipamento de proteção? E haverá apoio para a aquisição das obrigatórias máscaras? É que estas vão pesar, e muito, nos orçamentos familiares!

As aulas do 11.º e 12.º só se vão iniciar, em todo o país, por causa dos exames nacionais e da candidatura ao superior, quando existem muitas alternativas para o processo de candidatura. Em vez de estarmos a adaptar o processo de candidatura à realidade da pandemia, o Governo do Partido Socialista está à espera que a pandemia se adapte à realidade da candidatura aos exames nacionais... Infelizmente não é assim que acontece na natureza. Não é ela que obedece à lei dos Homens!

Os exames nacionais são um risco desnecessário. A sua realização trará, de certeza, efeitos na saúde dos açorianos. Há alternativas a este sistema de candidatura ao ensino superior, com mais razão para este ano serem aplicadas! Não foi essa a opção do Governo da República. O Governo Regional terá sido certamente ouvido. Seria interessante sabermos o que terá defendido!

Este ano caiu definitivamente por terra o argumento de que os exames são um meio para conseguir uma avaliação justa e uniforme. Alunos diferentes terão calendários e condições de ensino completamente diferentes. Alguém consegue dizer que irão realizar os exames em condições de igualdade? Fica demonstrada a falsidade dos exames, enquanto sistema justo de avaliação, para, pretensamente, dar um padrão comum ao todo nacional. Nunca o foram; este ano, isso será provado de forma particularmente dramática.

A questão central que está colocada é reduzir as assimetrias económicas e sociais entre as famílias açorianas e não deixar nenhum aluno para trás.

Ninguém ficar para trás, significa, no caso dos alunos com necessidades educativas especiais, uma particular atenção e acompanhamento por parte Secretaria Regional da Educação e Cultura, não podendo ficar esquecidas as situações em que as famílias careçam de apoio exterior.

As incertezas quanto à epidemia e às suas consequências na Região e na vida das escolas dão uma certeza: será preciso um grande investimento no próximo ano letivo, com mais meios humanos, financeiros e técnicos, que permitam recuperar os atrasos verificados.

Nenhum destes aspetos é atendido, nem pelas propostas, nem pela Direção Regional da Educação.

A afirmação da Escola Pública, gratuita e de qualidade, pela importância própria que tem e pelo papel que deve desempenhar na Região que continua a ter um risco de pobreza elevado, é vital para o futuro do País.

Se há coisa que podemos concluir é: se muita coisa está a funcionar bem deve-se ao empenho, com toda a certeza, dos professores....

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de ouvir a Sra. Deputada Sónia Nicolau, em que diz que tudo, tudo tem sido feito, eu não posso deixar de concordar.

Tem sido feito tanto, tanto, tanto que olhe, só em plataformas de videoconferência, cá em casa, nós temos quatro. Temos aulas por WebMeeting, Skype, plataforma SGE e Teams. Só em vias de comunicação com o aluno para enviar fichas e receber fichas, temos 7 vias de comunicação: o grupo de comunicação da turna no Messenger, o email do aluno, o Skype, a escola virtual, a plataforma SGE, o class-jump e a escola digital.

Portanto, devo dizer-lhe, Sr. Deputado Artur Lima, mesmo que a sua iniciativa fosse aprovada e implementada na íntegra, mesmo que não houvesse qualquer iliteracia digital, com este caos é impossível conseguir seguir e acompanhar o trabalho dos nossos alunos.

Por muito que os professores se esforcem e por muito que os pais tentem, é o caos!

Portanto, neste momento tem de haver um esforço de haver uma uniformização em termos de comunicação entre os alunos e os professores e para que os pais consigam saber onde é que está a ficha, porque se não está nesta plataforma está naquela, a de matemática afinal está na outra. Portanto, não se consegue fazer rigorosamente nada.

Em relação ao regresso à escola dos alunos do secundário, aquilo que foi dito foi que só terão aulas presenciais às cadeiras ou às disciplinas que vão ter exame.

Eu pergunto: as outras cadeiras enquanto estão a decorrer aquelas que o aluno não escolheu para fazer exame, fica na escola? Fica na escola aonde?

Vai ser ministrada por videoconferência? É que daqui uma semana vai ter de haver este regresso. Isto é o caos, ninguém sabe como é que vai acontecer, se os alunos levam máscaras de casa, se têm que pôr as máscaras na escola, se a escola é que vai fornecer as máscaras, qual é que é a densidade, se cada escola vai ter novamente liberdade.

Portanto, é fundamental pensar como é que este regresso à escola vai-se operacionalizar.

Já agora, em termos de regresso à escola, porque uma das grandes preocupações é não acentuar as diferenças entre os alunos e as igualdade de oportunidade, aquilo que eu pergunto é se os alunos das escolas das Flores, do Corvo e de Santa Maria, de todos os ciclos, vão voltar à escola, se estes alunos do 1.º e do

2.º ciclo vão ficar em igualdade de circunstâncias com os restantes alunos que vão passar o resto do semestre neste caos de ensino à distância?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(* **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, está a ouvir-me?

Presidente: Estamos a ouvi-lo perfeitamente e a vê-lo. Seja bem-vindo ao nosso plenário, Sr. Secretário.

(* **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu ia começar por fazer duas coisas numa só, ou seja, comentar as recomendações que são feitas nestes dois projetos de resolução, o do CDS-PP e do PSD, e ao mesmo tempo ir respondendo a algumas das dúvidas que foram aqui elencadas.

Começaria pelo projeto do CDS-PP. Este Projeto de Resolução faz quatro recomendações ao Governo.

A primeira recomendação visa garantir o acesso a todos os professores de um computador para uso educacional.

A generalidade das escolas fez o levantamento das necessidades tecnológicas dos docentes para conhecimento da falta de computadores, ou eventualmente de acessórios, microfone ou câmara, e promoveu um sistema de empréstimo semelhante ao dos alunos.

Na indisponibilidade, por vezes, de computadores portáteis, preferencialmente emprestados aos alunos, os professores beneficiaram do empréstimo de desktop.

A nossa opção, creio que justa e legítima, foi a do empréstimo a quem não tem, quer alunos, quer professores, empréstimo de computadores e de acessos à internet.

Mesmo assim, cumprimos o essencial desta recomendação, estamos certos.

A segunda recomendação diz respeito à disponibilização de computadores a alunos em regime de ensino à distância, com base em levantamento que depois foi complementado com a contemplação de novas necessidades, nós empenhamo-nos em disponibilizar por empréstimo, a quem os não tinha, computadores e acessos à internet aos alunos do 2.º ciclo do básico até ao secundário.

Fizemos a distribuição de mais de 2.500 computadores, fizemos a distribuição de 1.450 acessos à Internet. Ainda aguardamos, neste momento, a chegada de 100 equipamentos para suprir necessidades ocorridas aqui na Ilha de São Miguel.

A terceira recomendação respeita à concessão de acesso gratuito da banda larga aos professores e às famílias abrangidos pelo sistema de ensino a distância.

A nossa opção foi a seguinte: aos alunos fizemos o empréstimo de equipamentos com 30 gigas, aos docentes, a uma minoria deles, as escolas fizeram um empréstimo de dispositivos de acesso à internet.

A quarta e última recomendação prende-se com o estabelecimento de uma rede de apoio tecnológico para benefício de professores e de alunos.

Nós, no portal da educação, já criámos uma área de ensino à distância para formar e informar docentes, alunos, pais e encarregados de educação em matéria de operacionalização do regime de ensino a distância.

Além disso, desde o dia 3 de abril, que damos orientações às escolas para a promoção de sessões formativas ou com sugestões de sessões formativas.

Neste mês de maio, temos duas ações de formação de ensino à distância, uma já a decorrer de 25 horas, outra que ocorrerá um pouco mais tarde de 15 horas.

Lido este Projeto de Resolução queremos acreditar que o CDS-PP entendeu o momento que nós vivemos nos Açores, em Portugal, na Europa e em todo o mundo. Nós não vamos ficar mais ricos. Nós vamos ficar agora mais pobres. Mais pobres por força da doença e da morte, também por força da recessão que se não for devida e atempadamente atalhada resultará necessariamente em miséria.

Diz o povo, e diz o povo com razão, que “o ótimo é inimigo do bom”.

No seio de uma profunda crise é compreensível que não possamos atingir o patamar do ótimo, por isso batemo-nos quotidianamente por soluções boas, pelo menos por soluções razoáveis.

Estamos, entretanto, cientes das virtudes e das limitações da nossa ação, mesmo assim não deixaremos de acompanhar a pretensão do CDS-PP expressa neste Projeto de Resolução.

Aliás, a pandemia obriga ao reforço desta ação de apetrechamento tecnológico, porque na educação como em tudo o resto haverá um período antes da COVID-19 e haverá um período depois da COVID-19.

E é já tempo de ir preparando o *day after*. Na educação isso passa pelo desenvolvimento do ensino à distância como alternativa do método presencial tradicional, algo que requer duas coisas: investimento em tecnologia e investimento em formação.

Mas como já o disse, a tecnologia é cada vez mais rudimentar e por outro lado o pessoal está cada vez mais desperto para as novas formas de ensinar. E se o teletrabalho já funciona bem, por exemplo nas áreas administrativas da educação, da cultura e do desporto, também é possível a invenção de um modelo com aplicabilidade ao ensino até capaz de conferir maior autonomia ao aluno na procura do conhecimento.

Deixando este Projeto de Resolução do CDS-PP, passo a comentar o Projeto de Resolução do PSD, um Projeto de Resolução que faz sete recomendações ao Governo.

A primeira recomendação, em espécie de alerta, para a consideração de currículos alternativos e adaptados e para uma atenção especial aos alunos, também eles com necessidades educativas especiais.

As orientações enviadas por nós às escolas, quer às públicas, quer às privadas, contemplam todos os níveis e todos os percursos de ensino. Reportamo-nos às orientações para o desenvolvimento do ensino à distância de 3 de abril, e às orientações para apoio aos alunos com necessidades educativas especiais de 16 de abril, e ainda para os alunos do ensino básico abrangidos pela escolaridade obrigatória integrados nos denominados CDIJ – Centros de Desenvolvimento de Integração Juvenil, de 17 de abril.

A prova da nossa sensibilidade para as necessidades educativas especiais está ainda no facto da dita telescola produzida nos Açores ser a única com atenção ao pré-escolar para conquistar todos os públicos e com a devida janela do intérprete para que ninguém efetivamente fique para trás.

Aqui, ou até agora, estaremos relativamente alinhados, penso eu.

A segunda recomendação do PSD sugere um horário de trabalho uniforme em todas as unidades orgânicas. Esta proposta colide com o espírito da Autonomia e da flexibilidade curricular que foi a base da reforma curricular do ensino básico, com a qual o PSD esteve aparentemente de acordo.

As orientações da Direção Regional da Educação foram, entretanto, no sentido de todas as turmas e de todas as disciplinas terem momentos síncronos de professores com alunos. Porém, em cada escola as características e as especificidades podem determinar a definição de tempos síncronos e assíncronos variáveis até de turma para turma, consoante as necessidades pedagógicas.

Esta proposta do PSD questiona a autonomia das unidades orgânicas propondo um sistema centralista em desuso.

É preciso recordar ao PSD de que o tempo da escolaridade obrigatória, quando todos estão felizmente na escola, não é o tempo do ensino uniformizado, é sim o tempo do ensino diferenciado. Aqui estamos nitidamente desalinhados.

A terceira recomendação sugere que no 3.º período o ensino à distância se cinja à consolidação de conteúdos programáticos já lecionados.

Comparativamente ao ensino presencial, reconhecemos que no ensino à distância não pode haver a mesma mancha horária nem se pode contemplar os mesmos conteúdos programáticos.

A nossa opção é, entretanto, oposta à estratégia do PSD, por ser uma opção que considera a consolidação de conhecimentos, mas também o progresso das aprendizagens, enquanto a estratégia do PSD é a favor da consolidação dos conhecimentos, não tanto a favor do progresso das aprendizagens.

Claro que as novas aprendizagens terão de ser efetivamente as estruturantes e segundo o entendimento de quem sabe, por exemplo, dos departamentos curriculares e dos órgãos pedagógicos das unidades orgânicas. Também aqui estamos desalinhados.

A quarta recomendação do PSD defende que a avaliação considere somente as aprendizagens obtidas em regime de ensino presencial.

Esta proposta do PSD, a ser aprovada, constituiria uma sentença de morte para o ensino à distância, que no futuro terá de ser sempre um complemento do ensino presencial e também uma alternativa ao ensino presencial na ocorrência de qualquer outra calamidade.

A adoção desta proposta provocaria a desmotivação de alunos e de encarregados de educação. Uns e outros não iriam levar a sério o ensino à distância por falta de consequências no aproveitamento escolar. Uns e outros jamais fariam a aquisição de novas competências técnicas, sendo elas

suscetíveis do acréscimo da iliteracia digital. Uns e outros diriam que o ensino à distância de nada serve sendo uma espécie de passatempo ou de atividade do faz de conta.

Quanto à forma de avaliação terá de assentar no juízo globalizante das aprendizagens obtidas ao longo do ano e ponderados os ensinios presencial e à distância.

Além disso, no final do ensino básico, por força da anulação das provas finais do 9.º ano terá de ter uma avaliação de alunos que considerará somente as classificações internas, mas para auxílio das unidades orgânicas no processo avaliativo do 3.º período, já remetemos às escolas orientações para avaliação dos alunos em ensino à distância.

Ainda aqui permanecemos em desalinho.

A quinta recomendação sugere que as plataformas no Ensino a Distância recolham os dados “estritamente necessários para as finalidades necessárias”.

Aqui estamos finalmente de acordo. As recomendações feitas às escolas incitaram ao cumprimento dos preceitos legais no estabelecimento num sistema de comunicação entre professores, alunos, pais e encarregados de educação definido nos planos de ensino à distância.

A sexta recomendação propõe a definição de um calendário letivo para 2020/2021 até ao final deste mês de maio.

Vou dizer coisas que aqui já foram ditas: esta recomendação é de todo utópica e revela desconhecimento sobre o funcionamento do sistema educativo regional. Na prática, consiste numa fuga para a frente. Num ano de exceção, caracterizado pela acumulação das incertezas, propõe-se a antecipação de uma tarefa que em tempos de normalidade acontece em junho e mesmo em julho, após a fixação das provas e dos exames de carácter obrigatório e nacional que determina o final das atividades letivas.

Neste capítulo a nossa autonomia, que é genericamente ampla, é especialmente limitada, porque o ensino secundário segue o figurino nacional, dada a uniformidade do modelo de acesso ao ensino superior, porque o ensino básico também se encerra com uma prova de avaliação nacional. Voltamos aqui a estar desalinhados.

A sétima e última recomendação respeita a necessidade de um programa de formação para pessoal docente em didática e metodologia do ensino à distância. Como disse, foi já criada uma área de ensino à distância no portal da educação que contém vídeos formativos e informativos, procedeu-se também à organização do Webinars em ensino à distância sobre o Microsoft, Teams e dicas e sugestões para apoiar os alunos em período de quarentena obrigatória.

Estão programados, como disse, dois cursos, um já a funcionar, de formação em maio, um curso da responsabilidade da Universidade Aberta com 25 horas, que já está em funcionamento, depois uma ação intitulada “Já não tenho uma sala de aula. Como dar aulas online?”, ministrado por uma professora que virá do estrangeiro e com uma duração de 15 horas.

Além disso, as diversas unidades orgânicas têm procedido à organização de ações de formação, muitas delas recorrendo aos seus próprios recursos humanos, nomeadamente professores das TICs.

Ainda no âmbito da DRE, procedeu-se à constituição de uma equipa de 50 colaboradores das unidades orgânicas do sistema educativo regional que na semana passada participaram em quatro workshops orientados pela Microsoft para agora essa equipa servir de apoio a professores e alunos no desenvolvimento dos planos de ensino à distância.

Esta recomendação consideramo-la de todo cumprida.

Além das recomendações, este Projeto de Resolução possui dois considerandos que suscitam um comentário. Diz o PSD que nos últimos anos os Açores não

investiram na formação consistente de alunos e de professores no domínio das novas tecnologias e das plataformas da comunicação.

No país, quem efetivamente interrompeu uma estratégia de 2007, de combate à infoexclusão na comunidade escolar, foi um Governo do PSD que administrou Portugal entre 2011 e 2015.

Caso essa interrupção não tivesse ocorrido hoje estaríamos melhor preparados, até talvez sem necessidade da ressurreição da telescola que ainda é a única forma de chegar a todos os lares sem qualquer discriminação.

Aqui nos Açores, ainda no ano passado, fizemos uma reforma curricular do ensino básico que incentiva o ensino das novas tecnologias da informação e da comunicação, com efeitos na elevação da literacia digital da população.

Diz também o PSD que a universalidade e a gratuitidade do ensino obriga à consideração em cada família da partilha de recursos tecnológicos entre filhos em sistema de ensino à distância e pais em regime de teletrabalho. Quer isto dizer que o PSD admite o empréstimo de um, dois, três, quatro computadores por cada lar.

Diria, em jeito de comentário, que nunca se viu tamanha prodigalidade sempre que o PSD foi Governo.

Uma vez mais se prova que o estatuto de oposição, por vezes, coexiste em demasia com algumas práticas de demagogia.

Neste contexto há que recordar de novo que os recursos são finitos, nunca infinitos, e que desta pandemia sairemos não mais ricos, seguramente mais pobres, pelo menos por mais algum tempo.

Para finalizar, resta dizer que as recomendações do Projeto de Resolução não constituem também uma novidade. Todos estes assuntos já foram alvo de esclarecimento público.

Aprovaríamos sem pestanejar três destas recomendações. As demais não é possível tal como estão apresentadas.

Esta foi, entretanto, ao que parece, uma forma do PSD fazer uma prova de vida, talvez aflito que esteja com a falta de melhor palco.

Agora, acho que todos nós podemos descansar. Também o Governo dos Açores não tem praticamente agenda pública há cerca de dois meses.

Obrigado, Sra. Presidente. Neste momento ficaria por aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17h20.

Eram 17 horas e 05 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 22 minutos.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, da parte do PSD, inscrevo a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já não.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não há dúvidas que estamos perante uma realidade para a qual ninguém estava preparado e também nenhuma escola estava e estamos perante um desafio que assente no reforço do desenvolvimento de competências dos alunos a partir de casa.

Para o PSD o que é importante é garantir direito à educação e evitar as desigualdades sociais e educacionais.

Aqui à primeira mão nós não desconsideramos aquilo que foi feito, a verdade é que também esperávamos que o Governo e o PS tivesse humildade e reconhecesse que é necessário fazer mais e melhor, porque a realidade com a qual nos confrontamos é que continuamos a ter alunos que não possuem equipamentos digitais e ligações à internet, por isso como é que podemos falar em igualdade? Como é que podemos falar em progredir em conteúdos, quando a universalidade de acesso não é garantida? Quando é que podemos pensar em progredir estudos, quando está em causa e queremos evitar o abandono escolar? Neste sentido no nosso texto resolutivo nós alertamos para que seja dado preferencialmente, parece que o nosso Projeto de Resolução não foi lido nem de forma atenta, nem de forma cuidada.

No que à avaliação diz respeito, nós sempre defendemos que devia ser valorizado o percurso do aluno durante o ensino presencial. Em modo algum está escrito, nem nos considerandos, nem na parte resolutiva, que não se desenvolvam competências, inclusivamente na minha introdução eu bem o disse: devemos desenvolver as competências, para que o aluno adquira todas as competências necessárias para que consiga ingressar na sociedade como um cidadão ativo e desenvolva as competências definidas no perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória.

Por outro lado, é preciso também estarmos atentos e ter a noção que é por estarmos precisamente num ano excepcional que é necessário atempadamente definir um novo calendário escolar, é precisamente porque estamos num ano excepcional. Nós temos de ter a consciência que a experiência e a velocidade do ensino à distância têm variado muito. Nós não vamos ter os alunos e os professores com a mesma preparação no início do próximo ano letivo. É necessário atempadamente definir, decidir e indo ao encontro daquilo que o Sr. Secretário disse, e muito bem, tempo de preparar o *day after*, e é com esta preocupação que apresentamos o ponto 6 no ponto resolutivo, que é necessário fazer ajustamentos a nível curricular e ao nível da organização escolar.

Por último queria também, no seguimento do Projeto de Resolução do CDS-PP, dar-vos nota que nós não ignoramos as dificuldades sentidas pelos professores e alunos no uso das novas tecnologias, inclusivamente o próprio líder da JSD Açores, no dia 27 de abril também defendeu que era necessário criar uma rede de apoio aos pais, aos professores e aos alunos e as dificuldades são inúmeras, as redes sociais estão invadidas com dificuldades sentidas pelos professores, pelas famílias, pelos pais no acesso a novas tecnologias, a plataformas, e neste sentido também, sendo garantida a universalidade do acesso à educação e à disponibilidade do acesso à plataforma, iremos votar favoravelmente a iniciativa do CDS-PP, embora o nosso entendimento o anterior Projeto de Resolução era mais abrangente e mais generoso, por corresponder a medidas de apoio que aplicariam a todos os níveis de ensino.

Entendemos que era um Projeto de Resolução mais justo, mais equilibrado.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Artur Lima, queria inscrever-me.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver para já.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Maria João, ouvia-a com muita atenção, mas devo dizer-lhe que eu coloquei uma série de questões, a Sra. Deputada não me esclareceu nenhuma das dúvidas que eu lhe coloquei, mas já agora esclareço a questão que a Sra. Deputada me colocou, não se trata de uma questão de abrangência, ou não abrangência, trata-se de uma questão de equidade e como os alunos do ensino primário estão em casa, em telescola, veem na televisão, presumo que todos eles têm televisão. É essa a explicação para nós pormos a partir do segundo ciclo, inclusive, do ensino básico. A explicação é apenas esta.

Agora, eu coloquei-lhe uma série de questões que a Sra. Deputada não me respondeu, mas também digo-lhe, já agora, se pretende que no ponto 5, no final do mês de maio seja definido o calendário do ano escolar 2020/2021, com os ajustamentos decorrentes deste estado de exceção de ensino?

A pergunta-lhe que lhe faço é se acha que este tempo é razoável, face à incerteza deste estado de exceção? Qual é a pressa? Acham que já acabou a pandemia, já passou, vamos fazer um calendário escolar, acabamos as aulas já rapidamente e depois como é? Em setembro como é que vamos estar? E em outubro?

Eu gostaria, como já disse, que amanhã estivéssemos todos sem a COVID, mas parece-me que a questão é uma incerteza quanto ao futuro e eu não consigo ter a certeza. Fazer planeamentos sem o mínimo de certeza parece um bocadinho

arriscado, no entanto eu pus-lhe três ou quatro questões no início que a Sra. Deputada não me esclareceu para o nosso total apuramento e a nossa total decisão.

Mas, devo dizer-lhe, Sra. Deputada, a sua iniciativa é uma iniciativa que apresenta de facto evidências e preocupações que todos nós subscrevemos, não temos dúvidas, agora a questão que lhes coloco é: sendo o PSD, e relevando sempre isso, e bem, o maior partido da oposição, que quer governar, que quer ser alternativa do Governo, quais são as soluções em concreto? Faço a suma das questões todas que lhe coloquei nesta única, sendo o PSD factualmente, e natural merecidamente porque os açorianos deram-lhe essa confiança, o maior partido da oposição, sendo o partido que legitimamente anseia governar os Açores, quais são as soluções em concreto que o PSD propõe?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, em nome do PSD, inscrevo o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Para já julgo não haver.

Vamos então dar a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para responder a algumas questões levantadas, mas principalmente para fazer comentários a algumas coisas que aqui foram ditas e que não são nem exatas, nem rigorosas e só podem resultar de uma desatenção ou então de uma má fé política.

Começo, desde logo, pela questão do calendário escolar.

Parece-me que tem alguma gravidade a circunstância de um Deputado, mais ainda se for professor, mas também de um Secretário da Educação, não distinguir entre calendário escolar e ano letivo e nós, efetivamente, na nossa resolução fazemos uma recomendação e uma proposta muito concreta (cá está uma resposta já ao CDS), que é de até ao fim de maio, o calendário escolar do próximo ano estar com algumas das suas matérias já definidas.

O calendário escolar, como sabemos, não se resume simplesmente à realização das atividades letivas, há um outro conjunto de atividades que estão integradas no calendário escolar.

Julgamos que é muito pertinente, por exemplo, equacionar-se a possibilidade do próprio ano letivo, isto é o início das aulas, poder ser antecipado pela razão de que é evidente este ano letivo de 2019/2020 a programação que estava feita foi cortada, foi alterada e isso naturalmente tem implicações para o futuro. É ou não é uma evidência? Nós achamos que sim.

A programação dos conteúdos, a própria avaliação presencial a fazer-se no próximo ano letivo, deve ter em consideração isto tudo.

Portanto, a elaboração de um calendário escolar até ao fim do mês de maio, é uma proposta concreta e é uma necessidade evidente.

O PS e o Governo Regional confundirem o ano letivo com o calendário escolar, das duas uma, ou não sabem o que dizem ou então foi manifestamente uma posição politicamente de má fé, como se aplica exatamente a mesma condição

ao facto das referências feitas à proposta do PSD, em matéria de formação profissional. Desde logo impressiona-me que alguém possa dizer que os professores não querem mais formação, mais ainda sendo alguém que vem desta área, a mim faz-me muita impressão, porque se há uma condição que é da natureza do próprio professor, é ele estar constantemente em formação, seja ela formal ou informal, mas o professor é o que estuda também todos os dias.

Portanto, eu não creio que os professores dos Açores não queiram fazer formação. Eles querem fazer formação e estão necessitados de fazer a formação que o PSD aponta. O PSD não propõe, nem acha que deva ser prioritário, embora também seja pertinente, uma formação ao nível das competências digitais. É verdade que há professores que estiveram a trabalhar neste domínio porque não tinham, por razões várias, pela sua idade, pela sua apetência, pela oportunidade, ou não, que tiveram ao longo da vida de se capacitarem digitalmente para a manipulação destas plataformas digitais que agora estão à sua disposição e que os obriga, naturalmente, a dominá-las, mas o PSD não faz a proposta de uma ação de formação prioritária nesta área, faz de uma coisa muito importante, que tanto a Sra. Deputada Sónia Nicolau, como o Sr. Secretário Regional, uma por ser também professora e o Sr. Secretário por ser a tutela da educação, deviam distinguir muito bem, nós falamos de uma formação em termos de metodologia e pedagogia, que nada tem a ver com o Teams, nem com a Microsoft, nem com o Google reuniões, nem outras plataformas de comunicação, porque ensinar à distância é diferente de ensinar presencialmente e nenhum de nós, eu diria, melhor até, muitos poucos professores estariam preparados, porque nunca fizeram formação, porque nunca foram treinados para ensinar à distância e isso implica uma didática e uma metodologia diferente e é para isso que nós achamos que se deve canalizar esforços priorizando um programa de formação.

Depois, em termos de avaliação. Em termos de avaliação também há aqui muita confusão ou há má fé, provavelmente até nalguns casos serão as duas coisas.

Desde logo, em termos de conteúdos a trabalhar no ensino à distância o PSD diz muito claramente, os senhores ou não leram, ou leram mal ou não quiseram perceber e vieram com a argumentação de que isso seria o assassinato do ensino à distância. Nada disso! Nós só dizemos uma coisa muito clara e eu julgo que em bom português está dito e para bom entendedor não precisávamos dizer mais nada, que os conteúdos a tratar no terceiro período sejam preferencialmente no sentido da consolidação das aprendizagens já realizadas presencialmente, mas preferencialmente, não fecha coisa nenhuma.

Depois a avaliação. Os senhores reconhecem que esta situação é uma situação anómala, é uma situação onde se mantêm desigualdades e as desigualdades não estão supridas pela circunstância de terem sido distribuídos equipamentos, uns pelo Governo, outros por entidades de natureza vária, porque o levantamento foi feito perguntando se o aluno dispunha de um telemóvel, de um tablet ou de um computador pessoal, portanto aquele que tinha só o telemóvel, continuou a ter só o telemóvel e certamente todos nós vamos concordar de que estar sujeito a um ensino de formação à distância com tudo o que isto implica nomeadamente no envio do feedback, no retorno de informação que é preciso ser dada aos professores, nomeadamente sob a forma escrita ou de materiais multimédias, não é exatamente a mesma coisa ter um telemóvel, ou ter um computador ou um tablet.

Portanto, uma avaliação que se centre e se faça neste terceiro período exatamente como uma avaliação que se fez no ensino presencial nos períodos anteriores, é ela mesmo provocadora, agravando nas desigualdades que já existem.

Por outro lado aquilo que o PSD propõe é uma coisa muito simples na avaliação, é fazer a aplicação na legislação regional, que é ter em consideração

as aprendizagens realizadas durante o ano letivo e em todo o ciclo, mas isso é o que diz a legislação e é o que se aplica no caso de um aluno por uma razão, por exemplo de saúde, fique impedido de frequentar as aulas no terceiro período, é isso que os professores fazem, aplicam a legislação. Portanto, não vejo onde é que está um despropósito ou a falta de rigor daquilo que são as propostas do PSD, relativamente a esta matéria.

Para terminar, uma nota sobre a questão da literacia digital, ou melhor dizendo da iliteracia digital, que não tem nada a ver com os tempos da governação do PSD. Eu creio que o Sr. Secretário Regional politicamente terá algum trauma deste tempo, que eu não encontro razões para isso, mas ele lá saberá, portanto eu vou passar adiante, mas devo dizer uma coisa: foi o Governo Regional dos Açores que, contrariamente ao arrepio do que se fez a nível nacional, que foi manter uma disciplina chamada de TIC (Tecnologias de Informação e de Comunicação), que aqui extinguiu esta disciplina e que lançou efetivamente os nossos alunos numa verdadeira iliteracia digital, que agora dificilmente recuperará.

Foi o Governo Regional dos Açores que gastou, julgo que alguns milhões de euros, também adquirindo aquele célebre computador “Magalhães”, um projeto deste famoso camarada socialista José Sócrates, que não teve consequência formativa nenhuma na nossa Região, portanto abandonando a literacia digital, hoje sabem o que é que têm.

Eu deixei de lecionar há pouco mais de dois meses. Eu tinha alunos que não sabiam anexar um ficheiro num email; eu tinha alunos que não sabiam mudar o nome de um ficheiro. Isso diz bem da iliteracia digital que hoje existe na nossa população estudantil. Eles são muito bons a deslizar o dedo sobre os smartphones e os tablets, mas verdadeiramente a serem digitais estão muito longe disto e há uma responsabilidade para isto que deve ser dita de forma clara, sem qualquer pejo: foram as políticas educativas que nos trouxeram até aqui.

Disse.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira, para se inscrever?

Deputada Graça Silveira (Independente): Sim, Sra. Presidente.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sra. Deputada, dispõe de um minuto e dezasseis.

Tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais fiquei sem respostas, mas é o costume.

Em relação ao elogio que foi feito à equipa de informáticos que nos permitiu fazer este Plenário on line, o que acontece, no caso da Universidade, também tem uma equipa de informáticos à disposição dos professores 24 horas, porque muitos dos problemas que surgem não é só por iliteracia, é porque efetivamente as plataformas dão *crash*, porque há problemas de aceder, porque há problemas informáticos que têm que ser resolvidos.

Não percebo por que é que por exemplo a Secretaria Regional da Educação, não tem uma equipa de técnicos informáticos, aqueles que por exemplo ajudam o Sr. Secretário a entrar na reunião cada vez que não consegue, que estivessem à disposição dos professores e dos alunos para sempre que há um problema, poderem acudir, porque os problemas nas plataformas são diários e não é por falta de literacia digital.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, queria inscrever-me, se faz favor, Artur Lima.

Presidente: Sim senhor.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Membros do Governo:

A proposta do CDS é uma proposta que não tem a ambição de resolver todos os problemas, nem ser a panaceia para todos os males. É uma proposta que dá um contributo concreto, positivo, para cada uma das medidas aqui propostas.

Há quem diga que se a banda larga não chega a toda a gente, então não serve, não se faz a ninguém.

Nós achamos que devemos fazer o máximo e o melhor possível e, obviamente, também tentando chegar a todos e não deixando ninguém para trás.

É um contributo que nós damos, como disse, nem o Governo fez tudo até agora, nem está tudo feito. Agora é preciso também que tenhamos propositura concreta e é isto que o CDS procura fazer com as suas propostas e esta não é uma proposta generalista de chegar aqui e dizer: olhe, o Governo que faça!

Julgamos, continuamos a julgar que a proposta do PSD é demasiado generalista, eu ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, mas devo dizer Sr. Deputado: fazer um calendário escolar, da maneira que o senhor entende, com ou sem programações de atividades letivas, seja só as

horas, naturalmente eu não sendo professor, devo dizer que se V. Exa. não sabe também tenho uma professora em casa e que vive exatamente esses problemas que o senhor acabou de falar.

Portanto, naturalmente de calendário escolar eu hei de, pelo menos, já ter ouvido alguma coisa durante estes dias ou durante anos e já lá vão, felizmente, 25 com a mesma professora.

Portanto, Sr. Deputado, nessa matéria estamos esclarecidos. Agora há perguntas que eu fiz sobre a proposta do PSD que continua sem responder e até 31 de maio – estando ainda em estado de alerta nalgumas ilhas, em estado de contingência noutras, enfim – sem saber a evolução concreta da pandemia nos Açores e no País, parece-me um bocadinho arriscado fazer já a programação, qualquer que ela seja.

Devo dizer também, para responder às Sras. e aos Srs. Deputados que colocaram as dúvidas, por isso mesmo, é que para dar apoio aos professores, tal como a Assembleia tem uma rede de informáticos, é que nós propomos no ponto 4 “a criação de uma rede de apoio tecnológico à iliteracia digital, de forma permitir a implementação de apoios aos professores e alunos”. É suficientemente aberta para dar o apoio ao acesso à internet, à ligação do computador, etc., etc..

Portanto, eu não vou aqui classificar se os alunos andam para baixo ou para cima com o dedo, não faço a menor ideia. Daquilo que eu vejo, daqueles que eu conheço, os filhos dos meus amigos, aqueles mais novos, eu bem os vejo com grandes conhecimentos informáticos e fico com uma inveja terrível de saber anexar um ficheiro com a mesma rapidez que eles anexam e até no telemóvel, já alguns deles me facilitaram a vida fazendo a colagem de algumas iniciativas, de alguns emails que eu precisava, de alguns documentos que eu precisava e não sabia como passar do Whatsapp para o mail e eles conseguiram e fizeram e anexaram isso ao mail.

Haverá dificuldades, é natural que haja, nem todos são do mesmo nível de aprendizagem.

Portanto, concluo dizendo que a nossa proposta é muito concreta, é muito focada e ajuda, achamos nós, a professores, a alunos e à comunidade educativa em pontos muito concretos, o que não chega às vezes só as 30 gigas de banda larga, é preciso mais um bocadinho, é preciso intensificar aquelas medidas que o Governo já pôs em andamento. Não fez naturalmente tudo o que tinha que fazer, mas fez alguma coisa e a nossa proposta, Sr. Secretário Regional, é nesse sentido, de vir dar mais um contributo, mais uma intensificação de algumas medidas e outras também que não estão em vigor e que o Governo não tem, porque como o senhor sabe nem todos os alunos tinham acesso a um computador.

Mas há aqui uma coisa também interessante que nós propomos, que é: os senhores distribuíram àqueles que tinham necessidades ou que tinham mais necessidades, mas Sr. Secretário, as necessidades também se adequam à pandemia e há uns que não tinham e não cabiam naquele leque que os senhores atribuíram computador, por isso o nosso ponto 2.

Há encarregados de educação que não estando enquadrados naquelas medidas que o Governo impôs, ou que o Governo tinha, podem pedir um computador para o seu educando, portanto está aqui no ponto 2: “promover, a solicitação dos respetivos encarregados de educação (que nós alteramos relativamente ao projeto inicial), a disponibilização de computadores ou tablets”. Portanto vai mais abrangente do que aquelas medidas que o Governo vinha a fazer.

Terminei, Sra. Presidente, muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, quero inscrever a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, inscrevo a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver, para já.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Gostaria de intervir neste momento do debate para reiterar que o PS fez um trabalho sério, um trabalho cuidado na análise de ambas as propostas.

Não temos a menor dúvida que a proposta que responde à situação que nós estamos a viver, que contribui positivamente para o sistema educativo regional, com medidas concretas, efetivamente concretas, é a proposta apresentada pelo CDS-PP e por isso votaremos favoravelmente.

Eu queria aqui só dar duas notas, que lamento, porque efetivamente o PS empenhou-se neste enorme trabalho de analisar os sete pontos do Projeto de Resolução do PSD, empenhou-se para perceber se havia alguma forma de encontrar uma concertação de esforços, mas realmente o Sr. Deputado Joaquim Machado, a quem eu saúdo nessa sua intervenção, neste Parlamento, realmente vem esvaziar a proposta do PSD, vem esvaziá-la completamente, esvaziando-a porque quis ter o protagonismo de a explicar, que é uma coisa que realmente é preciso saber fazer propaganda a sério para ter esta capacidade de esvaziar uma proposta com sete pontos resolutivos.

Gostaria aqui de dar outra nota: aqui foi falado no ano letivo e não é porque quer eu, e permita-me o Sr. Secretário também aqui dizer, desconheçamos a diferença entre ano letivo e ano escolar, é porque o seu líder, Dr. José Manuel

Bolieiro, quando apresentou esta medida de definição do calendário, falou de calendário de ano letivo.

Portanto, esse recado terá de ser dado, claramente, ao seu presidente do partido, e não a quem sabe claramente ano escolar e ano letivo.

Mas se assim é, ainda mais grave é, porque o ano escolar inicia-se a 1 de setembro e o ano letivo iniciar-se-á no início das aulas, o que ainda dará menos tempo para o definir, perante esta anormalidade que nós vivemos.

E, Sr. Deputado, para terminar naquela que foi a sua intervenção.

Literacia digital, eu estou certa de que enquanto o Sr. Deputado foi professor na área das tecnologias deve ter com certeza contribuído para a literacia digital dos nossos alunos e outra coisa também não se esperaria.

Bem, vou em princípio terminar a minha participação neste debate, mas gostaria de dizer o seguinte: todo este combate que nós estamos a viver não é de um Governo só, é um combate conjunto de uma sociedade e partidos que se associaram, naquela que é a sua autonomia política, para responder à população, para responder aos açorianos, uma união de esforços para responder a cada aluno, a cada professor, a cada escola.

Quero aqui destacar o enorme trabalho das juntas de freguesia que imprimiram e fizeram chegar material pedagógico; as câmaras municipais que criaram bancos tecnológicos; as associações privadas que cederam equipamentos. Toda esta conjugação de esforços que dão bem prova daquele que é o provérbio africano de que “para educar uma criança é preciso uma aldeia”, mas eu diria dão bem prova daquele que é o projeto açoriano, o “PROSUCESSO - Escola, Família e Comunidade”. Só assim é que nós conseguiremos efetivamente ganhar esta enorme luta.

O Grupo Parlamentar tem a perfeita consciência da diferença que está a ser este terceiro período, do trabalho dos professores, do empenho dos alunos, da dedicação dos pais, das plataformas que têm que aceder, mas tudo isto é muito

melhor do que se os nossos alunos não tivessem qualquer acesso à escola e nós sabemos bem o quanto é importante que mantenham a rotina escolar nas suas casas, para que se estreite o fosso das desigualdades e por esse motivo o PS apresentará um Projeto de Resolução que visa reforçar o acompanhamento às famílias, prevenindo o abandono escolar.

Por fim, é convicção do Grupo Parlamentar do PS, que o Governo está a responder às açorianas e aos açorianos de forma rápida, eficaz, eficiente na realidade que se observa e esta resposta é melhor do que deixar milhares de crianças e jovens excluídos no direito à educação e orgulha-nos estas opções que lutam para que ninguém fique para trás.

Disse.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Secretário Regional para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Sr. Secretário Regional da Educação.

Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo para já não haver, sendo assim dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, alertando apenas que dispõe de cerca de dois minutos e meio.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Tenho efetivamente pouco tempo, não posso dizer tudo aquilo que ainda gostaria de dizer, mas antes de mais gostava de, perante vocês todos, perante os Deputados que aqui estão, reconhecer que no ensino à distância eu próprio reconheço a existência de altos e de baixos, não saio para a rua vangloriando-me daquilo que nós efetivamente fizemos.

Entre os mais eu diria que apesar de alguma falta de meios e de uma maior falta de preparação de professores e de estudantes a montagem, e agora o desenvolvimento de um sistema de ensino a distância, encontra-se por certo aquém do desejo de todos nós, mas encontra-se também por certo além das expetativas de todos nós.

Na educação, este ensino à distância é uma boa solução que a ritmos talvez diferenciados reverte em benefício de todos. Se tivéssemos cruzado os braços, aí sim, isto resultaria em prejuízo de todos, mas entre os menos, destacaria o seguinte: se no ensino presencial nós nunca alcançámos a perfeição, agora andaremos certamente mais longe dela.

Porém, no meio da calamidade que constitui uma ameaça para a vida e que já motivou a paralisação da economia, que também já era primeiro a miséria e depois a morte, quem proclama ou reclama a perfeição, ou não está a falar a sério, ou quer fazer alguma demagogia.

Como alguém já disse o ensino à distância, é um fraco substituto do ensino presencial, sobretudo nos ensinamentos básico e secundário.

Mais!... A desigualdade é o calcanhar de Aquiles do ensino à distância.

Para contrariar esta premissa, esforçamo-nos por colocar alguma utilidade em todos os lares.

Para contrariar esta premissa, recorreremos à utilização de meios de maior difusão, por exemplo a televisão, que chega efetivamente a todos os lares. Quer isto dizer que mais uma vez se provou que a inovação explode em momentos de adversidade.

Vou já terminar.

Não tive tempo de dizer tudo o que queria. Todavia, a Sra. Deputada Graça Silveira queixou-se de não ver perguntas respondidas. Eu queria apenas dar aqui uma nota.

Efetivamente há muitas plataformas a serem atualmente usadas no ensino à distância. Estão a ser usadas aquelas que já eram usadas pelas escolas e que foi mais fácil, um curto espaço de tempo, adaptar ao ensino à distância.

Esta experiência repentina, neste momento, tem de merecer alguma condescendência.

Claro que nós fizemos uma recomendação para ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Termina já.

... para que pelo menos em cada escola se usasse preferencialmente uma única plataforma.

Implementamos também no âmbito do SGE, uma ferramenta por todos usados, uma plataforma de ensino à distância. Teve falhas no princípio? Obviamente que sim. Agora funciona com regularidade? Creio também que sim.

Só mesmo para terminar, lembrar que, como disse atrás, nós temos neste momento uma equipa de 50 elementos do sistema educativo regional, capaz de responder às dúvidas dos utilizadores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

O Governo esgotou o seu tempo para o debate e de momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, em nome do PSD, solicitava a inscrição da Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, alerto apenas que dispõe de cerca de um minuto.

Tem a palavra.

(*) Deputada Maria João Carreiro (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD veio a debate numa perspetiva de propositura, de contribuição para a resolução de problemas que o momento impõe, um momento difícil para o qual ninguém, nem nenhuma escola estava preparada.

Há trabalho feito, mas é necessário reconhecer que há mais a fazer, mais e melhor sem demagogias e autoritarismos.

Somos todos chamados para garantir um melhor acompanhamento dos alunos no ensino à distância, como única solução viável.

Para que nenhum aluno fique para trás é necessário um novo rumo na educação.

Em resposta, para finalizar, ao Sr. Deputado Artur Lima, no que diz respeito aos alunos do primeiro ciclo, estes vão devolver os trabalhos de casa realizados à professora, pela televisão.

Disse. Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, eu gostava de inscrever a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu também quero inscrever-me, Sra. Presidente, Artur Lima.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Para já, julgo que não.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) Deputada Sónia Nicolau (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PS entrou neste debate, tal como em todos os debates que antecederam este, de forma construtiva, de forma a encontrar as melhores soluções para o nosso sistema educativo regional, sabendo e estando certo que não tem a razão total sobre todas as matérias e por isso tentou concertar com os diversos partidos que apresentaram propostas, no sentido de analisá-las e procurar uma boa resposta para o sistema educativo, reforçando aquele que tem sido o trabalho eficiente, eficaz e rápido do Governo dos Açores.

A este chamamento, digamos assim, respondeu o CDS-PP. Respondeu com uma atitude construtiva, respondeu com uma atitude de querer dar melhores condições aos nossos professores e aos nossos alunos e nós, logicamente, associamo-nos ao projeto do CDS-PP.

Nós estamos certos de que vivemos tempos muito, muito difíceis, mas o que nós poderíamos ter feito, foi e está a ser feito.

Não fazer nada, deixar as nossas crianças e jovens em casa, sem qualquer atividade académica, sem qualquer contacto com os seus colegas de turma, com

os seus professores, sim, porque também utilizar as ferramentas informáticas é também proporcionar um convívio social nesta nova era que todos nós vivemos. Como dizia, se nós não tivéssemos feito, nós teríamos encerrado precocemente o ano letivo e entregue todos estes alunos à sua casa unicamente, sem qualquer contacto, e isso nós não podíamos ter feito, e isso o Governo dos Açores não fez e nós orgulhamo-nos por esta decisão de ter um contrato informal com a sociedade, de chamar juntas de freguesias, câmaras municipais, associações, professores, pais, alunos, para este combate único, possivelmente um dos maiores combates da história da nossa autonomia e nós fizemo-lo e isso orgulha-nos.

Penso que todos os açorianos e professores, em particular, percebem bem a postura do PS, é uma postura responsável, é uma postura que chama todos para este combate. Nós sabemos que os professores têm trabalhado muito, nós sabemos a formação que tiveram, nós sabemos que não temos o direito de nesta fase dar mais trabalho, mais formação aos nossos professores.

Nós daqui lançamos uma palavra de reconhecimento a todos aqueles que empreenderam do seu tempo, que empreendem do seu tempo para além do tempo, mas para criar mais competências, melhores competências aos nossos alunos e é para isto que o PS aqui está e é para isto que o Grupo Parlamentar do PS dá o seu inequívoco voto favorável à Resolução do CDS-PP, que ela acrescenta aos sistema educativo, e é disto que nós precisamos, de partidos que acrescentem à história da autonomia e aos valores democráticos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu queria fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu gostaria de repor a verdade, independentemente das opções políticas de cada um e dizer que não houve qualquer tentativa de concertação por parte do PS, com a proposta apresentada pelo PSD.

Repor a verdade é também saber falar a verdade aos açorianos, independentemente da opção democrática de cada partido, para votar e entender-se como muito bem quiserem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS vem aqui com uma proposta e fazendo-o, como aqui já foi dito, não sei por quem, que o ótimo é inimigo do bom. Fazer política é ter bom senso também e ter bom senso é, obviamente, fazer o possível nesta situação, que é uma situação anormal, portanto nós propomos medidas muito concretas, muito específicas para os alunos, para os professores e para as famílias. É isso que nós estamos a fazer.

Cada um faz as suas opções, cada um faz como entende, faz a proposta que entende.

Pedimos, natural e democraticamente explicações ao PSD. Não foi capaz de as dar, teve todos os meios à sua disposição, telemáticos até, Sra. Deputada Maria João, mas não conseguiu dar ou não quis dar.

Portanto, nós estamos aqui com otimismo, com propositura nesta altura difícil para a sociedade açoriana. É isso que nós queremos fazer, dar o nosso melhor para os Açores e para os açorianos, Sra. Deputada.

É isso que nos move, é isso que nós fazemos, é isso que nós estamos a fazer e é isso que vamos continuar a fazer.

A política é isto, é estar ao serviço dos outros.

Quanto à trica partidária, fica naturalmente para si.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente ...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César ...

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, é para fazer uma interpelação, no seguimento daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Luís Maurício.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, para dizer o seguinte: nós não queremos entrar na trica partidária, eu acho que não se trata disso e não necessitamos de andar por aí, acho que os açorianos estão fartos desta permanente trica partidária.

Portanto, é para fazer aqui um esclarecimento.

Nós tentamos concertar com o PSD, no sentido de nós estudamos a proposta do PSD, para ver se era possível apoiarmos. Foi esse o sentido que quisemos dar à proposta, não é mais do que isso.

Em lembro-me sempre que neste clima há que tentar criar um conflito com tudo, nesta matéria não houve. Nós não falamos com o PSD, nós estudamos a proposta do PSD e achamos que não era boa. Peço desculpa, pedimos desculpa por isso, achamos que a outra que estava em alternativa era melhor. Só isto!

O escrutínio democrático é também isto e o PSD tem de se habituar a isso também.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos passar à votação.

Começamos por votar, naturalmente, o ponto 27 da Agenda que cabe ao **Projeto de Resolução n.º 211/XI**, da iniciativa do CDS.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Eu tenho a informação que o Sr. Deputado João Vasco Costa, entretanto, também já entrou na reunião, por isso chamo-o para apresentar o seu sentido de voto.

João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente. Voto a favor.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): A favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

(Pausa)

Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é favor, Sra. Presidente.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

(Pausa)

Sr. Deputado Manuel Pereira, para o anúncio da votação tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 211/XI, foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor da Deputada Independente e 2 abstenções do BE.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passamos agora à votação do ponto 29, que é o **Projeto de Resolução 200/XI**, da iniciativa do PSD.

Francisco César

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, eu voto contra.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Eu voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

(Pausa)

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é contra.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

(Pausa)

Está concluída a votação.

Sr. Secretário da Mesa, faça o favor de anunciar o resultado.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução 200/XI foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 abstenções do CDS-PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 30 da nossa Agenda - **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 61/XI – “Medidas de combate à pandemia COVID-19 e atualização da remuneração complementar regional”.**

Como sabem os tempos que foram definidos para a urgência são: 5 minutos para a sua apresentação e 5 minutos também para cada partido que queira intervir.

Eu vou dar a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo, para justificar esta urgência e depois então, sendo aprovada, dar-lhe-ei novamente a palavra para apresentar.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Muito rapidamente, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional visa concretizar, daí a urgência, um conjunto de decisões que correspondem (e têm que ser divididas em duas partes), uma, a uma deliberação inscrita no Orçamento da Região que carecia da sua quantificação, nomeadamente a remuneração complementar e o ajustamento correspondente em relação aos correspondentes escalões; por outro lado, a retificação de um conjunto de decisões tomadas no início do combate à pandemia COVID, nomeadamente em questões que devem, na nossa opinião, ficar plasmadas num Decreto Legislativo Regional, tendo em conta que implica alterações ou suspensões de matérias que podem direta ou indiretamente estarem refletidas em Decretos Legislativos Regionais, daí a urgência da sua análise e aprovação.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há alguma inscrição?

(*Pausa*)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Francisco César

Deputado Francisco César (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: André Rodrigues

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Domingos Cunha

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Francisco Coelho

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila

Deputado José Ávila (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Contente

Deputado José Contente (PS): O meu voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Couto

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Marta Matos

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura

Deputado Pedro Moura (PS): A favor, Sra. Presidente. Obrigado.

Presidente: Renata Correia Botelho

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco

Deputado Tiago Branco (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa

Deputado João Costa (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Joaquim Machado

Deputado Joaquim Machado (PSD): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marco Costa

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor

Presidente: Ana Luís

Deputada Ana Luís (PS): O meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Pereira

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Secretário da Mesa, faça o favor de anunciar a votação.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, eu agora dou novamente a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo para apresentar a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 61/XI – Medidas de combate à pandemia COVID-19 e atualização da remuneração complementar regional.

Tem a palavra, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, vou ter de me ausentar, fica aqui o Sr. Deputado Alonso Miguel para tratar das inscrições.

Presidente: Sim senhor, muito obrigada.

Sr. Vice-Presidente, passo-lhe novamente a palavra para apresentar a iniciativa.

Tem a palavra, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Muito obrigado.

Em relação à proposta, a proposta assenta em duas componentes: a primeira componente visa corresponder ao que está definido no Orçamento da Região em termos de atualização da remuneração complementar. Ficou definido no Orçamento da Região que o valor este ano da atualização da remuneração complementar seria cinco vezes o valor inflação do último ano.

Tendo-se reverificado e já apurado esse valor da inflação do último ano na Região que foi de 0,47%, o valor da atualização da remuneração complementar, nos termos que foi aprovado no Orçamento da Região para 2020, é de 2,35%.

Portanto, o que se propõe aqui nesta proposta é concretizar exatamente o que ficou definido no Orçamento da Região, passando o valor base da remuneração complementar de 64,77€, para 66,29€.

No entanto, como também houve já e já está implementado um aumento dos valores de referência dos vencimentos da função pública, nomeadamente no primeiro e segundo índice, 10€ e nos restantes 0,3%, e para que o aumento da remuneração complementar não implicasse que nenhum trabalhador fosse prejudicado por passar de um escalão da remuneração complementar para o outro e assim com esse aumento da função pública pudesse baixar o valor da remuneração complementar, os escalões são todos eles atualizados, exatamente num valor correspondente à atualização das remunerações da administração pública, para que todos os trabalhadores fiquem exatamente nos mesmos escalões que estavam e possam beneficiar na íntegra também do aumento da remuneração complementar, sem qualquer alteração. Esta é a primeira componente da proposta.

A segunda componente tem a ver com um conjunto de resoluções que estão na proposta, mas passo a citar, muito rapidamente, que foram deliberadas em sede de Conselho de Governo desde o dia 13 de março, no âmbito da situação de pandemia que vivemos e que na nossa opinião devem estar também refletidas em termos de Decreto Legislativo Regional, nomeadamente no que se refere à possibilidade de serem diretamente as unidades de saúde de ilha e os hospitais a contratarem pessoal, neste período, sem prévia autorização da tutela, mas com conhecimento *a posteriori*, para facilitar as necessidades de recrutamento dos recursos humanos.

Por outro lado, a justificação de faltas dos funcionários públicos que tiveram de acompanhar os filhos com idade até aos 14 anos, ou com situações especiais, no âmbito do encerramento de estabelecimentos de ensino creches, jardins de infância e outras instituições congéneres.

No âmbito do sistema de incentivos, autorizar que este ano não haja amortizações dos reembolsos previstos nos sistemas de incentivos e duplicar aquilo que é o número de possibilidades de reembolso, no âmbito da aprovação de uma candidatura.

Por outro lado, também, a regulamentação em relação a duas das medidas de apoio à manutenção de emprego, nomeadamente à antecipação de liquidez para apoio aos vencimentos do mês de abril e à que se refere ao complemento regional ao *lay off* simplificado, que também foram aprovadas todas elas no mês de março.

No fundo é esta a proposta legislativa que aqui apresentamos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto agora se há inscrições?

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente...

Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Para me inscrever.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever. Muito obrigado.

Presidente: António Lima. Pergunto se há mais inscrições?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Queria inscrever-me, João Paulo Corvelo, se faz favor, Sra. Presidente.

Presidente: João Paulo Corvelo.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para já julgo que não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, srs. Membros do Governo:

O CDS esteve desde o início desta pandemia da COVID-19, de uma forma construtiva e proativa, ao lado das medidas que foram implementadas pelo Governo Regional dos Açores e atendendo ao difícil contexto que foi gerado na Região e à velocidade também com que a situação se agravou, facilmente se compreende a urgência que existiu na aprovação de medidas a tomar por parte do Governo Regional, para que fosse garantida a segurança e a saúde pública, bem como também para assegurar a implementação de medidas de apoio social e de medidas de estímulo económico que se impunham e, enfim, por questões de superior importância.

Assim sendo parece-nos normal que haja agora uma necessidade de haver uma compatibilização das medidas ao nível das competências legislativas do Parlamento Regional, por forma a evitar, tal como está dito no preâmbulo da iniciativa, eventuais constrangimentos, integrando estas medidas e os seus efeitos no Decreto Legislativo Regional, ou seja, ratificamos.

Em relação à remuneração complementar, enfim, trata-se apenas de uma atualização e de um ajustamento dos respetivos escalões, em resultado também da atualização da base remuneratória da administração pública e do valor das remunerações base mensais, que foi promovida pelo Decreto-Lei 10-B de 2020, de 20 de março e que necessariamente teria também de ser realizada, e bem, ainda bem, porque no nosso entender a remuneração complementar traduz-se numa medida de importante justiça social para muitos funcionários e para a nossa administração pública e assim sendo é muito significativa para os açorianos, exatamente no sentido de atenuar os sobrecustos que derivam da nossa insularidade.

Assim sendo e pelo exposto o CDS não terá, naturalmente, nada a opor à aprovação deste diploma que está agora em apreciação e no mesmo sentido iremos também, no que diz respeito às propostas que serão apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS, cuja pertinência tem a mesma justificação que ainda agora aduziu.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governos:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional pretende, como foi referido na apresentação, integrar num Decreto Legislativo Regional um conjunto de Resoluções do Conselho de Governo, tomadas neste período recente, para além de uma questão relacionada com a remuneração complementar.

Em primeiro lugar, parece-nos correto que essa integração se faça para o que são efetivamente medidas com carácter legislativo sejam aprovadas por esta Assembleia, que é o órgão com poder legislativo na Região.

Percebemos e compreendemos, como é óbvio, a urgência da tomada de muitas medidas perante um cenário de emergência, de evolução muito rápida que era preciso responder com toda a celeridade dado o contexto muito delicado e muito grave que vivemos durante estes meses e que ainda, infelizmente, não está debelado.

Gostaria de colocar uma questão ao Sr. Vice-Presidente do Governo. A Resolução 60/20 que se inclui nesta Proposta de DLR, incluiu também um reforço dos orçamentos dos hospitais e unidades de saúde de ilha e gostaria de questionar o Sr. Vice-Presidente, no sentido de perceber se esse reforço será suficiente para o ano que corre, ou se haverá necessidade de novos reforços e

também se essas necessidades de alterações orçamentais, levarão a um necessário orçamento suplementar, e se sim, para quando?

As respostas sociais e económicas neste contexto em que vivemos, não ficam obviamente pelas medidas que estão vertidas nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional, muitas também já foram propostas e outras foram implementadas, discutidas aqui nesta sessão plenária e o BE também apresentou, como é sabido, várias iniciativas na área social e certamente que durante os próximos tempos teremos certamente oportunidade de responder a uma realidade que muda muito rapidamente e é uma crise e uma emergência social que temos que dar resposta para atenuar os impactos desta crise pandémica.

Estamos, obviamente, de acordo com as medidas que estão vertidas neste DLR, a maior parte delas, senão aliás todas, já estão em implementação, exceto a que diz respeito à remuneração complementar que vem também atualizar, como já foi referido, valores que ficaram, de certa forma, pendentes desde o Orçamento da Região.

Votaremos favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente restantes Membros do Governo:

Relativamente à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre medidas de combate a pandemia covid-19 e atualização da remuneração complementar regional, o PCP entende que são corretos os pressupostos nos quais a mesma está baseada, e que a atualização à qual o decreto vem proceder está inteiramente motivada, e é necessária e oportuna.

Não seria de resto de esperar do PCP uma qualquer oposição relativamente à intenção de manter atualizado um diploma cujo propósito é o de atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, sendo que tudo o que vai no sentido de melhorar o rendimento dos trabalhadores na Região é de considerar favoravelmente.

Nesta, como noutras ocasiões, o PCP entende que a melhoria dos rendimentos auferidos pelos Açorianos deve ser um princípio norteador de qualquer escolha política, não só por ser cabalmente justo assegurar uma remuneração digna a quem trabalha, mas também porque qualquer incremento salarial tem um reflexo benéfico na economia regional considerada no seu todo.

A um acrescido poder de compra não deixa de corresponder um efeito multiplicador do benefício em termos coletivos e sociais, que se repercute também nas atividades económicas não diretamente abrangidas pelas melhorias salariais.

Trata-se de uma convicção que desde sempre, e com toda a coerência, o PCP se esforça para afirmar e fazer compreender, diferenciando-se assim de outras forças políticas que, pelo contrário, defendem uma política de baixos salários, quando a realidade já deu provas suficientes de que este é um caminho errado.

As políticas laborais que defendem a manutenção de baixos rendimentos não constituem nunca uma via a seguir, não só por razões de justiça e pelos custos sociais que determinam, mas mesmo em termos de mera eficácia económica.

Sustentar por qualquer meio os rendimentos é a resposta necessária sempre, quando se tem em vista uma economia saudável, e mais ainda na contingência difícil que atravessamos.

Por estas razões, o PCP vota a favor da proposta aqui discutida.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Secretário Regional para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Presidente: Muito obrigada, está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Para já, não. Sendo assim dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): A minha intervenção visa responder à questão do Sr. Deputado António Lima, nomeadamente no que se refere ao facto de a Resolução n.º 60, de 13 de março, ter incluído também um reforço de transferências para o Serviço Regional de Saúde e colocando a questão se era necessário mais e se iria haver um Orçamento e um Plano retificativo ou uma revisão do Plano e Orçamento.

Em primeiro lugar, obviamente, isto foi um reforço para o primeiro período de combate à pandemia e como é natural aqui nos Açores e em todos os países, as projeções orçamentais foram feitas com base numa realidade completamente diferente daquela que vivemos agora, quer do ponto de vista de necessidades em termos de despesa pública, em termos de afetação de recursos, quer também no que concerne à componente das próprias receitas, nomeadamente das receitas fiscais, que são valores bastante diferentes daqueles que estavam previstos e nesse contexto haverá, com certeza, como haverá no país e é transversal a todas as Regiões, a todos os países, haverá uma oportunidade de termos aqui também na Região uma revisão orçamental, que reflita a nova realidade e as novas opções em termos de afetação de recursos e de recursos disponíveis, tendo em conta a alteração total da realidade face àquela em que foi feito, elaborado e aprovado o Orçamento e o Plano de Investimentos da Região.

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, quero inscrever a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, inscrevo o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver, para já.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

(*) Deputada Maria Graça Silva (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário:

No que respeita à remuneração complementar e à alteração aqui presente, gostaria de, em primeiro lugar, referir que a remuneração complementar é uma medida que espelha bem as preocupações de coesão social que têm sempre norteado o Governo do PS.

É uma medida que tem atravessado toda a governação do Partido Socialista e que visa efetivamente, como todos temos conhecimento, compensar os trabalhadores da administração pública regional, pelos custos de insularidade.

Gostaria ainda de lembrar aqui que ainda o ano passado, em 2019, a remuneração complementar foi objeto de um aumento, um aumento substancial,

quer através da alteração do seu escalão inicial, quer através do aumento de 12% do seu valor o que, não há dúvida, foi um importante ganho para os trabalhadores da administração pública, na Região Autónoma dos Açores.

Dizer ainda que é com agrado que vemos que neste momento esta proposta que através da sua conformação, quer com o Orçamento da Região, como referiu o Sr. Vice-Presidente, quer com os aumentos salariais da administração pública, em geral, traz de uma forma efetiva um aumento ao rendimento dos trabalhadores da administração pública na Região; reforça o caminho da coesão social, percorrido nos Açores, proporcionando melhores e mais dignas condições de trabalho e de vida daqueles trabalhadores.

Dizer ainda que é assim com agrado e é mais um forte contributo do PS esta proposta, neste caso corporizado através do Governo Regional e que irá contribuir para que os trabalhadores na Região façam face ao contexto económico, difícil e penoso, que vivemos.

Sra. Presidente, se me fosse permitido, e já agora gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do PS, apresentou uma proposta de alteração à presente iniciativa do Governo Regional.

Dizer só que esta proposta de alteração visa essencialmente conformar o art.º 10.º, como art.º 11.º, ou seja, com a alínea k, do n.º 1, do art.º 11.º da proposta e que a alteração ao art.º 1.º e 3.º, tem o mesmo objetivo, portanto a conformação do art.º 10.º, com o art.º 11.º.

Disse. Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma intervenção necessariamente muito rápida e desde logo para dizer que a técnica legislativa mais corrente, ou até elementar, recomendaria que as

matérias, a substância deste Decreto Legislativo Regional, dessem lugar a dois diplomas e não apenas a um, exatamente concordando com a intervenção do Sr. Vice-Presidente que explanou exatamente nesse sentido, que são duas matérias distintas sem relação entre si, mas não vem daí nenhum mal ao mundo.

A primeira dessas matérias é de facto conformar os limites dos índices da remuneração complementar, do seu valor, com o disposto no Orçamento da Região e bem assim com a atualização do valor da base remuneratória da função pública que, entretanto, foi feita a nível nacional e já publicada no mês de março.

A outra matéria em apreço, como também sabemos, a integração das resoluções que o Governo Regional veio nestes últimos dois meses a produzir com alguma intensidade, nalguns casos até com sucessivas versões, matérias que naturalmente, sem prejuízo da sua acomodação legal, urgia pôr em vigor, e sobre isso não há qualquer questionamento a fazer, porque tratavam-se de diplomas que ao fim e ao cabo, visavam o ataque aos efeitos que a pandemia vai ter e vai tendo na nossa economia e noutros domínios da vida dos açorianos. Portanto, a inclusão destas resoluções, a sua transformação num Decreto Legislativo, não é uma opinião, não é com base na opinião do Governo Regional, permitam-me esta pequena correção, não é uma questão de opinião, é uma questão de rigor, de legalidade, ou diria até mais, de observância das competências do Governo e da Assembleia, que é quem as tem efetivamente nesta matéria e assim cumpre o seu dever e nesta medida o PSD vai votar favoravelmente o Decreto Legislativo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Não havendo mais inscrições, Sras. e Srs. Deputados, nós encerrámos assim o debate na generalidade. No entanto, considerando que ainda há tempo global para haver debate na especialidade e considerando também as inúmeras votações que este diploma requer e considerando o nosso horário que se aproxima do horário regimental de encerramento deste dia de trabalhos, é o que irei fazer agora. Vou anunciar os tempos restantes para amanhã. Portanto, o Governo ainda dispõe de 15 minutos e 43 segundos; o PS, 17 minutos e 51 segundos; o PSD, 12 minutos e 51 segundos; o CDS, 8 minutos e 54 segundos; o BE, 6 minutos e 9 segundos; o PCP, 4 minutos e 17 segundos e a Sra. Deputada Independente tem ainda 1 minuto.

Vamos então encerrar os nossos trabalhos, regressamos amanhã às 10H00 para iniciarmos as votações.

Eram 18 horas e 58 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão

Partido Socialista (PS)

João Vasco Pereira da Costa

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Deputado que faltou à sessão

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

(*) Texto não revisto pelo orador

Documento entrado

Declaração de Voto

Projeto de Resolução n.º 208/XI - Medidas Extraordinárias de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias

Neste debate, estavam em apreciação duas iniciativas.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores apresentou o Projeto de Resolução n.º 208/XI - Medidas Extraordinárias de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias.

Por seu turno, o Grupo Parlamentar do PS apresentou o Projeto de Resolução n.º 209/XI - Majoração extraordinária de apoios a IPSS e Misericórdias dos Açores.

Ambas as iniciativas têm o objetivo de apoiar as IPSS e Misericórdias da Região, responsáveis pelas valências de Estruturas Residenciais para Idosos, Serviços de Apoio Domiciliário, Lares residenciais para utentes com necessidades especiais, Casas de Saúde, Estruturas de Acolhimento de Crianças e Jovens e Centros de Acolhimento Temporário.

Ao longo do debate, ficaram vinculados os pontos comuns das duas iniciativas, e também as suas diferenças em matéria de forma e valor dos apoios a prestar às IPSS e Misericórdias.

A iniciativa do PS assentava numa majoração do valor – cliente, sem considerar a totalidade da despesa efetivamente realizada por cada instituição.

A iniciativa do PSD, por seu turno, recomendava a celebração de contratos de cooperação – valor eventual no sentido de suportar integralmente os encargos com a adoção de um regime de laboração adequado ao contexto de pandemia, bem como compensar o aumento de encargos excepcionais, imprevisíveis e urgentes, que estas instituições passaram a ter com a aquisição de equipamentos de proteção individual e com o reforço das medidas de higienização, desde a data da declaração da situação de contingência na Região até terminarem as medidas de prevenção adotadas por recomendação das autoridades de saúde.

A forma de compensação pelas despesas excepcionais, imprevistas e urgentes que adotámos no nosso projeto de resolução, é, não só aquela que o Código da Ação Social dos Açores prevê para estas situações, mas também a única que permitia apoiar cada instituição na exata medida das suas despesas adicionais.

O Projeto de Resolução n.º 208/XI, apresentado pelo PSD/Açores, mereceu justamente o apoio de todos os grupos e representações parlamentares da oposição, tendo sido chumbado somente pelo grupo parlamentar do Partido Socialista.

Assim, considerando que para o grupo parlamentar do PSD/Açores o mais importante são as açorianas e açorianos, e neste caso as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Santas Casas da Misericórdia que estão confrontadas com medidas excepcionais de prevenção da propagação do novo coronavírus, inteiramente justificadas, que acarretam também acentuadas despesas excepcionais e precisam de apoio da Região, o grupo parlamentar do PSD/Açores vota favoravelmente o Projeto de Resolução n.º 209/XI – Majoração extraordinária de apoios a IPSS e Misericórdias dos Açores (PS), de modo a que as divergências partidárias não resultem num prejuízo ainda maior para as Instituições.

Apesar de considerarmos a nossa proposta mais abrangente porque através da celebração de contratos de cooperação – valor eventual contemplaria todas as

despesas efetivamente efetuadas pelas instituições, votamos a proposta do PS favoravelmente, depois da nossa ser reprovada, porque estamos aqui numa função construtiva e proponente, na defesa em última instância dos açorianos e não a fazer competição com ninguém.

Para nós o que nos importa é resolver os problemas dos Açorianos. E é nesse sentido que, embora consideremos a proposta do PS mais restrita no âmbito da sua aplicação e até insuficiente para fazer face às despesas extraordinárias com pessoal e aquisição de EPIs por parte de muitas instituições, a votamos favoravelmente, porque estamos, embora não da forma que o desejássemos e considerássemos adequado, a contribuir para o bem das açorianas e açorianos, nomeadamente os mais fragilizados.

Horta, 7 de maio de 2020

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

Transcrição efetuada por *Noélia Escobar*